

Raízen S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2026 e relatório do auditor independente



raízen

Conteúdo

Relatório da administração	2
Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário	10
Parecer do Conselho Fiscal	16
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	17
Balancos patrimoniais	25
Demonstrações dos resultados	27
Demonstrações dos resultados abrangentes	28
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	29
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	31
Demonstrações do valor adicionado	32
1. Contexto Operacional	33
2. Principais políticas contábeis	37
3. Informações por segmento	54
4. Instrumentos financeiros	61
5. Caixa e equivalentes de caixa	77
6. Títulos e valores mobiliários ("TVM") e Caixa restrito	78
7. Contas a receber	80
8. Estoques	82
9. Ativos biológicos (Consolidado)	84
10. Tributos a recuperar	86
11. Partes relacionadas	86
12. Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda (Consolidado)	95
13. Ativos de contratos com clientes	100
14. Investimentos	100
15. Imobilizado	111
16. Intangível	117
17. Fornecedores e adiantamentos a fornecedores	126
18. Convênios	127
19. Arrendamentos	128
20. Empréstimos e financiamentos	135
21. Imposto sobre a renda e contribuição social	142
22. Adiantamentos de clientes	149
23. Outras obrigações	149
24. Demandas judiciais e depósitos judiciais	152
25. Compromissos (Consolidado)	158
26. Patrimônio líquido	159
27. Prejuízo por ação	165
28. Pagamento baseado em ações	166
29. Receita operacional líquida	169
30. Custos e despesas por natureza	171
31. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	172
32. Resultado financeiro	173
33. Plano de suplementação de aposentadoria	174
34. Seguros	175
35. Combinação de negócios	175
36. Informações suplementares aos fluxos de caixa	176
37. Eventos subsequentes	180



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos a safra 2025/26 em um dos ambientes mais desafiadores dos últimos anos para a Raízen, marcado por condições climáticas adversas, volatilidade de commodities, juros elevados e os impactos do mercado ilegal de combustíveis. Nesse contexto, reforçamos a disciplina na execução do Plano de Transformação e mantivemos foco absoluto naquilo que está sob nosso controle.

Entregamos avanços concretos e mensuráveis que começam a se traduzir em melhorias estruturais para a Companhia. Reduzimos custos e despesas em aproximadamente R\$ 1 bilhão, avançamos com rigor na alocação de capital, reduzindo o CAPEX em R\$ 3,3 bilhões em relação ao ano anterior, e demos passos relevantes na readequação do portfólio, com impacto positivo estimado de R\$ 12 bilhões na posição financeira — sendo cerca de 40% já capturados e 60% a serem reconhecidos com o fechamento da venda dos ativos na Argentina.

No *core business*, seguimos evoluindo com consistência. Em Distribuição de Combustíveis, fortalecemos nossa oferta integrada, combinando eficiência operacional, o valor da marca Shell e a qualidade dos produtos, ao mesmo tempo em que ampliamos a proximidade com nossa rede de revendedores. No segmento de Etanol, Açúcar e Bioenergia (“EAB”), avançamos na gestão de custos e na eficiência agroindustrial, mesmo diante de impactos relevantes de produtividade, e simplificamos o portfólio de ativos, direcionando capital e esforços para operações mais competitivas.

Também enfrentamos de forma direta e objetiva o desafio de reequilibrar nossa estrutura de capital. Após o rebaixamento de ratings e o consequente reconhecimento de *impairment*, iniciamos, em março de 2026, o processo de Recuperação Extrajudicial e, em junho de 2026, submetemos um plano com apoio de mais de 80% dos credores — um marco relevante na construção de uma solução abrangente e consensual para a reestruturação do endividamento.

Esses movimentos, complementares e coordenados, já criam as condições para uma redução relevante da alavancagem e para a retomada de uma trajetória sustentável. Com uma base operacional mais eficiente, um portfólio mais simples e maior disciplina de capital, a Raízen está melhor posicionada para iniciar um novo ciclo, com geração de valor mais previsível e consistente para seus acionistas, colaboradores, revendedores, clientes e demais parceiros de negócio.

Nelson Gomes
CEO

RESULTADOS CONSOLIDADOS

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Demonstrações Financeiras") foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC Interpretations*), observadas as disposições da Lei nº 6.404, de 27 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações ou ("LSA")), e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis aplicadas na elaboração dessas Demonstrações Financeiras estão descritas na Nota 2.7 e nas demais notas explicativas.

A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de junho de 2026.

Demonstrações dos Resultados (em milhões de Reais)	2025'26	2024'25	Var %
Receita operacional líquida	225.849,3	255.268,5	-11,5%
Custo dos produtos vendidos	(215.034,4)	(243.431,7)	-11,7%
Lucro bruto	10.814,9	11.836,8	-8,6%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(9.079,4)	-9392,4	-3,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	(10.135,4)	2.076,9	n/a
Resultado de equivalência patrimonial	(181,5)	-204,8	-11,4%
Depreciação e amortização	9.669,0	9.352,2	3,4%
EBITDA	1.087,6	13.668,6	-92,0%
Resultado financeiro, líquido	(11.914,7)	(7.462,6)	59,7%
IR/CSLL (corrente e diferido)	(6.639,0)	(1.030,7)	>100%
Prejuízo do exercício	(27.135,1)	(4.177,0)	>100%

Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$ 10.814,9 milhões no ano-safra 2025'26, redução de 8,6% em relação aos R\$ 11.836,8 milhões registrados em 2024'25. A queda é explicada, principalmente, pelo menor resultado no segmento de Etanol, Açúcar e Bioenergia ("EAB") e em Distribuição de Combustíveis Argentina, parcialmente compensado pela expansão no segmento de Distribuição de Combustíveis Brasil.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 9.079,4 milhões no ano-safra 2025/26, 3% inferior ao montante registrado em 2024'25 de R\$ 9.392,4 milhões. A redução estrutural das despesas foi impulsionada por ganhos de eficiência operacional, logística e comercial em todos os segmentos, impulsionado pela disciplina na gestão de gastos e otimização das estruturas corporativas e operacionais.

Resultado financeiro

O resultado financeiro no ano-safra 2025'26 refletiu o aumento do custo da dívida líquida, em função do maior saldo médio de endividamento entre os períodos (R\$ 58,2 bilhões no em 2025'26 ante R\$ 34,3 bilhões em 2024'25) e da elevação da taxa média do CDI de 11,2% para 14,8%. O resultado também foi impactado pelos efeitos do atual contexto financeiro da Companhia e da deterioração de seu perfil de crédito ao longo do ano, incluindo a descontinuidade de determinadas estruturas de *hedge accounting* da dívida, com consequente amortização antecipada de custos de captação anteriormente diferidos, bem como pelos impactos da variação cambial sobre a posição líquida entre a dívida e os instrumentos derivativos remanescentes.

Adicionalmente, o resultado financeiro foi impactado pela constituição de provisão para indenização relacionada à operação de antecipação de receitas de etanol de segunda geração (E2G). Esses efeitos foram parcialmente compensados pela receita de atualização monetária sobre créditos tributários.

Prejuízo

O desempenho refletiu: (i) constituição de provisões (sem efeito caixa) para não realização de determinados ativos no montante de R\$ 22,5 bilhões, conforme detalhado na Nota Explicativa 1.1.1 das Demonstrações Financeiras; (ii) impactos não recorrentes (sem efeito caixa) associados à baixa e alienação de ativos no contexto de simplificação de portfólio; (iii) despesas relacionadas ao início do processo de recuperação extrajudicial; (iv) aumento das despesas financeiras decorrentes do maior saldo e custo da dívida; e (v) menor desempenho operacional dos segmentos de EAB e Distribuição de Combustíveis Argentina.

Dívida líquida

A variação refletiu, principalmente: (i) a substituição de linhas de capital de giro de curto prazo - operações de convênios com fornecedores (risco sacado) e a não renovação de adiantamentos de clientes - por instrumentos de dívida de longo prazo; (ii) o pagamento e apropriação (*accrued*) de juros das dívidas; (iii) a variação de ativos e passivos composta pelos impostos a recuperar, investimentos com renovação de contratos de clientes e efeitos de chamada de margem decorrentes do atual contexto da Companhia; (iv) o consumo de capital de giro em decorrência do atual contexto financeiro da Companhia, com efeitos adversos na linha de Fornecedores, associados à deterioração do perfil de crédito da Raízen; e (v) efeito caixa dos investimentos no ano.

A Companhia encerrou o exercício com uma posição de caixa, equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários de R\$ 13,6 bilhões, mantendo mais de 90% de sua liquidez com disponibilidade imediata junto a instituições financeiras de primeira linha.

INVESTIMENTOS

Investimentos - visão gerencial (em milhões de Reais)	2025'26	2024'25	Var. %
Raízen Consolidado	8.612,0	11.909,6	-27,7%
Recorrente	6.590,4	7.523,3	-12,4%
Expansão	2.021,6	4.386,3	-53,9%
EAB	6.822,0	9.576,5	-28,8%
Recorrente	5.378,9	6.146,8	-12,5%
Expansão	1.443,1	3.429,7	-57,9%
Distribuição de Combustíveis Brasil	918,6	1.019,8	-9,9%
Recorrente	806,1	833,6	-3,3%
Expansão	112,5	186,2	-39,6%
Distribuição de Combustíveis Argentina	865,9	1.305,5	-33,7%
Recorrente	399,9	535,1	-25,3%
Expansão	466,0	770,4	-39,5%
Outros Segmentos	5,5	7,8	-29,5%

Investimentos em linha com a redução esperada para o ano, priorizando a segurança nas operações, a renovação e manutenção de canais, a expansão e renovação da rede de postos Shell, além da conclusão de projetos de E2G e da refinaria da Argentina.

Os investimentos recorrentes no segmento de EAB permaneceram concentrados na (i) captura de eficiências em processos agroindustriais; (ii) no ajuste dos níveis de plantio em linha com o avanço da jornada de recuperação dos canais; e (iii) na manutenção dos investimentos em projetos voltados à segurança e à integridade dos ativos. Em Distribuição de Combustíveis Brasil, observou-se redução dos investimentos recorrentes em função da conclusão de projetos de infraestrutura em bases e terminais, ao mesmo tempo em que foi mantido o ritmo de expansão e renovação da rede Shell. Já em Distribuição de Combustíveis Argentina, os investimentos seguiram direcionados à manutenção, segurança e integridade da refinaria de Buenos Aires, bem como das bases e terminais.

Os investimentos em expansão e projetos permaneceram focados no avanço da construção das plantas de E2G Vale do Rosário e Gasa, na conclusão dos investimentos destinados a aumentar a eficiência da refinaria de Buenos Aires, na Argentina, e na finalização de projetos de geração distribuída (GD) solar já contratados. Adicionalmente, foram realizados investimentos em infraestrutura logística, na planta de lubrificantes.

GESTÃO DE RISCOS

No âmbito da gestão de riscos, a Companhia é orientada pela Política de Gerenciamento de Riscos. A metodologia adotada tem como referência a estrutura integrada de gerenciamento de riscos proposta pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, as orientações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e os princípios estabelecidos pela ISSO 31000, norma internacional que reúne boas práticas para gestão de riscos.

A matriz de riscos foi revisada no ano-safra 2025'26 considerando fatores internos e externos que possam impactar a estratégia e as operações, incluindo aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG). Além disso, realizamos processos de devida diligência ao longo da cadeia de valor para identificar e prevenir riscos reputacionais e legais, como corrupção, conflitos de interesses, envolvimento com agentes públicos e processos judiciais, fortalecendo a integridade das contratações e das relações de negócio.



Os riscos são dispostos em uma matriz e classificados em seis principais categorias:

- **Estratégicos**, associados à tomada de decisão estratégica com impacto econômico e reputacional;
- **Operacionais**, relacionados a falhas, deficiências ou inadequação de processos, sistemas ou de eventos inesperados.
- **Financeiros e de mercado**, associados à exposição de operações comerciais e financeiras.
- **Regulatórios**, legais ou de conformidade, ligados ao não cumprimento de leis, regulamentações e diretrizes internas.
- **Riscos da Informação**, que envolvem perda, uso indevido, acesso ou divulgação não autorizada de informações ou dados pessoais.

Para mais informações sobre gestão de riscos, acesse o Formulário de Referência da Companhia, disponível no [site de Relações com Investidores](#)

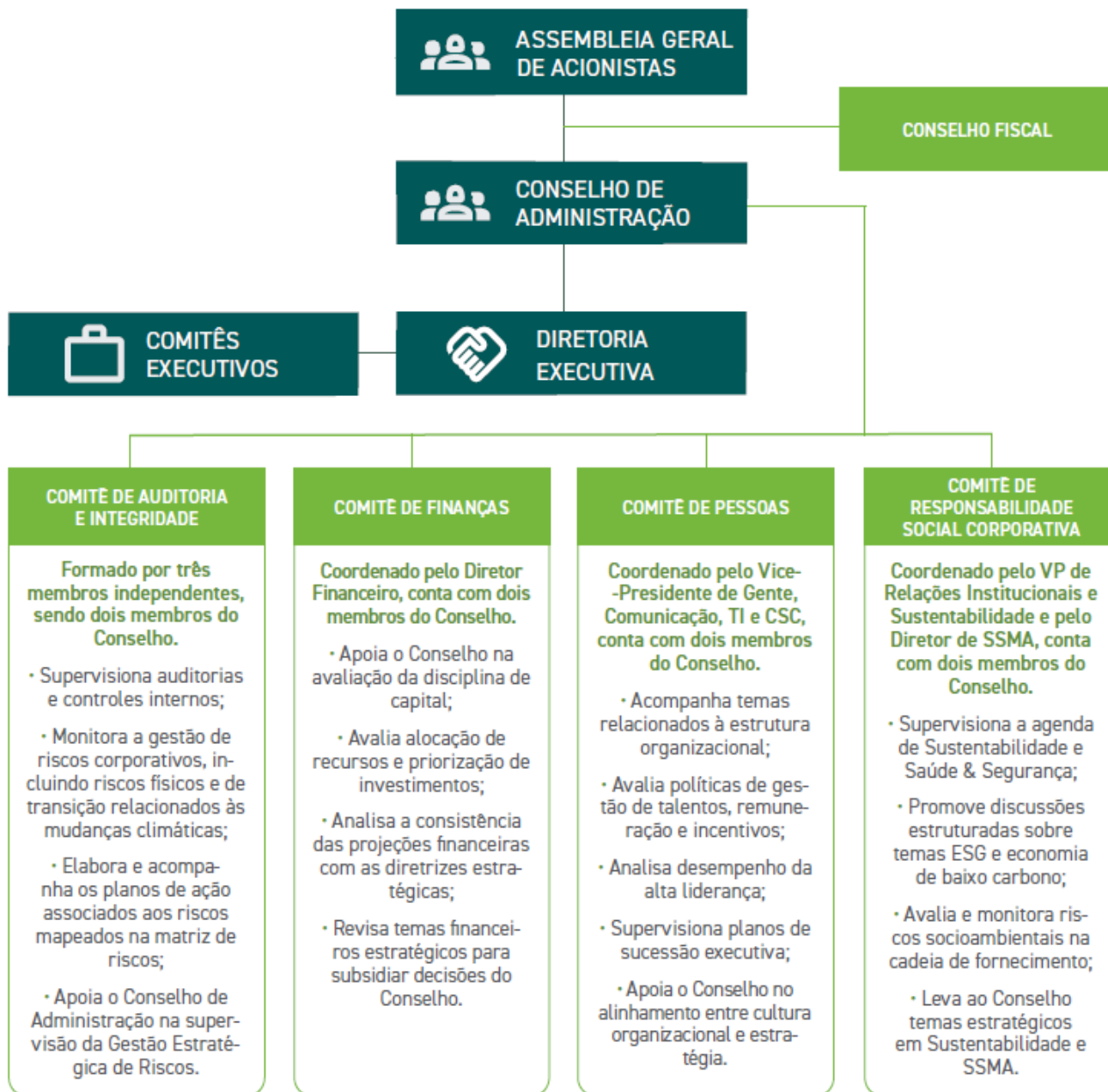
GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Raízen é uma companhia de capital aberto listada na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), no segmento Nível 2 de Governança Corporativa, sob o código “RAIZ4”. A Companhia adota voluntariamente padrões de transparência, equidade e prestação de contas mais rigorosos do que os exigidos pela legislação brasileira, em linha com as melhores práticas nacionais e internacionais:

- Aderência à Lei Sarbanes-Oxley (SOx), que assegura a adoção de mecanismos verificáveis e rastreáveis para a elaboração de relatórios financeiros;
- Remuneração variável atrelada ao desempenho ESG de 100% da liderança, incluindo CEO;
- Canal de denúncias confidencial, disponível aos públicos interno e externo, com tratamento estruturado dos relatos.
- Comunicação e treinamentos obrigatórios: capacitações periódicas sobre ética e compliance para colaboradores;
- Participação de mulheres no conselho de administração, com reconhecimento pelo *Women on Board (WOB)*;
- Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração;
- Matriz de riscos institucional, com riscos estratégicos, operacionais, financeiros e aspectos ESG, aprovada pela alta liderança e acompanhada pelo Comitê de Auditoria;
- Adesão ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU).

Estrutura de Governança

A Companhia possui uma estrutura de governança robusta, composta pela Assembleia Geral de Acionistas, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Administração e seus respectivos comitês de assessoramento, e pela Diretoria Executiva, conforme ilustrado abaixo.



Para saber mais sobre os membros e as competências do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e da Diretoria-Executiva, [clique aqui](#).

SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade permanece integrada à estratégia da Companhia, com sua agenda é baseada em temas ambientais, sociais e de governança identificados por meio de um processo estruturado de materialidade, revisado a cada dois anos.

A última atualização foi realizada na safra 2024'25, com a adoção do conceito de dupla materialidade, que considera tanto os impactos das atividades da Companhia sobre a economia, o meio ambiente e a sociedade, quanto os efeitos desses fatores sobre o desempenho e a capacidade de geração de valor do negócio, resultando em temas materiais (priorizados e monitorados), alinhando estratégia, riscos e geração de valor. Esse processo resultou na definição de temas materiais, promovendo o alinhamento entre estratégia, gestão de riscos e geração de valor.



Os temas materiais são acompanhados pelo Conselho de Administração, que é assessorado pelo Comitê de Responsabilidade Social e Corporativa. A qualidade da gestão é refletida nos principais ratings ESG acompanhados por investidores e analistas. Em 2025, a Raízen passou a integrar o S&P Global Sustainability Yearbook, que reúne menos de 10% das mais de 9 mil empresas avaliadas globalmente no Corporate Sustainability Assessment (CSA). Essa avaliação considera a maturidade e transparência na gestão de temas ambientais, sociais e de governança.

Mais informações sobre nossos temas materiais, bem como os riscos e oportunidades mapeados, estão disponíveis no [site da Companhia](#).

CULTURA

Ao longo de 2025'26, fortalecemos a nossa cultura organizacional em linha com o nosso novo ciclo de geração de Valor. Os resultados apresentados ao longo do ano já refletem essa evolução, sustentada por equipes integradas e por uma cultura pautada em colaboração, simplificação, segurança e integridade.

Nossos Valores:

- **SEGURANÇA:** garantir um ambiente seguro em nossas práticas diárias. Espera-se que cada pessoa seja exemplo, identifique riscos, peça ajuda quando necessário e atue ou reporte situações de forma responsável;
- **INTEGRIDADE:** agir de forma ética, transparente e respeitosa. Isso inclui atuar com imparcialidade, seguir as regras estabelecidas e reportar qualquer situação inadequada. O respeito orienta nossas relações, e nossas decisões estão alinhadas aos princípios que nos guiam;
- **COLABORAÇÃO:** somar forças para gerar mais impacto. Valorizamos a confiança, a construção conjunta e a complementaridade entre áreas, priorizando o sucesso da Raízen acima de interesses individuais;
- **SIMPLIFICAÇÃO:** focar no essencial, desafiar a complexidade e eliminar o que não gera valor. Buscamos formas de trabalhar com simplicidade e eficácia, comunicando de maneira clara e direta, sem ambiguidades.

GESTÃO DE PESSOAS

A Raízen investe no desenvolvimento contínuo das pessoas, com foco no fortalecimento de competências que impulsionem resultados. Para isso, atua estrategicamente no desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e de liderança, em linha com a evolução do negócio e o fortalecimento da cultura organizacional.

A estratégia para composição do Time Raízen combina a atração de novos talentos com o fortalecimento da mobilidade interna. Para isso, a Companhia utiliza plataformas digitais, parcerias com universidades e iniciativas voltadas à atração de profissionais capazes de ampliar competências, agregar novas perspectivas e fortalecer nossas equipes. Paralelamente, incentivamos o desenvolvimento e a progressão de carreira dos colaboradores, ampliando oportunidades de crescimento dentro da Companhia. As decisões de contratação e promoção são pautadas por competências técnicas e comportamentais, reconhecendo que a diversidade de experiências, formações e visões contribui para a qualidade das decisões e para o fortalecimento da capacidade de inovação da Companhia.

Como forma de dar transparência a esses critérios, a Companhia realiza anualmente o ciclo de gestão de desempenho, revisado nesse último ano-safra 2025'26 para refletir a evolução da cultura organizacional. Além da avaliação do atingimento de metas, passamos a considerar de forma mais abrangente a maneira como os resultados são entregues, reforçando a importância de comportamentos alinhados aos valores da Companhia. O processo inclui a elaboração de Planos de Desenvolvimento Individual (PDIs), que orientam a evolução profissional dos colaboradores por meio de feedbacks estruturados e ações de aprimoramento contínuo.

Treinamentos e capacitações

A agenda de treinamentos e capacitações é estruturada com base nas necessidades das equipes, com foco em padronização, escalabilidade e gestão integrada do conhecimento. No ano-safra 2025'26, a Companhia avançou em iniciativas relevantes de qualificação profissional, incluindo o "Programa Layoff", que capacitou mais de mil colaboradores do segmento de Etanol, Açúcar e Bioenergia (EAB) em competências técnicas e comportamentais. Também fortaleceu o desenvolvimento de lideranças por meio de trilhas estruturadas, como "Primeira Liderança", "Futura Liderança" e o "Programa de Capacitação Industrial". Em Distribuição de Combustíveis, a "Academia de Vendas" consolidou a formação de Gerentes de Território e ampliou sua atuação para novos ciclos de desenvolvimento.

A Companhia promoveu ainda iniciativas voltadas à excelência operacional e ao fortalecimento da cultura organizacional, com destaque para programas como "SuperVisão", "Investigar para Aprender" e "Agentes de Integridade", que reforçam práticas de segurança, aprendizado contínuo e conduta ética. Complementarmente, ampliou o desenvolvimento de competências digitais por meio da "Academia Geek" e apoiou a transição de carreira de colaboradores impactados por readequações organizacionais por meio do programa de "Outplacement", contribuindo para o fortalecimento da empregabilidade e para a recolocação desses profissionais.



Equidade de gênero

Em cumprimento com a Lei nº 15.177/2025, que altera a Lei nº 6.404/1976, a Companhia informa:

I - a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia:

	2025'26	2024'25
Diretoria	12%	11%
Gerência	26%	26%
Coordenação	32%	34%
Mensalista	37%	35%
Operacional	13%	13%

II - a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia;

	2025'26	2024'25
Conselho de Administração	33%	50%
Diretoria Estatutária	0%	0%

III - o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia;

	2025'26	2024'25
Diretoria	87%	95%
Gerência	97%	99%
Coordenação	95%	95%
Mensalista	94%	98%
Operacional	84%	82%

A Raízen reitera seu compromisso com a promoção da equidade de gênero, conforme diretrizes de sua política de diversidade, equidade e inclusão, e reforça que fomenta uma cultura interna que dissemina e respeita os valores e necessidades de todas as pessoas, sem distinção de cor, gênero, raça, religião, cultura, orientação sexual, condição física, aparência e idade.

RELACIONAMENTO COM O AUDITOR INDEPENDENTE

A política da Companhia e de suas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Em 06 de abril de 2026, por meio de Comunicado ao Mercado divulgado em conformidade com a Resolução CVM nº 44/2021 e o artigo 157, §4º, da Lei nº 6.404/1976, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que seu Conselho de Administração aprovou a contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC) para a prestação de serviços de auditoria independente a partir das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026, em substituição à Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. (EY).

A substituição decorreu da renúncia apresentada pela EY à Raízen Energia, conforme comunicação recebida em 16 de março de 2026. Na ocasião, a EY esclareceu que a decisão não resultou de iniciativa voluntária da firma de auditoria, mas do cumprimento de determinação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em razão do não atendimento aos requisitos regulatórios necessários à extensão do prazo de rodízio do auditor independente além do limite de cinco exercícios sociais consecutivos.

Nesse contexto, e com o objetivo de promover maior sinergia, eficiência e uniformidade na condução dos trabalhos de auditoria independente no âmbito das Companhias, a administração da Raízen S.A. optou por antecipar a substituição de seu auditor independente, assegurando uma transição coordenada e alinhada às melhores práticas de governança corporativa.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ ESTATUTÁRIO DE AUDITORIA E INTEGRIDADE–
2025'2026

O Comitê de Auditoria e Integridade da Raízen S.A. (“Comitê”) é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração instituído em 28 de julho de 2021, de caráter permanente, submetido à legislação, normas e à regulamentação aplicáveis.

Em 31 de março de 2026, o Comitê era composto por 03 (três) membros com mandato de 02 (dois) anos. Durante o ano iniciado em 01 de abril de 2025 e finalizado em 31 de março de 2026, fizeram parte do Comitê a Sra. Patricia Regina Verderesi Schindler, Sra. Luciana de Oliveira Cezar Coelho, Sra. Sonat Burman-Olsson (pelo período compreendido entre 01 de abril de 2025 a 03 de fevereiro de 2026), e o Sr. Roland Alexander Ilube (pelo período compreendido entre 09 de fevereiro de 2026 a 30 de março de 2026). Na data de emissão do presente relatório, o Comitê é composto por 04 (quatro) membros, todos independentes, com mandato de 02 (dois) anos, com mandato corrente iniciado em 31 de julho de 2025 e com término em 31 de julho de 2027, sendo membros a Sra. Patricia Regina Verderesi Schindler, Sra. Luciana de Oliveira Cezar Coelho, Sra. Adriana Caetano (eleita em 11 de maio de 2026) e Sr. José Flávio Ramos (eleito em 30 de março de 2026), todos membros independentes.

De acordo com o seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de outubro de 2021 e alterado em 25 de outubro de 2022), cabe ao Comitê, entre outros: (i) avaliar e monitorar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Raízen S.A. e da Raízen Energia S.A. (“Raízen” ou “Companhia”), (ii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, (iii) supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, (iv) recomendar ao Conselho de Administração sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes, bem como monitorar a efetividade de seu trabalho, (v) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos, à exceção aos riscos financeiros relacionados a crédito, mercado e liquidez questão sob a supervisão do Comitê de Finanças e (vi) acompanhar o programa de Compliance e os canais de comunicação de denúncias, sua recepção e tratamento. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da administração da Companhia, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e nas suas próprias análises.

Durante o exercício social iniciado em 01 de abril de 2025 e encerrado em 31 de março de 2026, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. (“EY”) foi a auditora independente das informações contábeis intermediárias da Companhia, para os três primeiros trimestres do referido exercício social, compreendendo os períodos de: (i) 1º de abril de 2025 e 30 de junho de 2025; (ii) 1º de julho de 2025 e 30 de setembro de 2025; (iii) 1º de outubro de 2025 e 31 de dezembro de 2025. Em 06 de abril de 2026, houve a alteração da auditoria independente para a Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes Ltda. (“PwC”), responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2026 da Raízen S.A. e da Raízen Energia S.A. A alteração da auditoria independente foi proposta pela Diretoria em razão do pedido de renúncia apresentado pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. à Raízen Energia S.A., conforme comunicação recebida em 16 de março de 2026, na qual foi informado que tal renúncia não decorre de iniciativa voluntária da EY, tratando-se, exclusivamente, do cumprimento de determinação expressa da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), em razão do não atendimento aos critérios que permitiriam a extensão do prazo de rodízio do auditor independente além dos cinco exercícios sociais consecutivos previstos na regulamentação aplicável. Uma vez realizada a seleção de alternativas disponíveis pela Diretoria, seguida de avaliação e discussão das implicações de substituição da auditoria independente junto ao Comitê de Auditoria, a PwC foi recomendada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de março de 2026, sendo que a EY permaneceu como a responsável pela auditoria das demonstrações financeiras individuais das sociedades controladas da Raízen.

O auditor independente é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do exercício e revisão das informações contábeis intermediárias conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). O relatório dos auditores independentes apresenta a sua opinião se as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Com relação às informações contábeis intermediárias dos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2025, os referidos auditores independentes emitiram relatórios contendo conclusão sem ressalvas e com relação as demonstrações financeiras do trimestre e exercício findo em 31 de março de 2026 a PwC emitiu opinião sem ressalvas em 29 de junho de 2026. O Comitê, no exercício de suas atribuições reuniu-se 14 (catorze) vezes para rever e discutir os trabalhos de revisão e acompanhamento do ambiente interno de controles, compliance e dos trabalhos de auditoria, assim como as informações contábeis intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia.

Administração

A Administração é responsável pela definição, implementação de processos, procedimentos e controles que visam a coletar dados para a elaboração das Demonstrações Financeiras, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil, das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela elaboração das Demonstrações Financeiras de forma íntegra.

Também tem responsabilidade pela gestão dos riscos, pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a eliminação ou redução - em níveis aceitáveis - dos fatores de risco, por um programa de compliance efetivo – que zele pela conformidade das atividades, em atendimento às leis, regulamentos, a salvaguarda dos ativos e, pelo tempestivo reconhecimento das transações com impactos na posição patrimonial, no resultado e no fluxo de caixa da Companhia.

A governança da Auditoria Interna da Raízen é estabelecida seguindo os padrões internacionais e elementos mandatórios, do IPPF – *International Professional Practices Framework*, definidos pelo *The IIA – The Institute of Internal Auditors*, estando em conformidade com: (i) Princípios Fundamentais e Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna; (ii) Código de Ética; e (iii) Definição de Auditoria Interna.

A estrutura da Auditoria Interna é composta por equipe interna, para realização dos trabalhos, atuando de forma independente reportando-se funcionalmente ao Comitê de Auditoria. O Comitê é responsável pela aprovação do plano de auditoria interna, que na sua execução é orientado pelo Diretor de Auditoria. O Comitê atua de forma ampla observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais relevantes e sensíveis à operação e impactos mais significativos nas demonstrações financeiras e na implementação da estratégia da Companhia.

Atividades do Comitê de Auditoria referente ao exercício social iniciado em 01 de abril de 2025 e findo em 31 de março de 2026:

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê reuniu-se 10 (dez) vezes no período compreendido entre 01 de abril de 2025 e 31 de março de 2026 do exercício social de 2025-2026, e mais 4 (quatro) vezes no período de 01 abril e 23 de junho de 2026 para discussão de assuntos relacionados ao processo da reestruturação extrajudicial e a revisão final dos demonstrativos financeiros do trimestre e exercício findo em 31 de março de 2026 os quais tiveram sua data de divulgação postergada para 30 de junho de 2026 . Abaixo, a discriminação das datas das reuniões e a composição do Comitê para todas as reuniões que foram realizadas:

Data da Reunião		Participantes					
		Patrícia Regina Verderesi Schindler	Luciana de Oliveira Cezar Coelho	Sonat Burman-Olsson	Roland Alexander Ilube	José Flavio Ferreira Ramos	Adriana Caetano
2025	06 de maio	✓	✓	✓	N/A	N/A	N/A
	12 de maio	✓	✓	✓	N/A	N/A	N/A
	08 de agosto	✓	✓	✓	N/A	N/A	N/A
	09 de setembro	✓	✓	✓	N/A	N/A	N/A
	03 de novembro	✓	✓	✓	N/A	N/A	N/A
	10 de novembro	✓	✓	✓	N/A	N/A	N/A
2026	10 de fevereiro	✓	✓	N/A	✓	N/A	N/A
	17 de março	✓	✓	N/A	✓	N/A	N/A
	26 de março	✓	✓	N/A	✓	N/A	N/A
	30 de março	✓	✓	N/A	✓	N/A	N/A
	01 de abril	✓	✓	N/A	N/A	✓	✓
	12 de maio	✓	✓	N/A	N/A	✓	✓
	15 de junho	✓	✓	N/A	N/A	✓	✓
	23 de junho	✓	✓	N/A	N/A	✓	✓

O Comitê e seus membros se reuniram em diversas ocasiões com membros da Companhia, incluindo CEO, diretores e/ou representantes da Diretoria e *heads* de áreas, incluindo Compliance, Risco& Controles, Tecnologia&Operações, para apreciar assuntos de sua competência e se certificar da existência de controles e processos adequados e suficientes, bem como o comprometimento dos gestores na manutenção e aprimoramento desta governança.

As reuniões também contaram com a presença de membros da auditoria interna e dos auditores independentes, conforme aplicável.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes tópicos:

- a) aprovação e acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna, inclusive quanto a ajustes aplicáveis ao universo auditável e a calibração da cobertura do plano em função dos principais riscos da Companhia;

- b)** ciência dos relatórios emitidos, das deficiências identificadas e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como o acompanhamento da implementação dos planos de ação adotados pela Administração;
- c)** acompanhamento do Programa de Compliance, inclusive quanto a efetividade dos processos e implementação de melhorias de múltiplos projetos voltados às atividades relacionadas à gestão de riscos e *compliance*;
- d)** monitoramento do ambiente de controles internos quanto a sua adequação, efetividade e processos de melhoria, incluindo riscos de fraude, com base nos relatórios, manifestações e reuniões com a área de Compliance, Riscos & Controles Internos, e Ouvidoria, com os Auditores Internos e com os Auditores Independentes;
- e)** acompanhamento da metodologia adotada para identificação e gestão integrada de riscos atrelados às áreas do negócio, de acordo com Matriz de Riscos atualizada pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão, com o objetivo de garantir o mapeamento e tratamento dos riscos relevantes para a Companhia
- f)** discussão e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Independente, sua execução tempestiva e seu resultado;
- g)** análise e aprovação de serviços extra auditoria prestados, se aplicável, pelos auditores independentes para a Companhia;
- h)** acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras e suas informações trimestrais (inclusive no que tange os sistemas e controles internos quanto: integridade, cumprimento de dispositivos legais, normas, políticas, mensuração e divulgação), notadamente, mediante reuniões com os Administradores e com os auditores independentes para discussão dessas informações trimestrais (ITRs) e demonstrações financeiras anuais (“DFs”);
- i)** acompanhamento dos resultados econômicos e financeiros realizados, comparativamente aos orçados, e análise dos comentários e justificativas da Administração a respeito das variações significativas identificadas, bem como dos planos de ação em andamento.
- j)** acompanhamento e discussão em relação as principais estimativas contábeis como, por exemplo, impairment, perda de estoques, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa, redução a valor recuperável, provisão para demandas judiciais, provisão para aposentadoria de CBIOS, provisão para desvalorização de investimentos, etc.
- k)** análise e recomendação ao Conselho de Administração da Companhia da aprovação da contratação da Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes Ltda. como novo auditor independente da Companhia;
- l)** acompanhamento do canal de denúncias com responsabilidade da área de Compliance no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;
- m)** acompanhamento dos casos de denúncia de caráter criminal encaminhados a área de Auditoria interna, responsável pelas atividades de investigação forense e contratação de assessorias especializadas;

- n)** realização de reuniões periódicas com os principais executivos da Companhia para discussão dos principais riscos e preocupações, bem como acompanhamento de melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações e informações;
- o)** monitoramento da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas divulgações atentando-se para a qualidade e transparência das informações;
- p)** acompanhamento da adoção das políticas, do programa e práticas de Compliance e realização de treinamentos, assim como do Programa de Privacidade e sua aderência a legislação aplicável;
- q)** análise das decisões da Companhia com relação a tecnologia da informação, especialmente, em relação à segurança de dados, segurança operacional, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), incidentes cibernéticos e plano de resposta a esses incidentes.
- r)** acompanhamento das questões tributária, trabalhistas, cíveis, ambientais e legal, especialmente, com relação a possibilidade de êxito dos processos judiciais e a necessidade de provisão ou divulgação
- s)** acompanhamento dos principais reportes, notificações ou questionamentos dos órgãos reguladores, ações legais e seus possíveis impactos, reputacionais e financeiros;
- t)** recomendação ao Conselho de Administração da Companhia sobre a aprovação das informações contábeis intermediárias da Companhia, para os trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro, 31 de dezembro de 2025, incluindo nota sobre incerteza relevante relacionada a continuidade operacional da Companhia, e 31 de março de 2026;
- u)** recomendação ao Conselho de Administração da Companhia sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de março de 2026.

Ao longo do referido exercício social, o Comitê reportou prontamente o andamento de seus trabalhos ao Conselho de Administração, expondo opiniões e realizando a recomendação sobre assuntos de sua competência e monitorando a implementação das melhorias e adequações sugeridas.

Adicionalmente, o Comitê acompanhou de forma próxima as questões relacionadas à liquidez e à continuidade operacional da Companhia, incluindo a divulgação de incerteza relevante nas informações trimestrais do terceiro trimestre do exercício e o subsequente pedido de recuperação extrajudicial protocolado em 11 de março de 2026. O Comitê avaliou as medidas adotadas pela Administração, bem como os reflexos nas demonstrações financeiras e divulgações ao mercado, no âmbito de suas atribuições.

Conclusão:

Os membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Integridade da Raízen S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê, procederam à revisão e análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Raízen S.A. e da Raízen Energia S.A. referente ao exercício social findo em 31 de março de 2026, acompanhadas do Relatório Preliminar do Auditor Independente sobre as referidas Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelo sócio da PWC recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia nos termos da Lei.

São Paulo, 29 de junho de 2026.

Patricia Regina Verderesi Schindler

Membro e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Raízen S.A.

Luciana de Oliveira Cezar Coelho

Membro do Comitê de Auditoria da Raízen S.A.

José Flavio Ferreira Ramos

Membro do Comitê de Auditoria da Raízen S.A.

Adriana Caetano

Membro do Comitê de Auditoria da Raízen S.A.

Raízen S.A.
Parecer do Conselho Fiscal 2025/26

O Conselho Fiscal da **Raízen S.A.** (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, em reunião realizada no dia 29 de junho de 2026, procedeu ao exame: (i) das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório do auditor independente emitido sem modificações ou ressalvas e do parecer do Comitê de Auditoria (“Demonstrações Financeiras”), bem como do relatório da administração e das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026; e (ii) da proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026.

Com base nos documentos examinados, nos trabalhos efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos em reuniões com a administração e auditores independentes, e nas manifestações favoráveis apresentadas pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração referentes às Demonstrações Financeiras, bem como considerando o relatório sem ressalvas dos auditores independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, recomendam a apreciação e aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas das Demonstrações Financeiras, contas dos administradores e relatório da administração, bem como a proposta da administração para a destinação do resultado.

São Paulo, 29 de junho de 2026.

ANDRÉ VICENTINI

MARCELO CURTI

NADIR DANCINI BARSANULFO



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Raízen S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Raízen S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

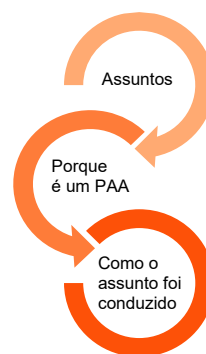
Chamamos a atenção para a Nota 1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia e suas controladas têm, recorrentemente, apurado prejuízos, e apresentaram excesso de passivos sobre ativos circulantes, em 31 de

Raizen S.A.

março de 2026, nos montantes de R\$ 14.497.172 mil (Controladora) e R\$ 51.245.319 mil (Consolidado). A referida nota explicativa também descreve que a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto, depende substancialmente do êxito dos planos da administração, cujo resultado não depende integralmente da Companhia e suas controladas. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1.1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os Principais Assuntos de Auditoria a serem comunicados em nosso relatório.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativo imobilizado (Nota 15.4)</p> <p>No contexto de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional, descrito na Nota 1.1, a Companhia realizou no exercício findo em 31 de março de 2026, testes de redução ao valor recuperável de ativos e contabilizou perda por <i>impairment</i> de ativo imobilizado no montante de R\$ 4.270.675 mil (Consolidado).</p> <p>A mensuração do valor recuperável de ativos, exige a aplicação de uma série de julgamentos por parte da administração, na elaboração das projeções de fluxos de caixa futuros, os quais são sensíveis a premissas significativas.</p> <p>Consideramos a mensuração do valor recuperável de ativos que resultaram no registro de perdas no ativo imobilizado, em 31 de março de 2026, como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude dos saldos e da complexidade envolvida nas estimativas da administração, que utiliza diversas premissas que poderiam alterar significativamente os valores recuperáveis apurados.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de mensuração dos valores recuperáveis de ativos da Companhia e suas controladas.</p> <p>Confrontamos as informações utilizadas nos testes de <i>impairment</i>, quando aplicável, com os orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e testamos a exatidão matemática dos cálculos, bem como discutimos as principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa.</p> <p>Com apoio de nossos especialistas em avaliação de ativos e negócios, analisamos a razoabilidade dos modelos de cálculo utilizados pela administração para preparar as projeções de fluxos de caixa, considerando premissas como: taxa de desconto e expectativa de preço de commodities em horizonte de longo prazo para o conjunto das unidades geradoras de caixa do segmento de Etanol, Açúcar e Bioenergia (EAB),</p>

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

além de expectativa de preço dos combustíveis, taxa de crescimento estimada para o ramo de negócio e extrapolação da taxa de crescimento baseada no PIB do Brasil para o conjunto da unidade geradora de caixa do segmento de distribuição de combustíveis no Brasil, comparando-as com dados de mercado.

Testamos a coerência lógica e consistência matemática dos modelos e das projeções elaborados pela administração que serviram de base para as perdas reconhecidas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado no Consolidado, identificando e reportando ajuste de divulgação considerado imaterial pela administração da Companhia.

Por fim, avaliamos os eventos subsequentes acontecidos até a data de emissão desse relatório e analisamos possíveis impactos desses eventos nos saldos contábeis, quando aplicável, ou nas divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração, bem como as divulgações feitas em notas explicativas, são consistentes com os dados e informações obtidas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Nota 21)

Conforme divulgado na Nota 21 às demonstrações financeiras, em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas apresentaram saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos de R\$ 195.940 mil (Consolidado).

Os valores do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são registrados na medida em que a administração possa estimar, com razoável segurança, o valor provável de realização desses ativos, por meio da geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua utilização, ou pela reversão de diferenças

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de elaboração das projeções de lucros tributáveis futuros e à avaliação da estimativa de realização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

Confrontamos as informações utilizadas nas projeções, com os orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e testamos a exatidão matemática dos cálculos, bem como discutimos as principais premissas utilizadas.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>temporárias que tenham gerado saldos de tributos diferidos passivos.</p> <p>Devido à incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, bem como quanto a sua capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, a administração realizou, no exercício findo em 31 de março de 2026, análise do valor provável de utilização dos saldos ativos de tributos diferidos sobre o lucro, e reconheceu perdas, na demonstração de resultado do exercício, referentes aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos nos montantes de R\$ 3.253.781 mil (Controladora) e R\$ 12.716.990 mil (Consolidado).</p> <p>O valor provável de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos reconhecido pode variar significativamente em função da aplicação de diferentes premissas e dados de projeção dos lucros tributáveis futuros.</p> <p>Dada a relevância do saldo, a subjetividade envolvida na definição de premissas, e as estimativas utilizadas pela administração na preparação das projeções de resultados tributáveis futuros, e da definição do momento da reversão de diferenças temporárias, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Com apoio de nossos especialistas tributários, efetuamos a reconciliação das bases tributárias que originam as diferenças temporárias ativas e passivas com os saldos contábeis.</p> <p>Avaliamos os julgamentos e estimativas utilizadas pela administração, na preparação das projeções de resultados tributáveis futuros e seu valor provável de realização, considerando o contexto de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia e da expectativa de reversão das diferenças temporárias.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração, bem como as divulgações feitas em notas explicativas, são consistentes com os dados e informações obtidas.</p>
<p>Mensuração do valor justo de ativos biológicos (lavouras de cana-de-açúcar) - (Nota 9)</p> <p>Os ativos biológicos (lavouras de cana-de-açúcar) da Companhia são mensurados ao valor justo menos despesas de venda. A mensuração ao valor justo é realizada com base na estimativa dos fluxos de caixa futuros da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para cana-de-açúcar em desenvolvimento.</p> <p>A determinação do valor justo destes ativos biológicos é uma estimativa contábil crítica, com base em premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à produtividade do canavial, incluindo estimativas de: (i) toneladas de cana-de-açúcar a serem</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos para mensuração do valor justo desses ativos, bem como a análise do modelo utilizado para essa estimativa.</p> <p>Avaliamos também a razoabilidade da metodologia adotada, bem como da coerência lógica e aritmética dos fluxos de caixa descontados.</p> <p>Com o apoio de especialistas, realizamos teste amostral da quantidade de hectares de áreas</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>geradas por hectare; (ii) quantidade de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana-de-açúcar; e (iii) preço futuro do ATR. A estimativa de valor justo, líquida da realização, dos ativos biológicos gerou uma perda de R\$ 1.537.620 mil (Consolidado) no resultado do exercício findo em 31 de março de 2026.</p> <p>Alterações nessas premissas podem impactar significativamente na mensuração dos valores justos, e, conseqüentemente, nos resultados das operações e a posição patrimonial da Companhia e de suas controladas.</p>	<p>produtivas e do estágio de desenvolvimento da lavoura de cana-de-açúcar em 31 de março de 2026 e comparamos com os dados inseridos nos cálculos de fluxos de caixa descontados.</p> <p>Avaliamos a consistência das informações e que as principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados foram testadas mediante comparação com indicadores-chave de monitoramento históricos, orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, e dados externos públicos relacionados ao setor sucroenergético, quando disponível.</p> <p>Também realizamos a comparação dos dados das avaliações feitas com as respectivas divulgações, incluindo a descrição das principais premissas que podem influenciar na determinação e variação do valor justo dos ativos biológicos da Companhia e da análise de sensibilidade considerando diferentes cenários de produtividade, preço do ATR e taxa de desconto.</p> <p>Os resultados dos nossos procedimentos de auditoria demonstram que as premissas utilizadas pela administração da Companhia na mensuração dos valores justos e suas respectivas divulgações em relação a esse tema são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.</p>

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Raizen S.A.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2025, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.8, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 13 de maio de 2025, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2026, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.8 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2025, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas referentes ao exercício de 2025 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2025 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Raizen S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Raizen S.A.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 29 de junho de 2026

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/F-4

Rodrigo Marcatti
Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador CRC 1MG091301/O-2

RAÍZEN S.A.**Balancos patrimoniais em 31 de março**

Em milhares de Reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	6.102.738	6.886.721	13.416.988	21.721.393
Títulos e valores mobiliários	6.1	-	-	198.629	409.441
Caixa restrito	6.2	1.200.887	163.037	2.132.692	612.372
Instrumentos financeiros derivativos	4.3	1.077.581	182.542	4.070.761	6.228.810
Contas a receber de clientes	7.3	2.126.630	2.343.066	6.233.209	8.015.818
Estoques	8.2	2.902.200	2.265.015	8.938.308	10.971.436
Adiantamentos a fornecedores	17.3	102.652	25.651	366.370	633.941
Ativos biológicos	9.3	-	-	1.276.768	3.514.712
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	21.4.a	72.316	141.634	787.631	549.434
Tributos a recuperar	10.2	1.056.223	3.481.436	2.672.800	5.589.190
Dividendos a receber		64.674	297.343	1.496	5.307
Partes relacionadas	11.2	729.062	928.304	1.075.158	1.609.184
Ativos de contratos com clientes	13.2	597.586	512.594	725.535	636.314
Outros créditos		64.709	127.355	432.074	623.026
Total do ativo circulante		16.097.258	17.354.698	42.328.419	61.120.378
Ativos não circulantes mantidos para venda	12.3	-	-	4.885.616	-
		16.097.258	17.354.698	47.214.035	61.120.378
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	7.3	300.226	120.886	372.491	335.538
Títulos e valores mobiliários	6.1	-	355.658	10.299	738.633
Instrumentos financeiros derivativos	4.3	26.678	547.282	648.602	3.854.313
Tributos a recuperar	10.2	5.361.975	5.121.198	10.142.999	8.735.284
Partes relacionadas	11.2	462.010	496.943	711.848	801.054
Dividendos a receber		34.777	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	17.3	-	-	212.501	247.833
Ativos de contratos com clientes	13.2	1.655.142	1.838.012	2.088.616	2.239.881
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	21.4.a	474.273	381.381	633.708	506.520
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	21.5	-	1.058.735	195.940	3.975.910
Depósitos judiciais	24.3	49.756	57.908	977.760	899.102
Outros créditos		2.830	4.850	461.584	547.871
		8.367.667	9.982.853	16.456.348	22.881.939
Investimentos	14.2	3.362.492	26.920.310	1.550.399	2.033.654
Imobilizado	15	1.463.140	1.763.662	29.492.142	39.131.619
Intangível	16	3.357.546	2.605.796	4.369.386	6.190.578
Direito de uso	19.3	71.414	112.933	6.327.168	9.641.510
Total do ativo não circulante		16.622.259	41.385.554	58.195.443	79.879.300
Total do ativo		32.719.517	58.740.252	105.409.478	140.999.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RAÍZEN S.A.**Balancos patrimoniais em 31 de março**

Em milhares de Reais - R\$

	Nota	Continuação			
		Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17.2	866.994	1.576.630	7.615.325	12.244.549
Convênios	18	3.958	7.131.202	74.479	9.597.400
Passivo de arrendamento	19.4	20.779	44.624	1.702.094	2.411.427
Empréstimos e financiamentos	20.2	12.898.518	1.422.331	68.612.415	4.772.603
Partes relacionadas	11.2	13.884.343	9.560.886	1.437.217	1.815.563
Instrumentos financeiros derivativos	4.3	2.270.574	286.799	5.529.776	6.003.474
Ordenados e salários a pagar		95.479	79.081	1.014.930	1.075.607
Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar	21.4.b	-	-	77.559	140.570
Tributos a pagar		51.671	61.531	669.136	722.186
Adiantamentos de clientes	22.2	63.620	320.653	617.990	3.684.267
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	26.2.c	23	23	9.171	16.343
Outras obrigações	23.2	438.471	1.018.640	6.213.646	3.453.533
Total do passivo circulante		30.594.430	21.502.400	93.573.738	45.937.522
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda	12.3	-	-	3.845.574	-
		30.594.430	21.502.400	97.419.312	45.937.522
Não circulante					
Passivo de arrendamento	19.4	32.694	48.086	5.173.626	8.034.471
Empréstimos e financiamentos	20.2	-	7.010.005	318.794	53.197.768
Partes relacionadas	11.2	2.356.778	11.237.794	3.421.931	4.032.800
Instrumentos financeiros derivativos	4.3	639.849	207.777	1.317.020	2.535.159
Tributos a pagar		-	-	233.605	221.012
Adiantamentos de clientes	22.2	-	-	-	3.977.165
Provisão para demandas judiciais	24.3	405.932	405.154	1.688.632	1.533.431
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	21.5	802.120	-	2.564.565	1.102.462
Provisão para patrimônio líquido negativo de controladas	14.3	6.191.500	183.065	-	4.138
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	29.2.c	-	-	10.408	-
Outras obrigações	23.2	428.450	557.441	1.536.571	2.247.812
Total do passivo não circulante		10.857.323	19.649.322	16.265.152	76.886.218
Total do passivo		41.451.753	41.151.722	113.684.464	122.823.740
Patrimônio líquido	26				
Capital social		6.859.670	6.859.670	6.859.670	6.859.670
Ações em tesouraria		(52.876)	(102.806)	(52.876)	(102.806)
Reservas de capital		168.539	7.430.413	168.539	7.430.413
Ajustes de avaliação patrimonial		4.142.542	3.401.253	4.142.542	3.401.253
Prejuízos acumulados		(19.850.111)	-	(19.850.111)	-
Atribuído aos acionistas controladores		(8.732.236)	17.588.530	(8.732.236)	17.588.530
Participação dos acionistas não controladores		-	-	457.250	587.408
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(8.732.236)	17.588.530	(8.274.986)	18.175.938
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		32.719.517	58.740.252	105.409.478	140.999.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de Reais – R\$, exceto (prejuízo) por ação, expresso em R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Receita operacional líquida	29.3	135.531.557	132.070.772	225.849.347	255.268.454
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	30.2	(129.681.241)	(127.201.703)	(215.034.452)	(243.431.661)
Lucro bruto		5.850.316	4.869.069	10.814.895	11.836.793
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	30.2	(2.075.787)	(2.199.277)	(6.073.372)	(6.819.705)
Gerais e administrativas	30.2	(633.801)	(576.771)	(3.006.070)	(2.572.721)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	31	(1.565.762)	(399.277)	(10.135.387)	2.076.801
Resultado da equivalência patrimonial	14	(22.706.196)	(3.769.024)	(181.626)	(204.827)
		(26.981.546)	(6.944.349)	(19.396.455)	(7.520.452)
(Prejuízo) lucro antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social		(21.131.230)	(2.075.280)	(8.581.560)	4.316.341
Resultado financeiro	32				
Despesas financeiras		(2.494.059)	(2.114.124)	(9.153.349)	(5.606.440)
Receitas financeiras		1.592.173	329.524	3.147.601	1.217.168
Variações cambiais, líquidas		1.533.751	(1.481.165)	3.158.322	(2.511.092)
Efeito líquido dos derivativos		(4.398.352)	802.433	(9.067.261)	(562.227)
		(3.766.487)	(2.463.332)	(11.914.687)	(7.462.591)
Prejuízo antes do imposto sobre a renda e da contribuição social		(24.897.717)	(4.538.612)	(20.496.247)	(3.146.250)
Imposto sobre a renda e contribuição social	21				
Corrente		(303.189)	(271.483)	(1.333.660)	(1.864.783)
Diferido		(1.847.177)	553.567	(5.305.197)	834.082
		(2.150.366)	282.084	(6.638.857)	(1.030.701)
Prejuízo do exercício		(27.048.083)	(4.256.528)	(27.135.104)	(4.176.951)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		(27.048.083)	(4.256.528)	(27.048.083)	(4.256.528)
Acionistas não controladores		-	-	(87.021)	79.577
		(27.048.083)	(4.256.528)	(27.135.104)	(4.176.951)
Prejuízo por ação ordinária ("ON") e preferencial ("PN")					
Básico e diluído	27			(2,61577)	(0,41197)

RAÍZEN S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de Reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Prejuízo do exercício	(27.048.083)	(4.256.528)	(27.135.104)	(4.176.951)
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	10.331	7.545	-	-
Ganho atuarial, líquido	-	-	13.844	11.356
Tributos diferidos sobre ganho atuarial, líquido (Nota 21.6)	-	-	(3.513)	(3.773)
	10.331	7.545	10.331	7.583
Itens que serão ou podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	869.151	(309.869)	-	-
Resultado com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(61.427)	(11.409)	869.056	(68.745)
Tributos diferidos sobre hedge e outros (Nota 21.6)	20.885	3.879	(295.442)	23.373
Desreconhecimento por perda de controle acionário (Nota 14.4)	-	-	-	8.583
Efeito de conversão de moeda estrangeira	(97.651)	704.710	157.344	465.351
	730.958	387.311	730.958	428.562
Total de outros resultados abrangentes do exercício	741.289	394.856	741.289	436.145
Resultado abrangente do exercício	(26.306.794)	(3.861.672)	(26.393.815)	(3.740.806)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	(26.306.794)	(3.861.672)	(26.306.794)	(3.861.672)
Acionistas não controladores	-	-	(87.021)	120.866
	(26.306.794)	(3.861.672)	(26.393.815)	(3.740.806)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de março

Em milhares de Reais - R\$

	Atribuído aos acionistas controladores							Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado	Total		
			Transações com acionistas	Reservas de capital					
Em 31 de março de 2025	6.859.670	(102.806)	164.481	7.265.932	3.401.253	-	17.588.530	587.408	18.175.938
Resultado abrangente do exercício									
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(27.048.083)	(27.048.083)	(87.021)	(27.135.104)
Equivalência patrimonial reflexa do patrimônio líquido das investidas (Nota 14.3)	-	-	-	-	879.482	-	879.482	-	879.482
Perda com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa, líquida	-	-	-	-	(40.542)	-	(40.542)	-	(40.542)
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	(97.651)	-	(97.651)	-	(97.651)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	741.289	(27.048.083)	(26.306.794)	(87.021)	(26.393.815)
Distribuições aos acionistas, líquidas									
Aumentos de capital (Notas 26.1.b)	-	-	-	-	-	-	-	9.362	9.362
Dividendos pagos antecipadamente (Nota 26.2.c)	-	-	-	-	-	-	-	(1.224)	(1.224)
Exercício de pagamento baseado em ações (Nota 28.3.b)	-	49.930	(49.930)	-	-	-	-	-	-
Transação com pagamento baseado em ações	-	-	53.988	-	-	-	53.988	-	53.988
Efeitos de alienação e aquisição de participação em controlada (Nota 26.6)	-	-	-	-	-	-	-	(30.839)	(30.839)
Dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP")	-	-	-	-	-	-	-	(15.492)	(15.492)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(3.838)	(3.838)
Absorção de prejuízo com reservas (Nota 26.2.b)	-	-	-	(7.197.972)	-	7.197.972	-	-	-
Efeito reflexo de transação entre sócias em controlada (Nota 26)	-	-	-	(67.960)	-	-	(67.960)	(1.106)	(69.066)
Total das distribuições aos acionistas, líquidas	-	49.930	4.058	(7.265.932)	-	7.197.972	(13.972)	(43.137)	(57.109)
Em 31 de março de 2026	6.859.670	(52.876)	168.539	-	4.142.542	(19.850.111)	(8.732.236)	457.250	(8.274.986)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de Reais - R\$**

	Atribuído aos acionistas controladores										Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital			Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados			Total
			Transações com acionistas	Reservas de capital			Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros				
Em 31 de março de 2024	6.859.670	(148.575)	135.857	10.227.070	3.006.397	197.097	602.254	499.635	-	21.379.405	746.159	22.125.564	
Resultado abrangente do exercício													
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.256.528)	(4.256.528)	79.577	(4.176.951)	
Equivalência patrimonial reflexa do patrimônio líquido das investidas	-	-	-	-	(302.324)	-	-	-	-	(302.324)	38	(302.286)	
Perda com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i> , líquida	-	-	-	-	(7.530)	-	-	-	-	(7.530)	-	(7.530)	
Desreconhecimento por perda de controle acionário (Nota 14.4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.583	8.583	
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	704.710	-	-	-	-	704.710	32.668	737.378	
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	394.856	-	-	-	(4.256.528)	(3.861.672)	120.866	(3.740.806)	
Distribuições aos acionistas, líquidas													
Aumentos de capital (Notas 14.3 e 26.1.b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.682	18.682	
Exercício de pagamento baseado em ações (Nota 28.3)	-	45.769	(45.769)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transação com pagamento baseado em ações (Nota 28.3)	-	-	74.393	-	-	-	-	-	-	74.393	-	74.393	
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.646	6.646	
Dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") (Nota 26.2.c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.605)	(63.605)	
Desreconhecimento por perda de controle acionário (Nota 14.4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(244.936)	(244.936)	
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	(2.957.542)	-	(197.097)	(602.254)	(499.635)	4.256.528	-	-	-	
Outros	-	-	-	(3.596)	-	-	-	-	-	(3.596)	3.596	-	
Total das distribuições aos acionistas, líquidas	-	45.769	28.624	(2.961.138)	-	(197.097)	(602.254)	(499.635)	4.256.528	70.797	(279.617)	(208.820)	
Em 31 de março de 2025	6.859.670	(102.806)	164.481	7.265.932	3.401.253	-	-	-	-	17.588.530	587.408	18.175.938	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RAÍZEN S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março

Em milhares de Reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto sobre a renda e contribuição social	(24.897.717)	(4.538.612)	(20.496.247)	(3.146.250)
Ajustes de:				
Depreciação e amortização (Nota 30.1)	458.750	486.477	9.669.021	9.352.208
Amortização de ativos de contratos com clientes (Notas 13.2 e 29.3)	546.478	477.785	665.495	612.227
Perda decorrente de mudança no valor justo dos ativos biológicos, líquida de realização (Notas 9.3 e 30.1)	-	-	1.537.620	801.696
Ganho por compra vantajosa, líquido (Nota 31)	-	(31.940)	(58.391)	(268.440)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 14.3)	22.706.196	3.769.024	181.626	204.827
Constituição de provisão de perda por desvalorização de ativo financeiro	-	-	-	19.587
(Reversão) constituição de provisão por desvalorização de investimentos (Notas 14.3 e 31)	-	-	(22.155)	54.274
Resultado na baixa de ágio e intangível (Nota 31)	73.569	-	354.807	-
Constituição de perda estimada em imobilizado e intangível (Nota 31)	2.383.099	13.663	7.675.598	470.413
Resultado na desvalorização de ativos, ágio e mais valia (Nota 31)	-	-	2.851.334	-
Resultado na alienação de ativos (Nota 31)	-	-	(980.308)	-
Ganhos na mensuração de ativos mantidos para venda, líquidos (Nota 31)	-	-	1.570.642	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	(187.784)	3.243.650	3.375.499	6.553.175
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros passivos (Notas 11.2.b, 20.7 e 32)	(161.028)	22.693	361.967	(967.608)
Perda (ganho) com instrumentos financeiros derivativos, líquida	5.374.305	(896.432)	9.492.531	2.213.359
Resultado de operações com créditos de descarbonização (CBIO)	231.438	523.446	247.026	625.929
Créditos de PIS e COFINS sobre combustíveis, líquidos	-	-	-	(1.819.019)
Reconhecimento de créditos fiscais extemporâneos, líquido de débitos	21.268	53.551	(215.282)	(307.647)
Ganho na redução e no encerramento de participações acionárias (Nota 31)	(836.864)	(47.302)	(883.063)	(394.879)
Mudança no valor justo dos estoques - Hedge de valor justo (Nota 8.3)	(382.050)	(30.763)	(382.050)	(30.763)
Outros	444.551	237.701	673.216	(178.646)
Varição dos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(87.519)	727.136	1.419.257	2.101.757
Estoques	(416.731)	456.856	1.748.014	1.275.413
Compra de CBIO	(208.120)	(543.720)	(257.523)	(587.807)
Adiantamentos a fornecedores	(77.001)	(10.023)	(593.390)	(181.319)
Caixa restrito	(1.042.499)	(86.312)	(1.151.718)	128.638
Pagamentos de ativos de contratos com clientes	(527.105)	(379.564)	(718.596)	(558.863)
Instrumentos financeiros derivativos	(851.795)	761.771	(818.877)	(629.938)
Partes relacionadas	102.997	125.007	(251.137)	1.361.365
Fornecedores	(707.016)	(1.777.800)	(2.970.756)	(1.471.973)
Convênios	(7.127.244)	(2.314.885)	(9.496.068)	(1.754.952)
Adiantamentos de clientes	(273.748)	91.472	(3.652.593)	(4.861.274)
Tributos a recuperar e a pagar, líquidos	(1.145.687)	(1.122.013)	(1.284.558)	(1.545.630)
Ordenados e salários a pagar	16.398	(130.244)	13.414	(312.584)
Outros, líquidos	(364.782)	(153.244)	(1.028.105)	(71.206)
Pagamento de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	(371.079)	(470.223)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(6.935.641)	(1.072.622)	(3.794.829)	6.215.847
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Resgates de (aplicações em) títulos e valores mobiliários, líquidos	393.725	(339.177)	309.846	(172.685)
Adições ao investimento (Nota 14.3)	-	(1.690.000)	(22.909)	(298.948)
Pagamentos na aquisição de negócios, líquidos de caixa adquirido	-	(6.158)	26.486	(230.082)
Adições aos ativos biológicos (Notas 9.3 e 36)	-	-	(1.830.663)	(2.065.121)
Aquisição de ativos imobilizado e intangível	(442.322)	(516.258)	(6.379.310)	(9.392.054)
Redução de caixa por perda de controle acionário	-	-	-	(95.363)
Caixa recebido na alienação de participações societárias, líquido	105	-	3.648.078	465.696
Caixa recebido na alienação de ativo imobilizado	7.569	4.725	153.443	348.377
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	1.593.666	139.257	54.826	7.602
Mútuos concedidos à coligadas, líquidos de recebimentos	(12.256)	(58.632)	(8.866)	(7.661)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	1.540.487	(2.466.243)	(4.049.069)	(11.440.239)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação líquida de Green Notes	-	-	-	9.565.934
Captação líquida de Senior Notes Due 2037	-	-	-	5.709.674
Recompra parcial de Senior Notes Due 2027	-	-	-	(901.550)
Captações de empréstimos e financiamentos de terceiros, líquidas dos gastos	6.438.436	5.326.377	30.939.413	19.460.591
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos de terceiros	(2.937.661)	(1.557.989)	(19.006.342)	(14.517.903)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos de terceiros	(532.294)	(305.763)	(4.119.307)	(3.181.586)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.343.612)	-	(3.865.622)	-
Pagamentos de principal de passivo de arrendamento de terceiros (Nota 19.4)	(42.654)	(104.382)	(3.106.280)	(3.327.504)
Pagamentos de juros sobre passivo de arrendamento de terceiros (Nota 19.4)	(5.994)	(14.279)	(438.696)	(449.320)
Pagamentos de principal de passivo de arrendamento de partes relacionadas (Nota 11.2.f)	(6.125)	(4.834)	(257.595)	(347.183)
Pagamentos de juros sobre passivo de arrendamento de partes relacionadas (Nota 11.2.f)	(887)	(660)	(36.670)	(48.171)
Captações de Pré pagamento de exportação ("PPE") intragrupo (Nota 11.2.b)	5.022.669	-	-	-
Pagamentos de juros sobre PPE intragrupo	(691.033)	(585.738)	-	-
Pagamentos de dividendos e JCP (Nota 26.2.b)	-	(103.488)	(17.093)	(173.973)
Integralização de capital por acionistas não controladores	-	-	956	2.405
Gestão de recursos financeiros ("GRF") de partes relacionadas, líquidos	(590.967)	8.055.079	95.027	(94)
Pagamentos de juros sobre GRF de partes relacionadas, líquidos	(708.572)	(730.021)	3.210	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	4.601.306	9.974.302	191.001	11.791.320
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	9.865	37.238	(651.508)	334.559
Acréscimo (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(783.983)	6.472.675	(8.304.405)	6.901.487
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5.2)	6.886.721	414.046	21.721.393	14.819.906
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5.2)	6.102.738	6.886.721	13.416.988	21.721.393

Informações suplementares ao fluxo de caixa estão demonstradas na Nota 36.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RAÍZEN S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de março Em milhares de Reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025 Reapresentado (Nota 2.8)	2026	2025 Reapresentado (Nota 2.8)
Receitas				
Vendas brutas de produtos e serviços, incluindo resultado com instrumentos financeiros (Nota 29.2)	139.720.794	136.421.110	244.567.097	273.968.694
Receitas relativas à construção de ativos próprios	128.463	207.148	4.375.390	7.180.749
Devoluções e cancelamentos de vendas, descontos comerciais e outros (Nota 29.2)	(1.872.203)	(1.403.178)	(3.508.148)	(2.793.701)
Amortização de ativos de contratos com clientes (Notas 13.2 e 29.2)	(546.478)	(477.785)	(665.495)	(612.227)
Constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, líquida	(249.811)	(29.727)	(183.023)	(336.036)
Perda decorrente de mudança no valor justo dos ativos biológicos, líquido de realização (Notas 9.3 e 30.1)	-	-	(1.537.620)	(801.696)
Mudança no valor justo dos estoques – Hedge de valor justo (Nota 8.3)	382.050	30.763	382.050	30.763
Resultado na alienação de ativos (Nota 31)	-	-	980.308	-
Ganho na redução e encerramento de participações acionárias (Nota 31)	836.864	47.302	883.063	47.302
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7.385)	(477.925)	285.985	2.552.240
	138.392.294	134.317.708	245.579.607	279.236.088
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(130.191.776)	(127.433.289)	(212.239.508)	(238.551.587)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.436.169)	(1.706.072)	(5.104.991)	(5.461.852)
Reversão (constituição) de perda estimada em imobilizado e intangível (Nota 31)	524	(13.663)	(4.785.601)	(490.000)
Resultado na baixa de ágio e intangível (Nota 31)	(73.569)	-	(354.807)	-
Constituição de perda estimada com impostos (Nota 31)	(2.383.623)	-	(2.889.997)	-
Reversão (constituição) de provisão por desvalorização de investimentos (Notas 14.3 e 31)	-	-	22.155	(54.274)
Resultado na desvalorização de ativos, ágio e mais valia (Nota 31)	-	-	(2.851.334)	-
Provisão de perdas na mensuração de ativos mantidos para venda (Nota 31)	-	-	(1.570.642)	-
	(134.084.613)	(129.153.024)	(229.774.725)	(244.557.713)
Valor adicionado bruto	4.307.681	5.164.684	15.804.882	34.678.375
Depreciação e amortização (Nota 30.1)	(458.750)	(486.477)	(9.669.021)	(9.352.208)
Valor adicionado líquido produzido	3.848.931	4.678.207	6.135.861	25.326.167
Valor adicionado recebido em transferências				
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 14.3)	(22.706.196)	(3.769.024)	(181.626)	(204.827)
Receitas financeiras (Nota 32)	1.592.173	329.524	3.147.601	1.217.168
Ganho com variações cambiais	2.241.282	1.271.735	4.429.708	2.384.406
Ganho em operações com derivativos	34.108	2.064.121	-	2.172.006
Outros valores recebidos em transferência	61.449	44.844	106.881	138.233
	(18.777.184)	(58.800)	7.502.564	5.706.986
Valor adicionado total	(14.928.253)	4.619.407	13.638.425	31.033.153
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	371.614	346.759	2.901.951	3.683.724
Benefícios	87.969	94.258	876.376	938.246
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS")	20.374	25.831	282.086	282.920
	479.957	466.848	4.060.413	4.904.890
Impostos, taxas e contribuições				
Federais e no exterior	2.239.173	443.372	14.017.844	13.602.949
Estaduais	1.761.210	1.832.558	3.152.791	3.419.214
Municipais	5.440	4.445	50.485	46.880
	4.005.823	2.280.375	17.221.120	17.069.043
Remuneração de capital de terceiros				
Despesas financeiras (Nota 32)	2.494.059	2.114.124	9.153.349	5.606.440
Perda com variações cambiais	707.531	2.752.900	1.271.386	4.895.498
Perda em operações com derivativos	4.432.460	1.261.688	9.067.261	2.734.233
	7.634.050	6.128.712	19.491.996	13.236.171
Remuneração de capital próprio				
Prejuízo do exercício	(27.048.083)	(4.256.528)	(27.048.083)	(4.256.528)
Dividendos e JCP (Nota 26.2.c)	-	-	-	21.070
Participação de acionistas não controladores	-	-	(87.021)	58.507
	(27.048.083)	(4.256.528)	(27.135.104)	(4.176.951)
Valor adicionado total	(14.928.253)	4.619.407	13.638.425	31.033.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto Operacional

A Raízen S.A. ("Companhia" ou "Raízen"), é uma Companhia de capital aberto na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), listada no segmento "Nível 2 de Governança Corporativa", sob o símbolo "RAIZ4". A Raízen é uma sociedade anônima de prazo indeterminado, constituída segundo as leis do Brasil, com sede e foro na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco, nº 222, Bloco 2, sala 321, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), Brasil. A Companhia é indiretamente controlada em conjunto pela Shell PLC ("Shell") e Cosan S.A. ("Cosan").

A Companhia e suas controladas ("Consolidado") têm como atividades preponderantes: (i) distribuição e venda de combustíveis fósseis e renováveis; (ii) produção e venda de lubrificantes automotivos e industriais; (iii) refino de petróleo; (iv) desenvolvimento de tecnologia em escala global, relativas à produção de açúcar, etanol e novas fontes de energia; (v) produção, *trading* e comércio de etanol, açúcar e bioenergia; (vi) desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis; e, (vii) participação societária em outras sociedades.

O plantio de cana-de-açúcar (principal fonte de matéria-prima para a produção de etanol, açúcar e bioenergia), requer um período de 12 a 18 meses para maturação e o período de colheita inicia-se, geralmente, entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de etanol, açúcar e bioenergia nas usinas da Companhia.

A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e está sujeita a tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar em sua região de atuação, bem como condições de demanda nos mercados-alvo, gerando certas flutuações nos estoques e no suprimento desta matéria-prima por impacto de condições climáticas adversas.

Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

1.1 Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Durante o exercício social findo em 31 de março de 2026, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 27.048.083 (Controladora) e R\$ 27.135.104 (Consolidado), patrimônio líquido negativo de R\$ 8.732.236 (Controladora) e R\$ 8.274.986 (Consolidado) e capital circulante líquido negativo de R\$ 14.497.172 (Controladora) e R\$ 51.245.319 (Consolidado). Adicionalmente, observou-se consumo relevante de caixa livre, aumento significativo dos níveis de alavancagem financeira e rebaixamento dos *ratings* corporativos da Companhia pelas principais agências nacionais e internacionais (Nota 4.13), bem como o descumprimento de determinados *covenants* não financeiros (Nota 20.8). Adicionalmente, a Companhia protocolou, em 11 de março de 2026, o pedido de recuperação extrajudicial cuja efetivação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes e ao êxito na homologação do Plano, conforme divulgado na Nota 1.1.1.

Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da Companhia.

Avaliação da Administração sobre continuidade operacional

Desde novembro de 2024, a Companhia vem implementando iniciativas voltadas à simplificação organizacional, eficiência operacional e otimização da estrutura de capital. Tais

iniciativas incluem a racionalização do portfólio, venda de ativos, redução de investimentos, além da reestruturação de dívidas financeiras no contexto da recuperação extrajudicial.

A avaliação da Administração sobre a continuidade operacional considerou, entre outros fatores, (i) a manutenção das operações regulares da Companhia, (ii) a execução do plano de desinvestimento de ativos não estratégicos e a (iii) implementação das medidas de reestruturação previstas.

A avaliação da Administração sobre continuidade operacional considerou eventos e circunstâncias conhecidos até 29 de junho de 2026, data de aprovação destas demonstrações financeiras.

Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que a premissa de continuidade operacional permanece apropriada para a elaboração das demonstrações financeiras anuais em 31 de março de 2026, conforme previsto no IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

1.1.1 Plano de Recuperação Extrajudicial (“Plano”)

No exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia comunicou ao mercado que, como resultado da avaliação de alternativas econômico-financeiras voltadas à redução de sua alavancagem e ao equacionamento de sua estrutura de capital, protocolou, em 11 de março de 2026, pedido de recuperação extrajudicial, nos termos da Lei nº 11.101/05 (“LFR”).

Em 12 de março de 2026, o Juízo da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo deferiu o processamento do Plano da Companhia e determinadas controladas.

A decisão: (i) ratificou a suspensão, pelo prazo de 180 dias, de todas as ações e execuções contra a Companhia em relação aos créditos abrangidos pelo Plano, incluindo a suspensão da exigibilidade de principal, juros e demais encargos durante esse período; e (ii) concedeu o prazo de 90 dias para que a Companhia demonstrasse o alcance de quórum necessário para homologação do Plano.

O Plano foi consensualmente estruturado entre a Raízen e seus principais credores financeiros quirografários, com o objetivo de assegurar um ambiente jurídico estável, protegido e adequado para a negociação e implementação da reestruturação de suas dívidas financeiras.

O Plano possui escopo estritamente financeiro e não abrange as dívidas e obrigações da Companhia e de suas controladas com clientes, fornecedores, revendedores, empregados e demais parceiros de negócios, essenciais para a condução de suas operações, as quais permanecem vigentes e continuam sendo cumpridas normalmente, nos termos dos respectivos contratos.

Em 5 de junho de 2026, conforme Fato Relevante divulgado nessa data, a Companhia submeteu seu Plano no âmbito do referido processo, o qual contou com a adesão relevante de 75,45% dos credores dos créditos financeiros quirografários abrangidos, cujo valor total é de R\$ 64,7 bilhões, atendendo os requisitos do artigo 163 da LFR.

Em 12 de junho de 2026, conforme Comunicado ao Mercado divulgado nessa data, a Companhia informou que recebeu e protocolou novas adesões que elevaram o percentual de apoio ao Plano para 80,15% dos créditos reestruturados.

Principais termos do Plano

Os principais termos e condições apresentados no Plano incluem, entre outros:

- Aumento de capital de até R\$ 3,5 bilhões na conclusão da transação, ao preço de R\$ 0,25 por ação, a ser realizado pelo acionista Shell e o potencial aporte adicional de até R\$ 500 milhões a ser realizado pela Aguassanta Participações S.A.;
- Conversão de 45% dos créditos reestruturados em participação acionária, por meio de *Units* que serão compostas por uma ação ordinária e uma ação preferencial, ao preço de emissão de R\$ 0,50 por Unit, sendo o valor de referência R\$ 0,25 por ação, com emissão de *Units* compostas por uma ação;
- Definição de novas condições financeiras para a dívida renegociada, sendo prevista remuneração: (i) baseada em CDI acrescido de spread para as dívidas em moeda nacional; e (ii) taxas pré-fixadas para as dívidas em moeda estrangeira. As novas condições preveem pagamento de juros semestral, garantias e *covenants* típicos de instrumentos *high-yield*.
- Extensão dos prazos de vencimento das dívidas para períodos entre 2032 e 2035, conforme entidade emissora;
- Possibilidade de pré-pagamento das dívidas reestruturadas, a critério da Companhia, sem incidência de prêmio;
- Manutenção do contrato de licença de uso da marca Shell, sujeito à renegociação de determinados termos; e
- Para determinados credores, o plano apresenta alternativas (i) de liquidação com aplicação de descontos sobre os valores devidos ou (ii) pagamento antecipado em dinheiro, sujeito a limite global agregado de aproximadamente R\$ 150 milhões, conforme estabelecido nos termos do Plano.

Condições precedentes

As condições precedentes para implementação do Plano são:

- Celebração de transação tributária (conforme definido no item 1.1.144 do Plano divulgado ao mercado) envolvendo determinados passivos federais, como condição precedente para a conclusão da reestruturação;
- Acordo sobre plano de desinvestimentos de ativos não estratégicos;
- Acordo sobre obrigações de reembolsáveis com os acionistas; e
- Reorganização societária, incluindo a separação da Companhia entre "Raízen Energia" e "Raízen Combustíveis", com prazo previsto para conclusão até 31 de dezembro de 2027.

O referido Plano permanece sujeito à homologação pelo Juízo da recuperação extrajudicial, observado o prazo legal para apresentação de eventuais objeções por credores, bem como ao cumprimento de condições precedentes previstas em seus termos.

Dessa forma, a implementação do Plano, incluindo o prazo estimado para sua conclusão, permanece sujeita a incertezas e dependerá do atendimento das condições precedentes estabelecidas, podendo se estender até 31 de março de 2027, conforme previsto nos documentos da reestruturação.

RAÍZEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os impactos contábeis decorrentes desses termos serão reconhecidos até a data da implementação do Plano.

Impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Neste contexto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas refletem impactos relevantes e não usuais, incluindo, entre outros:

- Reclassificação para o passivo circulante das dívidas abrangidas no Plano e de dívidas com cláusulas de vencimento cruzado ("*cross default*") para os quais não houve obtenção de dispensa ("*waiver*") até a data-base (Nota 20);
- Reconhecimento de despesas financeiras, relacionadas à amortização antecipada de custos de transação e encargos financeiros (Nota 32);
- Reconhecimento de variação monetária e cambial de determinados passivos financeiros, que tiveram a liquidação das posições de derivativos que foram incluídos no Plano (Nota 32); e
- Reconhecimento de efeitos decorrentes do encerramento de transações de *hedge accounting* (Nota 4.11).

Julgamento sobre incerteza relevante relacionada à continuidade operacional

Os eventos e condições acima descritos indicam a existência de incerteza relevante, que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Companhia, uma vez que a realização do pressuposto de continuidade operacional depende substancialmente do êxito dos planos da Administração, cujos desfechos não dependem integralmente da Companhia.

No exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia revisitou os julgamentos aplicáveis às premissas relevantes utilizadas nos testes de recuperabilidade de determinados ativos e reconheceu provisões adicionais de perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, incluindo imobilizado, ágio e tributos diferidos (Notas 15, 16, 21 e 31), bem como constituiu provisões para perdas na realização de créditos tributários (Nota 10).

Essa conclusão deverá ser reavaliada à medida que houver maior grau de definição quanto à implementação do Plano de Recuperação Extrajudicial, cuja efetivação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes previstas até 31 de março de 2027.

1.2 Principais transações ocorridas no exercício findo em 31 de março de 2026.

(a) Reciclagem de portfólio de negócios

No exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia avançou em iniciativas de reciclagem de seu portfólio de ativos, com foco na otimização de sua estrutura de capital. Nesse contexto, foram celebradas as vendas da Raízen Power Comercializadora de Energia Ltda. e Raízen GD Ltda.

Ainda neste exercício, foram concluídas as vendas das Usinas Leme, Santa Elisa (especificamente ativos e contratos agrícolas), Passatempo, Rio Brilhante e Continental, além de determinadas usinas de geração distribuída.

Os detalhes dessas operações estão apresentados nas Notas 12 e 31.

RAÍZEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

(b) Redução ao valor recuperável de ativos

No exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia realizou testes de recuperabilidade de ativos, conforme previsto nas normas contábeis aplicáveis, os quais resultaram no reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável de determinados ativos tangíveis e intangíveis.

Os detalhes dessas operações estão descritos nas Notas 10, 15, 16, e 31.

(c) Tributos diferidos ativos

Em virtude do contexto de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional, a Companhia reavaliou a recuperabilidade dos tributos diferidos ativos e constituiu provisão para perda sobre a sua totalidade, conforme detalhado na Nota 21.5.

(d) Cisão parcial da Companhia

No exercício findo em 31 de março de 2026, foi realizada a cisão parcial de determinados bens, direitos e obrigações da Companhia para sua controlada direta Raízen Energia S.A. ("RESA").

Como resultado da cisão, todos os direitos e obrigações vinculados ao acervo cindido foram transferidos à RESA, que os sucedeu integralmente, sem qualquer descontinuidade operacional ou contábil. Os efeitos desta operação estão apresentados na Nota 14.5.a.

(e) Encerramento de parceria societária

Em 4 de setembro de 2025, a Companhia e a Femsacomercio S.A. de C.V. ("FEMSA") decidiram, de comum acordo, encerrar a parceria estabelecida em 2019 por meio da *joint venture* Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A. ("Grupo Nós").

O encerramento foi estruturado por meio de troca de participações societárias, sem pagamento entre as partes, pela qual a Raízen receberá 1.256 lojas de conveniência Shell Select e Shell Café, enquanto a FEMSA ficará com 611 mercados OXXO.

Em 1º de fevereiro de 2026, a Companhia concluiu a operação de encerramento da *joint venture* Grupo Nós. Os efeitos preliminares desta operação estão apresentados na Nota 14.7.

2. Principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations)*, observadas as disposições da Lei nº 6.404, de 27 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações ou ("LSA")), e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis aplicadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas na Nota 2.7 e nas demais notas explicativas.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de junho de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto, quando aplicável, pela valorização de determinados ativos e passivos como aplicações financeiras, ativos biológicos e instrumentos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), os quais são mensurados pelo valor justo. Os ativos e passivos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R\$"), moeda funcional da Companhia e de suas controladas que atuam no Brasil. A moeda funcional das controladas que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano ("US\$"), exceto pela ex-controlada Raízen Paraguay S.A. ("Raízen Paraguai"), que tem como moeda funcional o guarani ("GS") e que deixou de ser consolidada pela Raízen a partir de 1º de dezembro de 2024 (Nota 14.4). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia, e aquelas utilizadas como base para a avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada sociedade. Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos foram convertidos para R\$ pela taxa de câmbio do fechamento do exercício e os resultados foram apurados pela taxa média mensal durante o exercício. Os efeitos de conversão para R\$ estão registrados no patrimônio líquido da Companhia, em outros resultados abrangentes (Efeito de conversão de moeda estrangeira).

2.4 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias de capital aberto. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. As normas contábeis internacionais ("*IFRS Accounting Standards*") não requerem a apresentação da DVA, sendo a mesma considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto destas referidas demonstrações financeiras.

A DVA tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras. Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

RAÍZEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia e suas controladas.

As estimativas e premissas contábeis críticas, assim como julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis que requerem maior nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação estão mencionadas a seguir:

- Continuidade operacional (Nota 1.1);
- Valor justo de instrumentos financeiros (Nota 4.1);
- Ativos biológicos (Nota 9.2);
- Valor recuperável dos ativos não financeiros (Nota (16.2))
- Passivo de arrendamento (Nota 19.2);
- Imposto sobre a renda, contribuição social e outros tributos a pagar e tributos diferidos (Nota 21.2); e
- Provisão para demandas judiciais (Nota 24.2).

2.6 Base de consolidação

As demonstrações financeiras incluem as informações financeiras da Raízen e das suas controladas. As controladas diretas e indiretas estão listadas a seguir:

	2026		2025	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição de combustíveis - Brasil				
Blueway Trading Importação e Exportação S.A. ("Blueway")	100%	-	100%	-
Neolubes Indústria de Lubrificantes Ltda. ("Neolubes") (10)	-	-	-	100%
Raízen Serviços e Participações S.A. ("Raízen Serviços e Participações")	100%	-	100%	-
Petróleo Sabbá S.A. ("Sabbá")	80%	-	80%	-
Raízen Mime Combustíveis S.A. ("Raízen Mime")	76%	-	76%	-
Centroeste Distribuição de Derivados de Petróleo S.A. ("Centroeste Distribuição")	89%	-	89%	-
Sabor Raíz Alimentação S.A. (13)	-	-	69%	-
Raízen Trading DMCC	100%	-	100%	-
Rede Integrada Sul de Conveniências Ltda. ("Rede Integrada Sul") (11)	91%	-	-	-
Rede Integrada Centro Norte e Nordeste de Conveniências Ltda. ("Rede Integrada Norte e Nordeste") (11)	96%	-	-	-
RZ Gestão de Conveniência e Serviços Ltda.	100%	-	-	-
RZ Conveniências Brasil Ltda.	100%	-	-	-
Distribuição de combustíveis - Argentina				
Raízen Argentina S.A. (12)	-	100%	100%	-
Raízen Energina S.A. (12)	-	100%	95%	5%
Deheza S.A. (12)	-	100%	-	100%
Estación Lima S.A. (12)	-	100%	-	100%
EAB				
Raízen Energia S.A. ("RESA")	100%	-	100%	-
Benálcool Açúcar e Álcool Ltda.	-	100%	-	100%
Bioenergia Araraquara Ltda. ("Bio Araraquara") (5)	-	-	-	100%
Bioenergia Barra Ltda. ("Bio Barra")	-	100%	-	100%
Bioenergia Caarapó Ltda.	-	100%	-	100%
Bioenergia Costa Pinto Ltda. ("Bio Costa Pinto") (5)	-	-	-	100%
Bioenergia Gasa S.A.	-	100%	-	100%
Bioenergia Jataí Ltda. ("Bio Jataí") (5)	-	-	-	100%
Bioenergia Maracá Ltda.	-	100%	-	100%
Bioenergia Rafard Ltda. ("Bio Rafard") (5)	-	-	-	100%
Bioenergia Serra Ltda. ("Bio Serra") (5)	-	-	-	100%

RAÍZEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Bioenergia Tarumã Ltda.	-	100%	-	100%
Bioenergia Univalem Ltda. ("Bio Univalem") (5)	-	-	-	100%
Raízen Ásia PTE Ltd.	-	100%	-	100%
Raízen Biomassa S.A.	-	82%	-	82%
Raízen Biotecnologia S.A.	-	100%	-	100%
Raízen Caarapó Açúcar e Álcool Ltda.	-	100%	-	100%
Raízen Fuels Finance S.A. ("Raízen Fuels")	-	100%	-	100%
Raízen GD Ltda. (4)	-	100%	-	100%
Raízen International Universal Corp.	-	100%	-	100%
Raízen North America, Inc.	-	100%	-	100%
Raízen Trading Colombia S.A.S.	-	100%	-	100%
Raízen Trading LLP ("Raízen Trading")	-	100%	-	100%
Raízen Trading Netherlands BV	-	100%	-	100%
Raízen Trading S.A.	-	100%	-	100%
Ethos Ergon Global Holdings PTE Ltd.	-	100%	-	100%
Ethos Sustainable Solutions PTE Ltd.	-	100%	-	100%
Raízen-Geo Biogás S.A. ("Biogás")	-	92%	-	92%
Raízen-Geo Biogás Barra Ltda. (2)	-	-	-	100%
Raízen-Geo Biogás Univalem Ltda. (2)	-	-	-	100%
Raízen Comercializadora de Gás Ltda.	-	100%	-	100%
RWXE Participações S.A.	-	100%	-	100%
RZ Agrícola Caarapó Ltda.	-	100%	-	100%
Raízen Power Comercializadora de Energia Ltda. ("Raízen Power") (4)	-	100%	-	100%
Raízen-Geo Biogás Costa Pinto Ltda.	-	100%	-	100%
Raízen GD Next Participações S.A. (5)	-	-	-	100%
Raízen Energia Rio S.A. (3)	-	-	-	100%
Raízen Serviços de O&M Ltda. (3)	-	-	-	100%
Bio Raízen Energia S.A. (3)	-	-	-	100%
Bio Raízen Locações de Máquinas e Equipamentos Industriais Ltda. (3)	-	-	-	100%
Bio Raízen Consultoria em Engenharia Elétrica Ltda. (3)	-	-	-	100%
CGB Santos Energia Ltda.	-	100%	-	100%
Raízen Microgeração Solar Ltda. (3)	-	-	-	100%
CGS Piancó Ltda. (3)	-	-	-	100%
Raízen Gera Desenvolvedora S.A. (3)	-	-	-	51%
Raízen Centro-Sul S.A.	-	100%	-	100%
Raízen Centro-Sul Paulista S.A.	-	100%	-	100%
Raízen Centro-Sul Comercializadora S.A. (5)	-	-	-	100%
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I S.A. ("Santa Cândida I")	-	100%	-	100%
Geração Bioeletricidade Santa Cândida II S.A. ("Santa Cândida II") (5)	-	-	-	100%
Raízen Comercializadora de Energia Ltda.	-	100%	-	100%
Bioenergia Gasa Holding S.A. ("Bio Gasa Holding")	-	53%	-	53%
Dunamis Projetos de Energia Fotovoltaica SPE S.A. ("Dunamis") (4)	-	1%	-	1%
Tâmara Energia e Participações S.A. ("Tâmara") (4)	-	100%	-	-
UFV Brasília DF GD Ltda. (4)	-	100%	-	100%
RGD Solar Desenvolvimento Ltda. (3)	-	-	-	100%
CGB Alagoas Energia S.A. (3)	-	-	-	60%
RGD Biogás Cachoeiro de Itapemirim Ltda. (3)	-	-	-	100%
RGD Biogás Desenvolvimento Ltda. (3)	-	-	-	100%
CGS Alagoas Energia Ltda. (7)	-	55%	-	55%
CGH Cachoeira da Fábrica Ltda. (3)	-	-	-	100%
RGD Bioenergia S.A. (5)	-	-	-	67%
RGD Serviços de O&M Ltda. (3)	-	-	-	100%
Bio Polaris Energia Locações de Máquinas e Equipamentos Industriais III Ltda. (7)	-	100%	-	-
Polaris IV Energia Ltda. (7)	-	100%	-	-
Polaris V Energia Ltda. (7)	-	100%	-	-
Polaris VI Energia Ltda. (7)	-	100%	-	-
Polaris VIII Energia Ltda. (7)	-	100%	-	-
Polaris IX Energia Ltda. (7)	-	100%	-	-
Polaris XI Energia Ltda. (7)	-	100%	-	-
UFV Aurora 1 (3)	-	-	-	100%
UFV Aurora 2 Ltda. (7)	-	100%	-	100%
UFV Aurora 3 (3)	-	-	-	100%

RAÍZEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

UFV Aurora 4 (3)	-	-	-	100%
UFV Aurora 5 Ltda.	-	100%	-	100%
UFV Aurora 6 (3)	-	-	-	100%
UFV Aurora 7 Ltda. (7)	-	100%	-	-
UFV Aurora 8 Ltda. (7)	-	100%	-	-
UFV Santa Adélia SP GD Ltda. (3)	-	-	-	100%
UFV Senador Elói RN GD Ltda. (7)	-	100%	-	100%
UFV São Mateus ES GD Ltda. (anteriormente denominada UFV São Luis do Curu 2 CE GD Ltda. (7)	-	100%	-	100%
UFV Ibiapina CE GD Ltda. (7)	-	-	-	100%
UFV São Gonçalo CE GD Ltda. (7)	-	100%	-	100%
UFV Arcoverde PE GD Ltda. (7)	-	100%	-	100%
Raízen E2G Solution S.A. (9)	-	-	-	100%
UFV Passira PE GD Ltda. (7)	-	100%	-	100%
UFV Cabeceiras GO GD Ltda. (anteriormente denominada UFV Buriti dos Lopes PI GD Ltda. (7)	-	100%	-	100%
UFV Marataizes ES GD Ltda. (3)	-	-	-	100%
UFV São Manoel SP GD Ltda. (3)	-	-	-	100%
UFV Guararapes SP GD Ltda. (7)	-	100%	-	100%
UFV Dom Marcolino RN GD Ltda (anteriormente denominada UFV Candiba BA GD Ltda.) (7)	-	100%	-	100%
UFV Penedo AL GD Ltda. (7)	-	100%	-	-
UFV Paudalho PE GD Ltda. (3)	-	-	-	100%
UFV Caxambu SP GD Ltda. (7)	-	100%	-	-
UFV Cristalina GO GD Ltda. (7)	-	100%	-	-
UUFV Valença RJ GD Ltda. (7)	-	100%	-	-
UFV Cotia SP GD Ltda. (7)	-	100%	-	-
Conceição do Araguaia PA GD Ltda.	-	100%	-	-
UFV Embu-Guacu SP GD Ltda. (7)	-	100%	-	-
UFV Euclides da Cunha BA GD Ltda. (7)	-	100%	-	-
UFV Novo Repartimento PA GD Ltda. (7)	-	100%	-	-
UFV Quatis RJ GD Ltda. (7)	-	100%	-	-
UFV Riolandia SP GD Ltda. (7)	-	100%	-	-
UFV Cachoeira BA GD Ltda. (7)	-	100%	-	-
UFV Feira de Santana BA GD Ltda. (7)	-	100%	-	-
UFV Artur Nogueira SP GD Ltda. (7)	-	100%	-	-
Raízen Soba Agroindustrial Ltda.	-	100%	-	-
Raízen GD Ativos Ltda.	-	100%	-	-
Raízen Argentina S.A. ("Raízen Argentina") (6)	-	100%	-	-
Raízen Energina S.A. (6)	-	95%	-	-
Deheza S.A. (6)	-	100%	-	-
Estación Lima S.A. (6)	-	100%	-	-
Raízen Egito Agrícola 8 Ltda. (6)	-	100%	-	-
GOSOLAR UFV I SPE S.A. (8)	-	67%	-	67%
GOSOLAR UFV IV SPE S.A. (7)	-	67%	-	67%
HP2 SOLAR SPE S.A.	-	67%	-	67%
RCL3X FIAGRO – Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("FIAGRO") (1)	-	100%	-	22%
Outros segmentos				
Payly Holding Ltda. ("Payly")	100%	-	100%	
Payly Instituição de Pagamento S.A.	-	100%	-	100%

RAÍZEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (1) A Companhia detém controle econômico devido à sua exposição significativa aos riscos e benefícios gerados pelas atividades do fundo, razão pela qual os ativos e passivos foram integralmente consolidados, com eliminação dos saldos e transações entre cotista e fundo. A consolidação reflete a essência econômica da estrutura, embora o fundo mantenha sua individualidade jurídica.
- (2) Em 31 de julho de 2025, as empresas Raízen-Geo Biogás Barra Ltda. e Raízen-Geo Biogás Univalem Ltda. foram dissolvidas por decisão da única sócia Biogás, tendo em vista que desde a constituição nunca desenvolveram qualquer atividade e a sócia não possui a intenção de operá-las no futuro.
- (3) Participação societária relacionadas aos ativos de geração distribuídas, que foram vendidos no exercício.
- (4) Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a controlada direta RESA passou a ter participação direta nas entidades.
- (5) Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Bio Araraquara, Bio Rafard, Bio Serra, Bio Costa Pinto, Bio Jataí, Bio Univalem, Santa Cândida II e Raízen Centro-Sul Comercializadora S.A. foram incorporadas pela controlada direta RESA, e a Raízen GD Next Participações S.A. pela Bio Barra.
- (6) Participações societárias transferidas para a controlada direta RESA através do processo de cisão parcial da Companhia (Nota 14.5).
- (7) Empresas constituídas para fins de suporte ao processo de venda do negócio de Geração Distribuída e reciclagem de portfólio.
- (8) Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a controlada direta RESA passou a ter 37,28% de participação societária na entidade.
- (9) Participação societária relacionada a empresa Raízen E2G Solution S.A., que foi vendida no exercício.
- (10) Em 1º de março de 2026 a empresa foi incorporada na controlada direta Blueway.
- (11) No exercício findo em 31 de março de 2026, as controladas Rede Integrada Sul e Rede Integrada Norte e Nordeste passaram a ser um investimento direto da Companhia oriundo do processo de redução de participação do Grupo Nós (Nota 1.2.e)
- (12) Participações societárias transferidas para a controlada direta RESA através do processo de cisão parcial da Companhia (Nota 14.5).
- (13) Em 17 de março de 2026 a entidade foi extinta.

Os investimentos em controladas são integralmente consolidados a partir da data da aquisição do controle e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data-base de divulgação da Raízen, com a exceção da Dunamis e Tâmara (um mês de defasagem). As políticas contábeis são utilizadas de forma consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Os saldos e as transações oriundas das operações entre as controladas diretas e indiretas tais como receitas, despesas e resultados não realizados são totalmente eliminados.

2.7 Sumário das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras e estão apresentadas e resumidas nas notas explicativas da respectiva rubrica, exceto as descritas abaixo:

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pelas entidades da Companhia pela taxa da moeda funcional vigente na data da transação ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda R\$, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços

patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica "Resultado financeiro", exceto quando qualificados como *hedge accounting* e, portanto, reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial".

Itens não-monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de conversão na data inicial da transação. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira, se existentes, são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior (entidades com moeda funcional diferente da controladora Raízen), são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento, e os ajustes resultantes da conversão também são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", como efeitos de conversão de moeda estrangeira.

(b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiro

A Companhia e suas controladas avaliam anualmente, e sempre que houver indícios de desvalorização, a existência de indicadores de perda de valor recuperável de um ativo. Se esses indicadores são identificados, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso. Quando necessário, o valor em uso é comumente apurado com base no fluxo de caixa descontado decorrentes do uso contínuo do ativo até o fim da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicadores de perda de valor, o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, quando existentes, são testados anualmente quanto à recuperabilidade.

Quando o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável, a perda é reconhecida como despesa operacional na demonstração do resultado.

(c) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos Financeiros

Mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) ao valor justo por meio do resultado. A reclassificação entre as classes acontece quando ocorrem mudança no modelo de negócios da gestão dos ativos e passivos financeiros.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: (i) mantido em modelo de negócio cujo objetivo seja de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir: (i) mantido em modelo de negócio cujo objetivo seja tanto de recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e, (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

RAÍZEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Todos os ativos financeiros designados como mensurados ao valor justo e aqueles não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Além disso, os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação do modelo de negócios

A Companhia realiza uma avaliação do modelo de negócio aplicado no gerenciamento de seus ativos financeiros para obtenção dos fluxos de caixa contratuais. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira, ou seja, identificar se a estratégia da Administração tem como foco: a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os executivos do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e, (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa constituídos exclusivamente de pagamento de principal e juros.

Essa avaliação inclui a verificação de termo contratual que poderia alterar o momento ou o valor dos fluxos caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Para a referida análise é considerado: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e, (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são principalmente definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (*impairment*)

Para a avaliação e mensuração de perdas de crédito esperadas, é adotada como expediente prático uma matriz de perda esperada que considera o agrupamento dos clientes por similaridade nas características de crédito, canal de venda e *rating* (classificação de risco do cliente, mensurada internamente).

A Companhia aplica o modelo de perda de crédito esperada aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(ii) Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, compreendendo, principalmente, no caso da Companhia, empréstimos e financiamentos, saldos a pagar a fornecedores e partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos.

Os pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos, de terceiros e partes relacionadas, são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal e executável de compensar os montantes reconhecidos, e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou (ii) a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo de "repasso".

A efetiva transferência dos direitos de receber fluxos de caixa de um ativo é obtida quando: (a) a Companhia transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transfere nem retém, substancialmente, todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas. Para esses casos o reconhecimento do ativo transferido é realizado na medida do envolvimento contínuo da Companhia com esses instrumentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Além disso, caso um passivo financeiro existente seja substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. Para estes casos, a diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge***Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de *commodities*, opções e *swaps* para fornecer proteção para o risco de variação das taxas de câmbio, taxas de juros, e índice de preços e dos preços *commodities*. Estes instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o instrumento é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Quando o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, a diferença é reconhecida imediatamente no resultado quando utilizados dados observáveis de mercado em sua mensuração, nos demais casos, é diferida e apropriada ao resultado à medida que fatores de mercado, incluindo o fator tempo, justifiquem seu reconhecimento.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos não designados como *hedge accounting* durante o exercício são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado (no caso dos instrumentos relacionados a transações operacionais nas rubricas operacionais (por exemplo: receita, custo, despesas) e no caso de instrumentos ligados a operações financeiras, são reconhecidos no resultado financeiro). Para os instrumentos designados como *cash flow hedge* os ganhos e perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial".

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

Para os fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações: (i) *hedge* de valor justo: *hedge* para a proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, bem como componente de quaisquer desses itens, que seja atribuível a risco específico e que possa afetar o resultado; (ii) *hedge* de fluxo de caixa: *hedge* da exposição a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou compromisso firme e que possa afetar o resultado; ou, (iii) *hedge* de investimento líquido em operação no exterior numa unidade operacional estrangeira.

No momento da designação, a Companhia classifica e documenta, formalmente, a relação de proteção. A documentação inclui principalmente: (i) a identificação do instrumento de *hedge*; (ii) o item ou transação objeto de *hedge*; (iii) a natureza do risco objeto de *hedge*; (iv) a demonstração da transação estar dentro das políticas e práticas da Administração; (v) a demonstração da correlação do instrumento de *hedge* para fins de compensação à exposição da mudança no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*; (vi) o caráter altamente provável da transação prevista como objeto do *hedge*, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado, o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração; (vii) critérios para a avaliação do efeito do risco de crédito na relação de proteção; e, (viii) métricas para apuração da efetividade, bem como eventuais fontes de ineficácia.

A Companhia possui designações formais para a contabilidade de *hedge* às seguintes estruturas:

- **Hedge de fluxo de caixa**

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Caso o item objeto de *hedge* seja o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial desse ativo ou passivo. Caso a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não seja mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem no patrimônio líquido até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado. As relações de *hedge* de fluxo de caixa das exportações ou importações futuras altamente prováveis são consideradas como relações de proteções contínuas e se qualificam para contabilização de *hedge*.

- **Hedge de valor justo de determinados passivos financeiros**

O valor contábil de dívidas designadas em uma relação de *hedge* de valor justo é ajustado para incluir as alterações no valor justo do risco protegido, com objetivo de eliminar ou reduzir significativamente inconsistências na mensuração que, de outra forma, resultariam no reconhecimento de ganhos e perdas sobre os empréstimos e financiamentos em bases distintas.

A contrapartida dos ajustes de *hedge* de valor justo sobre empréstimos e financiamentos é reconhecida na rubrica "Resultado financeiro", como "Valor justo de instrumentos financeiros passivos" e é classificada no grupo de "Receitas Financeiras" ou "Despesas financeiras".

Quando a estrutura é descontinuada, qualquer ajuste decorrente da mensuração a valor justo do risco protegido deve ser amortizado no resultado.

- **Hedge de valor justo de estoque**

A controladora Raízen designa a valor justo o estoque de derivados com derivativos atrelados, cujos detalhes estão descritos na Notas 4.6 e 8.

Avaliação dos testes de efetividade

Existe uma relação econômica entre os itens protegidos e os instrumentos de *hedge*, uma vez que os instrumentos são contratados com as mesmas características das operações designadas como objeto de *hedge*. A Companhia estabeleceu um índice de cobertura 1:1, para as relações designadas para a contabilidade de *hedge*. Esse parâmetro foi estabelecido considerando que o risco subjacente dos instrumentos de proteção é semelhante aos riscos protegidos.

Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia utiliza o método do derivativo hipotético para as estruturas de *hedge* de fluxo de caixa e análise dos termos críticos para as estruturas de *hedge* de valor justo, comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* com as mudanças no valor justo dos itens protegidos atribuíveis aos riscos protegidos.

As fontes de inefetividade de *hedge* podem ser oriundas de: (i) diferenças no *timing* dos fluxos de caixa dos itens protegidos e dos instrumentos de *hedge*; (ii) índices diferentes (e, conseqüentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de *hedge*; e, (iii) alterações na quantidade/volume prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de *hedge*.

(d) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, incluindo obrigação não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e, (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

(e) Questões ambientais

A Companhia reconhece provisão para perda com gastos ambientais, reconhecidos na rubrica "Outras obrigações", na medida em que seja necessário realizar remediação ambiental do dano causado.

(f) CBIOs gerados (modelo de entidade originadora)

A RESA foi classificada, para fins do OCPC 10, como entidade originadora de créditos de descarbonização, em função de sua atuação na produção de biocombustíveis com menor intensidade de carbono, conforme os requisitos do Programa RenovaBio (Lei nº 13.576/2017). Nesse contexto, a RESA gera CBIOs a partir da certificação de sua produção, os quais podem ser negociados em mercado ativo.

Os CBIOs gerados são reconhecidos como estoques (Nota 8) no momento de sua escrituração pela entidade reguladora competente (ANP – Agência Nacional do Petróleo).

No reconhecimento inicial, os CBIOs são mensurados ao valor justo, determinado com base no preço médio de mercado do dia anterior à escrituração, líquido das despesas estimadas de venda.

Após o reconhecimento inicial, os CBIOs são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme o IAS 2/CPC 16 – Estoques.

A baixa ocorre no momento de sua venda, quando o respectivo estoque é realizado contra o resultado, conforme os critérios de reconhecimento de receita previstos no IFRS 15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

(g) CBIOs adquiridos para aposentadoria (modelo de usuário final)

Os CBIOs adquiridos são reconhecidos como intangível até o momento de sua aposentadoria, por representarem instrumentos destinados ao atendimento de obrigações regulatórias da Companhia.

Os CBIOs adquiridos são mensurados pelo custo de aquisição.

A baixa no momento da aposentadoria dos créditos, os respectivos valores são reconhecidos no resultado como custo dos produtos vendidos, em consonância com a finalidade de cumprimento regulatório.

A aplicação da OCPC 10 envolve julgamento por parte da Administração, especialmente quanto: à classificação dos CBIOs, tanto gerados quanto adquiridos, como estoques e ao

entendimento de que a contrapartida do reconhecimento inicial dos CBIOS gerados representa uma subvenção governamental, nos termos do IAS 20/CPC 07.

A política contábil reflete de forma adequada a substância econômica das operações relacionadas aos CBIOS e está consistente com os princípios das normas contábeis aplicáveis, incluindo o IAS 20/CPC 07, IAS 2/CPC 16 e IFRS 15/CPC 47.

A Administração monitora continuamente a volatilidade dos preços de CBIOS no mercado, os quais podem impactar o valor realizável líquido dos estoques, bem como o custo de cumprimento das obrigações regulatórias, podendo afetar os resultados futuros da Companhia.

2.8 Reapresentação da Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia procedeu a reapresentação de determinadas rubricas da DVA referente ao exercício findo em 31 de março de 2025 em atendimento a resolução CVM 199/2024, a fim de manter a comparabilidade com os valores do exercício findo em 31 de março de 2026. A reapresentação resultou nas seguintes reclassificações de valores anteriormente apresentados:

- (i) Apresentação da rubrica de ativos construídos para uso próprio, referente a planta portadora e imobilizado em andamento, que agora inclui os ativos que tem por característica a construção com recursos próprios.
- (ii) Correção referente aos valores de INSS, anteriormente apresentados na rubrica de "Pessoal – Remuneração direta", passando a ser apresentados na rubrica de "Impostos, taxas e contribuições – Federais e no exterior". Adicionalmente, devido a natureza dos valores referente a impostos federais que constavam na rubrica "Tributos fiscais diferidos", houve a eliminação, e conseqüente incorporação, para a rubrica de "Impostos, taxas e contribuições – Federais e no exterior".

Tais ajustes, não geraram impacto em quaisquer outras rubricas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RAÍZEN S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

				Controladora 2025
	Reportado	Reapresentação (i)	Reapresentação (ii)	Reapresentado
Receitas				
Receitas relativas à construção de ativos	-	207.148	-	207.148
	<u>134.110.560</u>	<u>207.148</u>	<u>-</u>	<u>134.317.708</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(127.232.301)	(200.988)	-	(127.433.289)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.703.943)	(2.129)	-	(1.706.072)
	<u>(128.949.907)</u>	<u>(203.117)</u>	<u>-</u>	<u>(129.153.024)</u>
Valor adicionado bruto	<u>5.160.653</u>	<u>4.031</u>	<u>-</u>	<u>5.164.684</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	346.208	551	-	346.759
Benefícios	94.127	131	-	94.258
FGTS	25.801	30	-	25.831
	<u>466.136</u>	<u>712</u>	<u>-</u>	<u>466.848</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais e no exterior	993.620	3.319	(553.567)	443.372
Tributos fiscais diferidos	(553.567)	-	553.567	-
	<u>2.277.056</u>	<u>3.319</u>	<u>-</u>	<u>2.280.375</u>
Remuneração de capitais de terceiros	<u>6.128.712</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.128.712</u>
Remuneração de capitais próprios	<u>(4.256.528)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.256.528)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>4.615.376</u>	<u>4.031</u>	<u>-</u>	<u>4.619.407</u>

RAÍZEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

				Consolidado
				2025
	Reportado	Reapresentação (i)	Reapresentação (ii)	Reapresentado
Receitas				
Receitas relativas à construção de ativos	-	7.180.749	-	7.180.749
	272.055.339	7.180.749	-	279.236.088
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(232.039.559)	(6.512.028)	-	(238.551.587)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.314.598)	(147.254)	-	(5.461.852)
	(237.898.431)	(6.659.282)	-	(244.557.713)
Valor adicionado bruto	34.156.908	521.467	-	34.678.375
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	3.794.636	83.707	(194.619)	3.683.724
Benefícios	912.967	25.279	-	938.246
FGTS	274.783	8.137	-	282.920
	4.982.386	117.123	(194.619)	4.904.890
Impostos, taxas e contribuições				
Federais e no exterior	13.838.068	404.344	(639.463)	13.602.949
Tributos fiscais diferidos	(834.082)	-	834.082	-
	16.470.080	404.344	194.619	17.069.043
Remuneração de capitais de terceiros	13.236.171	-	-	13.236.171
Remuneração de capitais próprios	(4.176.951)	-	-	(4.176.951)
Valor adicionado distribuído	30.511.686	521.467	-	31.033.153

2.9 Impacto das novas CPC/IFRS Accounting Standards e ICPC/IFRIC nas demonstrações financeiras

As seguintes alterações e aprimoramentos de normas foram aplicados pela primeira vez pela Raízen para o exercício iniciado em 1º de abril de 2025:

Alteração da norma IAS 21 / CPC 02 – Falta de conversibilidade: A alteração estabelece orientações relacionadas ao tratamento contábil e às divulgações requeridas quando uma moeda não puder ser convertida em outra moeda. A alteração é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 e, para a Companhia, a partir de 1º de abril de 2025. A Administração avaliou os efeitos decorrentes da aplicação da referida alteração e concluiu que não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.10 Novas CPC/IFRS Accounting Standards e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2026. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Emissão da norma IFRS 18/CPC 51 – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras: Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 / CPC 26 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18/CPC 26 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2027.

Emissão da norma IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas – Divulgações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto em suas demonstrações financeiras.

Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros: As alterações buscam esclarecer a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros; trazem orientações adicionais

para avaliar se um ativo financeiro atende aos critérios de pagamentos de principal e juros; adicionam novas divulgações para determinados instrumentos; atualizam as divulgações para instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação:

Evidenciação para esclarecer e adicionar alguns requisitos, incluindo divulgações, relacionados a determinados contratos de compra de energia. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Não há outras normas *IFRS Accounting Standards/CPC* ou interpretações *IFRIC/ICPC*, aplicáveis à Raízen, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.11 Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 ("EC nº 132"), que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias, contados a partir da promulgação da EC nº 132.

O modelo da Reforma está baseado no Imposto sobre Valor Agregado repartido ("IVA dual") em duas competências, uma Federal (Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS")) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS")), que substituirá as tributações por meio do Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Impostos sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços ("ICMS") e Imposto Sobre Serviços ("ISS"). Foi criado também um Imposto Seletivo ("IS"), de competência Federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamentou parte da Reforma.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito material da Reforma nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2026.

3. Informações por segmento

3.1 Política contábil

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) e pelo Conselho de Administração (em conjunto, considerados como principal tomador de decisões operacionais) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Em novembro de 2024, passou a vigorar a composição da nova diretoria executiva aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de outubro de 2024. Como resultado da sucessão de posições na gestão da Companhia e pelas mudanças estratégicas focadas na geração de valor aos acionistas e na otimização de nossa estrutura de capital, as decisões passaram a ser direcionadas para a busca de uma maior eficiência operacional e para revisão do portfólio de ativos, com o objetivo de acelerar o processo de simplificação e otimização da Companhia, reforçando o *core business* através dos seguintes segmentos operacionais: (i) Distribuição de combustíveis, (ii) Produção e venda de Etanol (E1G e E2G), Açúcar e Bioenergia ("EAB") e (iii) Outros segmentos.

Os segmentos operacionais da Companhia são:

- **Distribuição de combustíveis:** Refere-se, principalmente, as atividades de negociação e comercialização de combustíveis fósseis e renováveis, incluindo operações de refino e a gestão da rede franqueada de postos de serviços da marca Shell na Argentina.
- **EAB:** Refere-se às atividades de negócios de: (a) produção, comercialização, originação e *trading* de etanol e açúcar; (b) produção e comercialização de bioenergia; (c) revenda e *trading* de energia elétrica e (d) produção e comercialização de outros produtos renováveis (energia solar e biogás). Tais atividades foram agregadas em um único segmento, uma vez que seus produtos e serviços são provenientes de fontes renováveis, utilizam tecnologias similares e apresentam sinergia em seu processo de produção e distribuição. A combinação destas atividades resulta no portfólio de energia limpa e descarbonização oferecidos pela Companhia.
- **Outros segmentos:** Refere-se a (i) negócios não diretamente relacionados ao *core business* da Companhia e (ii) resultados não alocados a segmentos específicos, tais como despesas gerais e administrativas das áreas corporativas, resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, dado que não são considerados partes de um segmento operacional.

3.2 Resultado operacional por segmento

O desempenho dos segmentos é avaliado principalmente, com base no lucro (prejuízo) do exercício, assim como outras informações selecionadas que estão descritas abaixo. Essas informações são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Durante os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025, o resultado operacional por segmento está apresentado abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	2026							
	Segmentos reportáveis							
	Distribuição de combustíveis							
	Brasil	Argentina	Total	EAB	Outros segmentos	Total segmentado	Eliminações (1)	Consolidado
Receita operacional líquida	159.627.965	23.878.102	183.506.067	50.466.129	55.194	234.027.390	(8.178.043)	225.849.347
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(152.150.177)	(21.509.839)	(173.660.016)	(49.478.582)	(43.106)	(223.181.704)	8.147.252	(215.034.452)
Lucro bruto	7.477.788	2.368.263	9.846.051	987.547	12.088	10.845.686	(30.791)	10.814.895
Despesas com vendas	(2.783.660)	(1.321.635)	(4.105.295)	(1.975.888)	(175)	(6.081.358)	7.986	(6.073.372)
Despesas gerais e administrativas	(658.622)	(307.445)	(966.067)	(1.257.182)	(782.821)	(3.006.070)	-	(3.006.070)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.778.419)	168.192	(2.610.227)	(8.290.593)	759.586	(10.141.234)	5.847	(10.135.387)
Resultado da equivalência patrimonial	13.288	38.842	52.130	-	(233.756)	(181.626)	-	(181.626)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social	1.270.375	946.217	2.216.592	(10.536.116)	(245.078)	(8.564.602)	(16.958)	(8.581.560)
Resultado financeiro	-	-	-	-	(11.914.687)	(11.914.687)	-	(11.914.687)
Imposto sobre a renda e contribuição social	-	-	-	-	(6.638.857)	(6.638.857)	-	(6.638.857)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	1.270.375	946.217	2.216.592	(10.536.116)	(18.798.622)	(27.118.146)	(16.958)	(27.135.104)
Outras informações selecionadas:								
Depreciação e amortização	(623.772)	(927.131)	(1.550.903)	(8.113.621)	(4.497)	(9.669.021)	-	(9.669.021)
Amortização de ativos de contratos com clientes	(639.457)	(26.038)	(665.495)	-	-	(665.495)	-	(665.495)
Perda decorrente de mudança no valor justo dos ativos biológicos, líquida de realização	-	-	-	(1.537.620)	-	(1.537.620)	-	(1.537.620)
Adições aos ativos biológicos (base caixa)	-	-	-	1.830.663	-	1.830.663	-	1.830.663
Aquisição de ativos imobilizado e intangível (base caixa)	568.920	813.299	1.382.219	4.991.551	5.540	6.379.310	-	6.379.310

(1) As eliminações correspondem a operações intersegmentos e determinados resultados corporativos, quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

2025

	Segmentos reportáveis							Eliminações (1)	Consolidado
	Distribuição de combustíveis			EAB	Outros segmentos	Total segmentado			
	Brasil	Argentina e Paraguai (2)	Total						
Receita operacional líquida	165.931.748	28.128.866	194.060.614	65.094.040	5.021	259.159.675	(3.891.221)	255.268.454	
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(160.132.072)	(25.080.444)	(185.212.516)	(62.119.533)	(2.646)	(247.334.695)	3.903.034	(243.431.661)	
Lucro bruto	5.799.676	3.048.422	8.848.098	2.974.507	2.375	11.824.980	11.813	11.836.793	
Despesas com vendas	(2.833.718)	(1.435.471)	(4.269.189)	(2.553.727)	(2.179)	(6.825.095)	5.390	(6.819.705)	
Despesas gerais e administrativas	(692.171)	(407.949)	(1.100.120)	(975.878)	(496.723)	(2.572.721)	-	(2.572.721)	
Outras receitas operacionais, líquidas	1.297.101	278.089	1.575.190	505.949	(222)	2.080.917	(4.116)	2.076.801	
Resultado da equivalência patrimonial	4.275	21.029	25.304	-	(230.131)	(204.827)	-	(204.827)	
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social	3.575.163	1.504.120	5.079.283	(49.149)	(726.880)	4.303.254	13.087	4.316.341	
Resultado financeiro	-	-	-	-	(7.462.591)	(7.462.591)	-	(7.462.591)	
Imposto sobre a renda e contribuição social	-	-	-	-	(1.030.701)	(1.030.701)	-	(1.030.701)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.575.163	1.504.120	5.079.283	(49.149)	(9.220.172)	(4.190.038)	13.087	(4.176.951)	
Outras informações selecionadas:									
Depreciação e amortização	(638.351)	(884.616)	(1.522.967)	(7.823.945)	(5.296)	(9.352.208)	-	(9.352.208)	
Amortização de ativos de contratos com clientes	(558.001)	(54.226)	(612.227)	-	-	(612.227)	-	(612.227)	
Perda decorrente de mudança no valor justo dos ativos biológicos, líquida de realização	-	-	-	(801.696)	-	(801.696)	-	(801.696)	
Adições aos ativos biológicos (base caixa)	-	-	-	2.065.121	-	2.065.121	-	2.065.121	
Aquisição de ativos imobilizado e intangível (base caixa)	662.487	1.209.989	1.872.476	7.511.676	7.902	9.392.054	-	9.392.054	

(1) As eliminações correspondem a operações intersegmentos e determinados resultados corporativos, quando aplicável.

(2) Inclui o resultado consolidado da Raízen Paraguai referente ao período de 1º abril a 30 de novembro de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia acompanha a receita operacional líquida consolidada nos mercados interno e externo e por produto, como demonstrada abaixo:

	2026	2025
Mercado interno	172.329.762	169.419.936
Mercado externo	61.697.628	89.739.739
Eliminações	(8.178.043)	(3.891.221)
Receita operacional líquida (Nota 29.3)	225.849.347	255.268.454
Segmentos reportáveis		
Distribuição de combustíveis – Brasil		
Diesel	85.966.484	94.296.057
Gasolina	53.819.959	50.972.635
Etanol	10.982.560	10.972.643
Combustível de aviação	5.525.525	5.963.278
Óleo combustível	267.428	1.005.377
Lubrificantes	2.983.404	2.548.327
Outros	82.606	173.431
	159.627.965	165.931.748
Distribuição de combustíveis – Argentina		
Diesel	8.714.216	9.500.437
Gasolina	8.415.969	8.942.105
Combustível de aviação	1.608.091	1.682.620
Óleo combustível	2.595.209	2.446.597
Lubrificantes	981.949	1.149.118
Outros	1.562.668	1.510.089
	23.878.102	25.230.966
Distribuição de combustíveis – Paraguai (1)		
Diesel	-	2.191.378
Gasolina	-	699.729
Etanol	-	6.793
	-	2.897.900
EAB		
Etanol	15.498.441	18.053.458
Açúcar	24.855.989	36.820.120
Energia	8.746.345	8.049.949
Outros	1.365.354	2.170.513
	50.466.129	65.094.040
Outros segmentos	55.194	5.021
Eliminações	(8.178.043)	(3.891.221)
Total	225.849.347	255.268.454

(1) O período comparativo inclui as receitas da Raízen Paraguai referente ao período de 1º abril a 30 de novembro de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Geograficamente, as receitas operacionais líquidas consolidadas são apresentadas a seguir:

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Brasil	172.329.762	169.419.936
Argentina	23.952.381	28.311.426
Paraguai	2.878.720	6.464.729
América Latina, exceto Brasil, Argentina e Paraguai	755.090	1.889.828
América do Norte (1)	7.620.414	15.880.159
Ásia	11.286.637	19.187.960
Europa	14.549.021	14.914.380
Outros (2)	655.365	3.091.257
	234.027.390	259.159.675
Eliminações	(8.178.043)	(3.891.221)
Total	225.849.347	255.268.454

(1) A variação entre os anos deve-se a redução do volume comercializado.

(2) África, América Central, Emirados Árabes e Oceania.

Nenhum cliente ou grupo específico representou 10% ou mais da receita operacional líquida consolidada nos períodos reportados.

3.3 Ativos operacionais por segmento

Os ativos do segmento Distribuição de combustíveis são alocados geograficamente, compreendendo Brasil, Argentina e Paraguai (como parte do processo de redução de participação na investida Raízen Paraguai, o investimento deixou de ser consolidado e o segmento deixou de ser reportado - Nota 14.4), enquanto os ativos da RESA e suas controladas são utilizados igualmente para a produção de etanol, açúcar e bioenergia no mercado doméstico.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	2026					
	Segmentos reportáveis					
	Distribuição de combustíveis					
	Brasil	Argentina	Total	EAB	Outros	Consolidado
Ativos classificados como mantidos para venda	-	-	-	4.885.763	(147)	4.885.616
Investimentos	266.913	496.961	763.874	-	786.525	1.550.399
Imobilizado	3.147.305	6.923.888	10.071.193	19.420.918	31	29.492.142
Intangível	3.511.211	539.809	4.051.020	300.144	18.222	4.369.386
Direito de uso	274.347	638.040	912.387	5.414.781	-	6.327.168
Total do ativo alocado por segmento	7.199.776	8.598.698	15.798.474	30.021.606	804.631	46.624.711
Outros ativos circulante e não circulante	-	-	-	-	58.784.767	58.784.767
Total do ativo	7.199.776	8.598.698	15.798.474	30.021.606	59.589.398	105.409.478
Total do passivo	-	-	-	-	(113.684.464)	(113.684.464)
Total dos ativos (passivos) líquidos	7.199.776	8.598.698	15.798.474	30.021.606	(54.095.066)	(8.274.986)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	2025						
	Segmentos reportáveis						
	Distribuição de combustíveis						
	Brasil	Argentina	Paraguai	Total	EAB	Outros	Consolidado
Investimentos	251.153	-	515.507	766.660	-	1.266.994	2.033.654
Imobilizado	3.123.221	7.414.072	-	10.537.293	28.594.271	55	39.131.619
Intangível	2.755.325	594.473	-	3.349.798	2.750.060	90.720	6.190.578
Direito de uso	398.987	575.734	-	974.721	8.666.789	-	9.641.510
Total do ativo alocado por segmento	6.528.686	8.584.279	515.507	15.628.472	40.011.120	1.357.769	56.997.361
Outros ativos circulante e não circulante	-	-	-	-	-	84.002.317	84.002.317
Total do ativo	6.528.686	8.584.279	515.507	15.628.472	40.011.120	85.360.086	140.999.678
Total do passivo	-	-	-	-	-	(122.823.740)	(122.823.740)
Total dos ativos (passivos) líquidos	6.528.686	8.584.279	515.507	15.628.472	40.011.120	(37.463.654)	18.175.938

4. Instrumentos financeiros

4.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados utilizados nesses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando isto é possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.2 Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de suas operações as quais são equalizadas e administradas por meio de determinados instrumentos financeiros: (i) Risco de mercado (preço de *commodities*, taxas de câmbio, juros e inflação); (ii) Risco de crédito; e, (iii) Risco de liquidez.

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia no nível consolidado.

4.3 Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui políticas específicas de tesouraria e *trading* que definem um direcionamento para gerenciamento de riscos, nunca operando com derivativos além do notional total do ativo ou passivo adjacente. Dessa forma, a Companhia contrata instrumentos financeiros com o objetivo de proteção, realizada por meio de uma análise da exposição ao risco para os quais a Administração busca cobertura.

Para monitoramento das atividades e asseguuração do cumprimento das políticas, a Companhia possui os seguintes principais comitês: (i) Comitê de Riscos, que se reúne semanalmente para analisar o comportamento do mercado de *commodities* (açúcar e derivados de petróleo) e de câmbio com o objetivo de deliberar sobre as posições de cobertura e estratégia de fixação de preços das exportações ou importações de produtos, visando reduzir os efeitos adversos de mudanças nos preços das *commodities* e nas taxas de câmbio; e, (ii) Comitê do Etanol e Derivados, que se reúne mensalmente visando avaliação dos riscos ligados a comercialização de etanol e derivados de petróleo e adequação aos limites definidos nas políticas de risco.

Em 31 de março de 2026 e 2025, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção estão apresentados a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026
(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora				Consolidado			
	Nocional		Valor justo		Nocional		Valor justo	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Risco de preço de commodities								
Derivativos de commodities								
Contratos futuros	564.610	956.699	(899.331)	(62.385)	58.841.494	31.652.752	(641.216)	1.493.359
	564.610	956.699	(899.331)	(62.385)	58.841.494	31.652.752	(641.216)	1.493.359
Risco de taxa de câmbio								
Derivativo de taxa de câmbio								
Contratos futuros	(278.925)	(118.002)	(1.708)	(1.142)	(286.649)	(56.216)	(1.755)	(929)
Termo de câmbio	(6.046.520)	(5.878.879)	(43.789)	(141.954)	(1.370.474)	(9.502.653)	(114.793)	(620.027)
Swap de câmbio	(5.925.219)	(9.954.104)	(875.892)	493.172	(7.515.946)	(28.759.051)	(1.333.098)	698.460
	(12.250.664)	(15.950.985)	(921.389)	350.076	(9.173.069)	(38.317.920)	(1.449.646)	77.504
Risco de taxa de juros								
Swap de juros	(1.000.000)	(1.500.000)	14.556	(52.443)	(2.190.000)	(9.665.653)	(17.888)	8.819
Swap de inflação e outros	-	-	-	-	(1.024.000)	(2.871.776)	(18.683)	(35.192)
	(1.000.000)	(1.500.000)	14.556	(52.443)	(3.214.000)	(12.537.429)	(36.571)	(26.373)
Total			(1.806.164)	235.248			(2.127.433)	1.544.490
Ativo circulante			1.077.581	182.542			4.070.761	6.228.810
Ativo não circulante			26.678	547.282			648.602	3.854.313
Total do ativo			1.104.259	729.824			4.719.363	10.083.123
Passivo circulante			(2.270.574)	(286.799)			(5.529.776)	(6.003.474)
Passivo não circulante			(639.849)	(207.777)			(1.317.020)	(2.535.159)
Total do passivo			(2.910.423)	(494.576)			(6.846.796)	(8.538.633)
Total			(1.806.164)	235.248			(2.127.433)	1.544.490

4.4 Risco de preço de commodities (Consolidado)

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados, principalmente açúcares tipo Very High Polarization ("VHP"), refinado e branco, diesel (*heating oil*), gasolina, etanol, energia elétrica e petróleo (*crude oil*). Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas de vendas e custos. Para mitigar esse risco, a Companhia monitora permanentemente o mercado, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui contratadas as operações descritas a seguir:

Risco de preço de commodities: derivativos de mercadorias em aberto em 31 de março de 2026							
Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (unidades)	Nocional (R\$ mil)	Valor justo (R\$ mil)
Futuro	Vendido	ICE	<i>Sugar#11</i>	abr/26 a fev/28	6.656.181 t	12.441.416	362.871
Futuro	Vendido	NYSE LIFFE	<i>Sugar#5</i>	abr/26 a nov/26	12.850 t	29.054	(1.365)
Opção	Vendido	ICE	<i>Sugar#11</i>	abr/26 a set/27	938.016 t	1.801.953	(86.774)
Subtotal de futuro de açúcar vendido					7.607.047	14.272.423	274.732
Futuro	Comprado	ICE	<i>Sugar#11</i>	abr/26 a set/27	(5.788.171) t	(10.723.610)	(255.680)
Futuro	Comprado	NYSE LIFFE	<i>Sugar#5</i>	abr/26 a set/26	(6.700) t	(14.586)	1.150
Opção	Comprado	ICE	<i>Sugar#11</i>	abr/26 a set/27	(912.614) t	(1.749.296)	118.987
Subtotal de futuro de açúcar comprado					(6.707.485)	(12.487.492)	(135.543)
<i>Physical fixed</i>	Vendido	ICE	<i>Sugar#11</i>	abr/26 a jan/31	16.547.097 t	184.239.895	(128.524)
<i>Physical fixed</i>	Vendido	NYSE LIFFE	<i>Sugar#5</i>	abr/26 a mai/26	261 t	659	48
Subtotal de <i>physical fixed</i> de açúcar vendido					16.547.358	184.240.554	(128.476)
<i>Physical fixed</i>	Comprado	ICE	<i>Sugar#11</i>	abr/26 a dez/28	(3.808.138) t	(130.374.985)	41.935
<i>Physical fixed</i>	Comprado	NYSE LIFFE	<i>Sugar#5</i>	jan/27 a jul/27	(29.840) t	(1.299.412)	(141)
Subtotal de <i>physical fixed</i> de açúcar comprado					(3.837.978)	(131.674.397)	41.794
Subtotal de futuro de açúcar vendido, líquido					13.608.942	54.351.088	52.507
Futuro	Vendido	B3	Etanol	abr/26 a mar/27	65.130 m ³	161.680	(729)
Futuro	Vendido	NYMEX	Etanol	abr/26 a jan/27	420.566 m ³	1.102.698	(160.837)
Futuro	Vendido	ICE	Etanol	abr/26 a dez/26	329.700 m ³	1.286.622	(200.359)
<i>Physical fixed</i>	Vendido	OTC	Etanol	abr/26 a dez/26	75 m ³	35.651	(12.030)
Subtotal de futuro de etanol vendido					815.471	2.586.651	(373.955)
Futuro	Comprado	B3	Etanol	abr/26 a mar/27	(125.880) m ³	(318.016)	1.274
Futuro	Comprado	NYMEX	Etanol	abr/26 a mar/27	(424.401) m ³	(1.100.078)	161.809
Futuro	Comprado	ICE	Etanol	abr/26 a mar/27	(283.200) m ³	(1.126.646)	150.575
<i>Physical fixed</i>	Comprado	OTC	Etanol	abr/26 a dez/26	(70) m ³	(35.728)	8.715
Subtotal de futuro de etanol comprado					(833.551)	(2.580.468)	322.373
<i>Physical fixed</i>	Vendido	CHGOETHNL	Etanol	abr/26 a dez/26	314.999 m ³	1.031.374	(22.585)
<i>Physical fixed</i>	Comprado	CHGOETHNL	Etanol	abr/26 a dez/26	(223.876) m ³	(751.604)	3.550
Subtotal de <i>physical fixed</i> de etanol vendido, líquido					91.123	279.770	(19.035)
Subtotal de futuro de etanol vendido, líquido					73.043	285.953	(70.617)
Futuro	Vendido	NYMEX	Gasolina	abr/26 a mai/26	824.892 m ³	2.750.406	(593.632)
Subtotal de futuro de gasolina vendido					824.892	2.750.406	(593.632)
Futuro	Comprado	NYMEX	Gasolina	abr/26 a mai/26	(635.364) m ³	(2.129.951)	377.805
Subtotal de futuro de gasolina comprado					(635.364)	(2.129.951)	377.805

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Subtotal de futuro de gasolina vendido, líquido					189.528	620.455	(215.827)
Futuro	Vendido	NYMEX	Heating oil	abr/26 a dez/26	1.704.789 m ³	4.306.260	(1.739.517)
Futuro	Vendido	ICE	Heating oil	abr/26 a dez/26	6.360 m ³	13.245	(66.118)
Physical fixed	Vendido	OTC	Heating oil	abr/26 a jul/26	29.499 m ³	27.750	20.082
Opção	Vendido	ICE	Heating oil	abr/26	11.130 m ³	26.360	(2)
Subtotal de futuro de Heating oil vendido					1.751.778	4.373.615	(1.785.555)
Futuro	Comprado	NYMEX	Heating oil	abr/26 a abr/27	(1.649.370) m ³	(4.375.535)	994.393
Futuro	Comprado	ICE	Heating oil	abr/26 a dez/26	(6.360) m ³	(13.842)	34.398
Physical fixed	Comprado	OTC	Heating oil	abr/26 a jul/26	(25.812) m ³	(17.165)	(23.763)
Opção	Comprado	NYMEX	Heating oil		- m ³	-	-
Opção	Comprado	ICE	Heating oil	abr/26	(11.130) m ³	(26.292)	(66)
Subtotal de futuro de Heating oil comprado					(1.692.672)	(4.432.834)	1.004.962
Futuro	Vendido	ICE	Heating oil	abr/26 a dez/26	249.100 t	1.043.924	(538.025)
Futuro	Comprado	ICE	Heating oil	abr/26 a dez/26	(249.100) t	(1.083.922)	498.028
Subtotal de futuro de Heating oil vendido, líquido					-	(39.998)	(39.997)
Subtotal de futuro de Heating oil vendido, líquido					59.106	(99.217)	(820.590)
Physical fixed	Vendido	CCEE/OTC	Energia	abr/26 a dez/49	10.693.810 mwh	4.272.625	(35.296)
Physical fixed	Comprado	CCEE/OTC	Energia	abr/26 a dez/28	(4.152.398) mwh	(589.410)	448.607
Subtotal de physical fixed de energia vendido, líquido					6.541.412	3.683.215	413.311
Exposição líquida dos derivativos de commodities em 31 de março de 2026						58.841.494	(641.216)
Exposição líquida dos derivativos de commodities em 31 de março de 2025						31.652.752	1.493.359

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.5 Risco de taxa de câmbio (Consolidado)

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio usadas para converter para a moeda funcional da Companhia a receita de exportações, importações, fluxos de dívida e outros ativos e passivos em moeda estrangeira. A Companhia utiliza operações de derivativos para gerenciar os riscos de fluxo de caixa denominados, substancialmente, em dólares norte-americanos, líquido dos demais fluxos do caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui contratadas as operações descritas a seguir:

Risco de taxa de câmbio: derivativos de câmbio em aberto em 31 de março de 2026							
Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (US\$ mil)	Nocional (R\$ mil)	Valor justo (R\$ mil)
Futuro	Vendido	B3	Dólar comercial	abr/26	495.060	2.583.916	15.824
Futuro	Comprado	B3	Dólar comercial	abr/26	(549.980)	(2.870.565)	(17.579)
Subtotal de futuro comprado, líquido					(54.920)	(286.649)	(1.755)
Termo	Vendido	OTC	NDF	mai/26 a mar/27	37.840	197.504	24.296
Termo	Comprado	OTC	NDF	abr/26 a out/27	(300.413)	(1.567.978)	(139.089)
Subtotal de termo comprado, líquido (1)					(262.573)	(1.370.474)	(114.793)
Swap de câmbio	Vendido	OTC	Swap de câmbio	jan/27	150.000	782.910	(19.992)
Swap de câmbio	Comprado	OTC	Swap de câmbio	jun/26 a fev/37	(1.590.002)	(8.298.856)	(1.313.106)
Subtotal de Swap comprado (2)					(1.440.002)	(7.515.946)	(1.333.098)
Exposição líquida dos derivativos de câmbio em 31 de março de 2026					(1.757.495)	(9.173.069)	(1.449.646)
Exposição líquida dos derivativos de câmbio em 31 de março de 2025					(6.673.039)	(38.317.920)	77.504

(1) Em 31 de março de 2026 o valor justo líquido de *Non-Deliverable Forward* ("NDF") era de R\$ 114.793 negativo. Parte desses instrumentos, com valor justo negativo de R\$ 1.567.978 (Negativo de R\$ 127.950 em 31 de março de 2025), não foi designada em relações de *hedge de accounting*, tendo sido contratadas para proteção econômica de determinados empréstimos e financiamentos.

(2) Em 31 de março de 2026, em decorrência do pedido de Recuperação Extrajudicial, os saldos de empréstimos e financiamentos foram reclassificados para o curto prazo. Como consequência, os instrumentos derivativos atrelados a certos empréstimos perderam sua efetividade e foram descontinuados da relação de contabilidade de hedge (hedge de valor justo). Como efeito, qualquer ajuste decorrente da mensuração a valor justo do risco protegido deve ser amortizado no resultado. No exercício findo em 31 de março de 2026 o valor de R\$ 328.154 foi amortizado, resultando em uma perda no resultado e o saldo a ser amortizado, ainda registrado na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", soma o montante de R\$ 1.580.487.

Em 31 de março de 2026, o resumo da exposição cambial líquida do balanço patrimonial consolidado da Companhia, considerando a paridade de todas as moedas estrangeiras para US\$, está apresentado abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	2026	
	R\$	US\$ (em milhares)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.2)	4.956.817	949.691
TVM (Nota 6.1)	150.338	28.804
Caixa restrito (Nota 6.2)	2.063.407	395.334
Contas a receber de clientes (Nota 7.3)	2.288.478	438.456
Adiantamentos a fornecedores (Nota 17.3)	57.878	11.089
Partes relacionadas (Nota 11.2)	(1.810.228)	(346.827)
Fornecedores (Nota 17.2)	(4.078.795)	(781.468)
Empréstimos e financiamentos (Nota 20.2)	(48.326.061)	(9.258.930)
Passivo de arrendamento (Nota 19.4)	(695.209)	(133.197)
Outras obrigações (Nota 23.2)	(3.529.246)	(676.178)
Derivativos de câmbio (Nota 4.5)		1.757.495
Exposição cambial líquida		<u>(7.615.731)</u>
Derivativos de câmbio liquidados no mês subsequente ao fechamento (1)		<u>(57.157)</u>
Exposição cambial líquida, ajustada em 31 de março de 2026 (2) / (3)		<u>(7.672.888)</u>
Exposição cambial líquida, ajustada em 31 de março de 2025 (3)		<u>(2.176.815)</u>

- (1) Vencimentos no 1º dia útil do mês subsequente, cuja liquidação deu-se pela taxa referencial do dólar norte-americano, calculada pelo Banco Central do Brasil, do último dia do mês do fechamento, cotada em R\$ 5,2194 (R\$ 5,7422 em 31 de março de 2025).
- (2) A exposição cambial líquida ajustada será, substancialmente, compensada futuramente com receitas altamente prováveis de exportação de produtos e/ou custos de importações de produtos. Os derivativos contratados para a proteção desses itens ainda não reconhecidos em balanço são designados em relações de hedge accounting.
- (3) Saldo contábil de ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras na data do balanço, exceto pelo nocional dos instrumentos financeiros derivativos de taxa de câmbio.

4.6 Efeitos do hedge accounting (Consolidado)

A Raízen designa formalmente suas operações sujeitas a *hedge accounting* com objetivo de proteção de fluxos de caixa. As principais operações da Companhia que são objetos de *hedge accounting* são: (i) receitas de açúcar e de etanol, conforme aplicável; (ii) custos de importação de etanol e derivados de petróleo; e, (iii) evolução de folha de pagamento por reajuste anual aos níveis da inflação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

(a) Estimativa de realização

Os impactos reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros	Mercado	Risco	Exercícios de realização			Ajustes de avaliação patrimonial contribuídos (1)	2026	2025
			2026/2027	2027/2028	Acima de 2028			
Futuro	OTC / ICE	Sugar#11 e #5	123.149	(3.860)	-	2.580.141	2.699.430	2.821.295
Futuro	B3 / NYMEX / OTC	Etanol	6.222	-	-	446.098	452.320	449.948
Futuro	NYMEX / OTC	Heating oil	(44.526)	3.976	-	-	(40.550)	(14.823)
Futuro	NYMEX / OTC	Gasolina	(32.992)	-	-	-	(32.992)	-
Opção	ICE	Sugar#11	25.189	-	-	90.028	115.217	90.028
Termo	OTC	Câmbio	417.042	80.635	401.185	(381.935)	516.927	(156.313)
Swap	OTC	Inflação	(7.908)	-	-	-	(7.908)	22.393
Dívidas	OTC	Câmbio	(277.676)	-	-	1.070.489	792.813	413.618
			208.500	80.751	401.185	3.804.821	4.495.257	3.626.146
(-) Tributos diferidos			(70.890)	(27.455)	(136.403)	(1.293.639)	(1.528.387)	(1.232.890)
Efeito no patrimônio líquido			137.610	53.296	264.782	2.511.182	2.966.870	2.393.256

- (1) Outros resultados abrangentes contribuídos pela reorganização societária da RESA e pela combinação de negócio da Raízen Centro-Sul, no montante de R\$ 2.366.247 e R\$ 144.935, respectivamente, ocorridos durante o exercício social findado em 31 de março de 2022.

(b) Hedge de fluxo de caixa

	2026	2025
Saldo no início do exercício	2.393.256	2.438.628
Movimentação ocorrida no exercício:		
Designação com o <i>hedge accounting</i>		
Valor justo de futuros de <i>commodities</i>	935.556	(123.584)
Valor justo de futuros de câmbio	967.310	(767.168)
Valor justo de <i>Swap</i> de inflação	(1.437)	22.393
Total de designação	1.901.429	(868.359)
Realização e baixa de resultados de <i>commodities</i> e câmbio		
Receita operacional líquida	(944.021)	753.332
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(50.406)	49.097
Outras despesas operacionais, líquidas	(37.891)	(2.815)
Resultado financeiro	-	-
Total de realização e baixa	(1.032.318)	799.614
Total das movimentações ocorridas no exercício antes dos tributos diferidos	869.111	(68.745)
Efeito de tributos diferidos	(295.497)	23.373
Total das movimentações ocorridas no exercício, líquida dos tributos diferidos	573.614	(45.372)
Saldo no final do exercício	2.966.870	2.393.256

Para o exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025, não houve reclassificações significativas para o resultado financeiro referente a parcelas inefetivas das estruturas designadas como *hedge* de fluxo de caixa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)****(c) Hedge de valor justo de estoques**

A controladora Raízen designa a valor justo o estoque de derivados de petróleo com derivativos atrelados. O principal objetivo de gerenciamento de risco é fazer com que o estoque seja reconhecido a preço flutuante, tal como será a receita de venda da Raízen quando vender os produtos aos seus clientes. O *hedge accounting* tem por objetivo minimizar qualquer tipo de descasamento do resultado do exercício, fazendo com que tanto os derivativos quanto o estoque fiquem marcados a valor justo, com a oscilação da marcação sendo reconhecida na rubrica "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados", cujo impacto negativo no exercício findo em 31 de março de 2026 foi de R\$ 382.050 (negativo de R\$ 30.763 em 31 de março de 2025). Em 31 de março de 2026, o saldo de avaliação ao valor justo dos estoques está acrescido em R\$ 419.765 (acrescido em R\$ 37.715 em 31 de março de 2025).

4.7 Risco de taxa de juros e inflação (Consolidado)

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a determinadas dívidas, principalmente aquelas vinculadas à *Secured Overnight Financing Rate* ("SOFR") e ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), assim como outros custos atrelados à variação da inflação, e utiliza-se, quando necessário, dos instrumentos derivativos com o objetivo de gerenciar estes riscos.

No quadro abaixo demonstramos as posições dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para cobertura de risco de taxa de juros e inflação:

Risco de taxa de juros e inflação: Derivativos de juros e inflação em aberto em 31 de março de 2026							
Derivativos	Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)
Swap de juros (1)	Comprado	OTC	Swap de juros	jul/28 a set/39	(419.588)	(2.190.000)	(17.888)
Subtotal de Swap de juros comprado, líquido					(419.588)	(2.190.000)	(17.888)
Swap de inflação	Comprado	OTC	Swap de inflação	mai/26	(196.191)	(1.024.000)	(18.683)
Subtotal de Swap de inflação comprado					(196.191)	(1.024.000)	(18.683)
Exposição líquida dos derivativos de juros e inflação em 31 de março de 2026					(615.779)	(3.214.000)	(36.571)
Exposição líquida dos derivativos de juros e inflação em 31 de março de 2025					(2.183.385)	(12.537.429)	(26.373)

- (1) Em 31 de março de 2026, em decorrência do pedido de Recuperação Extrajudicial, os saldos de empréstimos e financiamentos foram reclassificados para o curto prazo. Como consequência, os instrumentos derivativos atrelados a certos empréstimos perderam sua efetividade e foram descontinuados da relação de contabilidade de hedge (hedge de valor justo). Como efeito, qualquer ajuste decorrente da mensuração a valor justo do risco protegido deve ser amortizado no resultado. No exercício findo em 31 de março de 2026 o valor de R\$ 328.154 foi amortizado, resultando em uma perda no resultado e o saldo a ser amortizado, ainda registrado na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", soma o montante de R\$ 1.580.487.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.8 Sumário dos efeitos do hedge no resultado consolidado do exercício, excluindo marcação a mercado de acordos comerciais e estoque

Informações do resultado consolidado	Exposição	Hedge	Efeitos de <i>hedge</i> no resultado consolidado				Resultado excluindo efeitos de <i>hedge</i>	2026
			Câmbio	Commodities	Juros	Total		
Receita operacional líquida	Resultado operacional	Fluxo de caixa e valor justo	(88.117)	1.030.084	-	941.967	224.907.380	225.849.347
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Resultado operacional	Fluxo de caixa e valor justo	78.285	(1.277.945)	-	(1.199.660)	(213.834.792)	(215.034.452)
(Prejuízo) lucro bruto			(9.832)	(247.861)	-	(257.693)	11.072.588	10.814.895
Despesas com vendas, gerais e administrativas	-	-	-	-	-	-	(9.079.442)	(9.079.442)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Resultado operacional	Fluxo de caixa	37.944	(68)	-	37.876	(10.173.263)	(10.135.387)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	(181.626)	(181.626)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do IRPJ e CSLL			28.112	(247.929)	-	(219.817)	(8.361.743)	(8.581.560)
Resultado financeiro								
Despesas financeiras	Juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e inflação	Valor justo	94.831	-	(445.649)	(350.818)	(8.802.531)	(9.153.349)
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	3.147.601	3.147.601
Variações cambiais	Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	Fluxo de caixa	-	-	-	-	3.158.322	3.158.322
Efeito líquido dos derivativos	Juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	Fluxo de caixa e valor justo	(8.727.704)	(1.038.138)	698.581	(9.067.261)	-	(9.067.261)
			(8.632.873)	(1.038.138)	252.932	(9.418.079)	(2.496.608)	(11.914.687)
(Prejuízo) lucro antes do IRPJ e CSLL			(8.604.761)	(1.286.067)	252.932	(9.637.896)	(10.858.351)	(20.496.247)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026
(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Informações do resultado consolidado	Exposição	Hedge	Efeitos de hedge no resultado consolidado				Resultado excluindo efeitos de hedge	2025
			Câmbio	Commodities	Juros	Total		
Receita operacional líquida	Resultado operacional	Fluxo de caixa e valor justo	(305.058)	(495.425)	-	(800.483)	256.068.937	255.268.454
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Resultado operacional	Fluxo de caixa e valor justo	(219.811)	385.468	-	165.657	(243.597.318)	(243.431.661)
(Prejuízo) Lucro bruto			(524.869)	(109.957)	-	(634.826)	12.471.619	11.836.793
Despesas com vendas, gerais e administrativas	-	-	-	-	-	-	(9.392.426)	(9.392.426)
Outras receitas operacionais, líquidas	Resultado operacional	Fluxo de caixa	2.816	-	-	2.816	2.073.985	2.076.801
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	(204.827)	(204.827)
(Prejuízo) Lucro antes do resultado financeiro e do IRPJ e CSLL			(522.053)	(109.957)	-	(632.010)	4.948.351	4.316.341
Resultado financeiro								
Despesas financeiras	Juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e inflação	Valor justo	99.875	-	764.745	864.620	(6.471.060)	(5.606.440)
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	1.217.168	1.217.168
Variações cambiais	Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	Fluxo de caixa	163.442	-	-	163.442	(2.674.534)	(2.511.092)
Efeito líquido dos derivativos	Juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	Fluxo de caixa e valor justo	1.256.997	(58.909)	(1.760.315)	(562.227)	-	(562.227)
			1.520.314	(58.909)	(995.570)	465.835	(7.928.426)	(7.462.591)
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL			998.261	(168.866)	(995.570)	(166.175)	(2.980.075)	(3.146.250)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

A desagregação dos efeitos de *hedge* de *commodities* no resultado operacional consolidado, durante os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025, está demonstrada abaixo:

				2026
	Açúcar	Etanol	Petróleo e seus derivados	Total de commodities
Receita operacional líquida	1.025.026	5.058	-	1.030.084
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(136.569)	(21.031)	(1.120.345)	(1.277.945)
Lucro (prejuízo) bruto	888.457	(15.973)	(1.120.345)	(247.861)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	-	(68)	-	(68)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do IRPJ e da CSLL	888.457	(16.041)	(1.120.345)	(247.929)
				2025
	Açúcar	Etanol	Petróleo e seus derivados	Total de commodities
Receita operacional líquida	(496.367)	942	-	(495.425)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	249.528	(142.752)	278.692	385.468
(Prejuízo) Lucro bruto	(246.839)	(141.810)	278.692	(109.957)
(Prejuízo) Lucro antes do resultado financeiro e do IRPJ e da CSLL	(246.839)	(141.810)	278.692	(109.957)

4.9 Risco de crédito (Consolidado)

Parte substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é feita para um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos. A Administração considera que o risco de crédito está, substancialmente, coberto pela provisão para perdas de créditos esperadas.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração da Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes em montante significativamente superior ao valor já provisionado.

A Companhia opera derivativos de *commodities* nos mercados futuros e de opções das bolsas de mercadorias de Nova Iorque – *ICE US* e *NYMEX*, Chicago – *CBOT* e *CME* e de Londres – *LIFFE*, assim como no mercado de balcão com contrapartes selecionadas.

A Companhia opera derivativos de taxas de câmbio e de *commodities* em contratos de balcão registrados na B3, principalmente, com os principais bancos nacionais e internacionais considerados pelas agências internacionais de *rating* como "Grau de investimento".

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Margens em garantia (Caixa restrito, Nota 6.2) – As operações de derivativos em bolsas de mercadorias (*ICE US, NYMEX, LIFFE* e B3) requerem margem em garantia. A margem total consolidada depositada em 31 de março de 2026 é de R\$ 2.130.728 (R\$ 610.525 em 31 de março de 2025), sendo R\$ 67.321 (R\$ 88.392 em 31 de março de 2025) em aplicações financeiras vinculadas e R\$ 2.063.407 (R\$ 522.133 em 31 de março de 2025) em margem de operações de derivativos.

As operações de derivativos da Companhia em balcão (*Over the Counter* (“OTC”)) não requerem margem em garantia.

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa é mitigado através da distribuição conservadora dos fundos de investimentos e Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), que compõem a referida rubrica. A distribuição segue critérios rígidos de alocação e exposição às contrapartes, que são os principais bancos nacionais e internacionais considerados, na sua maioria, como “Grau de investimento” pelas agências internacionais de rating.

4.10 Risco de liquidez (Consolidado)

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos ou com outro ativo financeiro. A abordagem sobre este risco consiste em uma administração prudencial que garanta liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Raízen tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras de primeira linha. O monitoramento da posição de caixa é gerenciado pela Companhia por meio de caixa mínimo com revisões periódicas do indicador, avaliando a disponibilidade de recursos financeiros para suportar suas operações, reavaliação de investimentos e necessidades.

Como parte do processo de gerenciamento de liquidez, a Administração prepara planos de negócios e monitora sua execução, diariamente discutindo riscos positivos e negativos de fluxo de caixa.

A tabela a seguir demonstra os principais passivos financeiros contratados, considerando os fluxos de caixa contratuais não descontados, onde aplicável, por faixas de vencimentos:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	2026	2025
Empréstimos e financiamentos	69.209.334	67.995	73.373	254.852	69.605.554	92.805.090
Fornecedores (Nota 17.2)	7.615.325	-	-	-	7.615.325	12.244.549
Convênios (Nota 18)	74.479	-	-	-	74.479	9.597.400
Passivo de arrendamento de terceiros e de partes relacionadas (Nota 19.4)	2.969.838	2.365.585	4.270.815	2.698.452	12.304.690	16.122.175
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.3)	5.529.776	157.174	223.241	936.605	6.846.796	8.538.633
Partes relacionadas (1)	1.594.139	381.527	1.365.502	2.381.145	5.722.313	6.244.271
Outras obrigações (2)	2.461.233	905.693	2.364.134	3.600.891	9.331.951	5.775.447
	89.454.124	3.877.974	8.297.065	9.871.945	111.501.108	151.327.565

(1) Exceto passivo de arrendamento com partes relacionadas.

(2) Exceto determinados passivos não monetários compostos, substancialmente, pelos passivos mantidos para venda, provisão para patrimônio líquido negativo de investidas e diferimento de certas receitas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.11 Valor justo (Consolidado)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras obrigações de curto prazo se aproxima de seu respectivo valor contábil.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é obtido por meio da verificação do valor presente dos fluxos de caixa futuros das obrigações, utilizando, para tal, curvas de taxa de juros (conforme indexadores contratados).

Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente a *swaps* e contratos a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo do objeto do *hedge*.

As categorias dos principais instrumentos financeiros consolidados são assim apresentadas:

	2026			2025		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.2)	5.474.351	-	5.474.351	8.238.960	-	8.238.960
Aplicações financeiras (Nota 5.2)	-	7.942.637	7.942.637	-	13.482.433	13.482.433
TVM (Nota 6.1)	208.928	-	208.928	1.148.074	-	1.148.074
Caixa restrito (Nota 6.2)	2.065.371	67.321	2.132.692	523.980	88.392	612.372
Contas a receber de clientes (Nota 7.3)	6.605.700	-	6.605.700	8.351.356	-	8.351.356
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.3)	-	4.719.363	4.719.363	-	10.083.123	10.083.123
Partes relacionadas (Nota 11.2)	1.787.006	-	1.787.006	2.410.238	-	2.410.238
Total dos ativos financeiros	16.141.356	12.729.321	28.870.677	20.672.608	23.653.948	44.326.556
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos (Nota 20.2) (1)	(68.931.209)	-	(68.931.209)	(57.970.371)	-	(57.970.371)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.3)	-	(6.846.796)	(6.846.796)	-	(8.538.633)	(8.538.633)
Fornecedores (Nota 17.2)	(7.615.325)	-	(7.615.325)	(12.244.549)	-	(12.244.549)
Convênios (Nota 18.2)	(74.479)	-	(74.479)	(9.597.400)	-	(9.597.400)
Partes relacionadas (Nota 11.2)	(4.859.148)	-	(4.859.148)	(5.848.363)	-	(5.848.363)
Outras obrigações	(7.501.215)	-	(7.501.215)	(5.368.166)	-	(5.368.166)
Total dos passivos financeiros	(88.981.376)	(6.846.796)	(95.828.172)	(91.028.849)	(8.538.633)	(99.567.482)

- (1) Em 31 de março de 2026, em decorrência do pedido de Recuperação Extrajudicial, os saldos de empréstimos e financiamentos foram reclassificados para o curto prazo. Como consequência, os instrumentos derivativos atrelados a certos empréstimos perderam sua efetividade e foram descontinuados da relação de contabilidade de hedge (hedge de valor justo). Como efeito, qualquer ajuste decorrente da mensuração a valor justo do risco protegido deve ser amortizado no resultado. No exercício findo em 31 de março de 2026, o valor de R\$ 328.154 foi amortizado, resultando em uma perda no resultado, e o saldo a ser amortizado, ainda registrado na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", soma o montante de R\$ 1.580.487.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 31 de março de 2026 e 2025, as hierarquias usadas nas técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia, estão descritas abaixo:

Instrumentos financeiros avaliados a valor justo	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras (Nota 5.2)	-	7.942.637	7.942.637
Caixa restrito (Nota 6.2)	-	67.321	67.321
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.3)	3.800.343	919.020	4.719.363
Total dos ativos financeiros	3.800.343	8.928.978	12.729.321
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos (Nota 20.2) (1)	-	(1.331.804)	(1.331.804)
Passivos financeiros derivativos (Nota 4.3)	(4.853.293)	(1.993.503)	(6.846.796)
Total dos passivos financeiros	(4.853.293)	(3.325.307)	(8.178.600)
Total em 31 de março de 2026	(1.052.950)	5.603.671	4.550.721
Instrumentos financeiros avaliados a valor justo			
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras (Nota 5.2)	-	13.482.433	13.482.433
Caixa restrito (Nota 6.2)	-	88.392	88.392
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.3)	3.012.598	7.070.525	10.083.123
Total dos ativos financeiros	3.012.598	20.641.350	23.653.948
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos (Nota 20.2) (1)	-	(1.693.771)	(1.693.771)
Passivos financeiros derivativos (Nota 4.3)	(2.589.563)	(5.949.070)	(8.538.633)
Total dos passivos financeiros	(2.589.563)	(7.642.841)	(10.232.404)
Total em 31 de março de 2025	423.035	12.998.509	13.421.544

- (1) Refere-se a passivos financeiros designados como item protegido em hedge de valor justo.

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025, não houve transferências entre os referidos níveis para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.12 Análise de sensibilidade (Consolidado)

A Raízen adotou para a análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, e dois (possível e remoto) que podem apresentar efeitos adversos no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. O cenário provável foi definido a partir das curvas de mercado futuro de *commodities* (açúcar, etanol e diesel (*heating oil*)), de dólar norte-americano e outras moedas em 31 de março de 2026, sendo que os valores apresentados correspondem ao valor justo dos derivativos nas datas mencionadas. Os cenários adversos possíveis e remotos foram definidos considerando impactos de 25% e 50% sobre as curvas de mercado

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

futuro de *commodities*, dólar norte-americano e outras moedas, que foram calculados com base no cenário provável.

Quadros de sensibilidade

(a) Variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Fatores de risco	Impactos no resultado consolidado (1)					
	Cenário provável	Cenário possível +25%	Saldo de valor justo	Cenário remoto +50%	Saldo do valor justo	
<u>Risco de preço</u>						
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra e venda	Alta do preço do açúcar	52.507	(6.138.165)	(6.085.658)	(12.276.330)	(12.223.823)
Compromissos de compra e venda	Baixa do preço etanol	(70.617)	(87.281)	(157.898)	(174.562)	(245.179)
Compromissos de compra e venda	Alta do preço da gasolina	(215.827)	(209.070)	(424.897)	(418.140)	(633.967)
Compromissos de compra e venda	Baixa no preço do <i>Heating oil</i>	(820.590)	(150.351)	(970.941)	(300.702)	(1.121.292)
Compromissos de compra e venda	Alta do preço de energia	413.311	(164.960)	248.351	(329.920)	83.391
		(641.216)	(6.749.827)	(7.391.043)	(13.499.654)	(14.140.870)
<u>Risco de taxa de câmbio</u>						
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra e venda	Baixa na taxa de câmbio US\$/R\$	(1.755)	-	(1.755)	-	(1.755)
Contratos a Termo e Trava:						
Compromissos de compra e venda	Baixa na taxa de câmbio US\$/R\$	(114.793)	(344.777)	(459.570)	(689.554)	(804.347)
<u>Swaps de câmbio:</u>						
Compromissos de compra e venda	Baixa na taxa de câmbio US\$/R\$	(1.333.098)	(1.300.799)	(2.633.897)	(2.601.598)	(3.934.696)
		(1.449.646)	(1.645.576)	(3.095.222)	(3.291.152)	(4.740.798)
<u>Risco de taxa de juros</u>						
<u>Swap de juros:</u>						
Compromissos de compra e venda	Baixa nas taxas de juros	(17.888)	330.205	312.317	660.410	642.522
<u>Swap de inflação e outros:</u>						
Compromissos de compra e venda	Baixa nas taxas de inflação	(18.683)	(1.671)	(20.354)	(3.342)	(22.025)
		(36.571)	328.534	291.963	657.068	620.497
Total		(2.127.433)	(8.066.869)	(10.194.302)	(16.133.738)	(18.261.171)

(1) Resultado projetado para ocorrer em até 12 meses a partir de 31 de março de 2026.

Em 31 de março de 2026, as curvas de mercado futuro de commodities, preços de energia e taxas de juros, inflação e de câmbio, utilizadas na referida análise de sensibilidade, estão descritas abaixo:

Derivativos	Fatores de risco	Indicadores	Posição	Cenários		
				Provável	Possível	Remoto
Futuro	Alta do preço do açúcar	R\$/tonelada	Vendido	1.812	2.265	2.719
Futuro	Alta do preço do etanol	R\$/m ³	Vendido	3.515	4.393	5.272
Futuro	Alta do preço da gasolina	R\$/m ³	Vendido	4.387	5.484	6.580
Futuro	Alta no preço de heating oil	R\$/m ³	Vendido	2.907	3.634	4.360
Futuro	Alta do preço da energia	R\$/mwh	Vendido	280	350	420
Futuro	Baixa na taxa de câmbio	US\$/R\$	Comprado	5,32	3,99	2,66
Termo	Baixa na taxa de câmbio	US\$/R\$	Comprado	5,32	3,99	2,66
Swap	Baixa na taxa de câmbio	US\$/R\$	Comprado	5,22	3,91	2,61
Swap	Baixa na taxa de juros (CDI)	% ao ano	Comprado	14,65	10,99	7,33
Swap	Baixa na taxa de inflação (IPCA)	% ao ano	Comprado	8,58	6,43	4,29

(b) Exposição cambial, líquida

O cenário provável considera a posição de balanço em 31 de março de 2026. Os efeitos dos cenários possível e remoto que seriam lançados no resultado consolidado como ganho (perda) de variação cambial estão descritos abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026
(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Exposição cambial líquida	Saldo de balanço	Possível + 25%	Remoto + 50%	Cenários	
				Possível - 25%	Remoto - 50%
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.2)	4.956.817	1.239.204	2.478.409	(1.239.204)	(2.478.409)
TVM (Nota 6.1)	150.338	37.585	75.169	(37.585)	(75.169)
Caixa restrito (Nota 6.2)	2.063.407	515.852	1.031.704	(515.852)	(1.031.704)
Contas a receber de clientes (Nota 7.2)	2.288.478	572.120	1.144.239	(572.120)	(1.144.239)
Adiantamentos a fornecedores (Nota 17.3)	57.878	14.470	28.939	(14.470)	(28.939)
Partes relacionadas (Nota 11.2)	(1.810.228)	(452.557)	(905.114)	452.557	905.114
Fornecedores (Nota 17.2)	(4.078.795)	(1.019.699)	(2.039.398)	1.019.699	2.039.398
Empréstimos e financiamentos (Nota 20.2)	(48.326.061)	(12.081.515)	(24.163.031)	12.081.515	24.163.031
Passivo de arrendamento (Nota 19.4)	(695.209)	(173.802)	(347.605)	173.802	347.605
Outras obrigações (Nota 23.2)	(3.529.246)	(882.312)	(1.764.623)	882.312	1.764.623
Impacto no resultado no exercício		<u>(12.230.654)</u>	<u>(24.461.311)</u>	<u>12.230.654</u>	<u>24.461.311</u>

Em 31 de março de 2026, aplicamos as seguintes taxas na referida análise de sensibilidade:

	R\$/US\$
Provável, saldo de balanço	5,22
Cenário possível +25%	6,52
Cenário remoto +50%	7,83
Cenário possível -25%	3,91
Cenário remoto -50%	2,61

(c) Sensibilidade nas taxas de juros e inflação

Em 31 de março de 2026, o cenário provável considera a taxa média ponderada anual de juros pós-fixados dos empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, as aplicações financeiras e TVM, consideram taxas pós-fixadas baseadas no CDI e IPCA acumulado dos últimos 12 meses, onde aplicável. Nestes casos, foram realizadas simulações com aumento e redução de 25% e 50% nas referidas taxas. Os resultados consolidados da sensibilidade de taxa de juros estão apresentados a seguir:

	Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%	Cenários	
				Possível - 25%	Remoto - 50%
Aplicações financeiras	1.187.816	296.954	593.908	(296.954)	(593.908)
Fundo de investimentos (TVM)	1.582	396	792	(396)	(792)
Aplicações financeiras vinculadas (caixa restrito)	10.265	2.566	5.132	(2.566)	(5.132)
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	(2.651.117)	(662.779)	(1.325.559)	662.779	1.325.559
Impacto adicional no resultado consolidado do exercício	(1.451.454)	(362.863)	(725.727)	362.863	725.727

Em 31 de março de 2026, aplicamos as seguintes taxas e pressupostos na referida análise de sensibilidade:

Taxas anuais	Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%	Cenários	
				Possível - 25%	Remoto - 50%
100,94% do CDI acumulado	14,95 %	18,69 %	22,43 %	11,21 %	7,48 %
100% do CDI acumulado + 0,5%	15,36 %	19,20 %	23,04 %	11,52 %	7,68 %
Taxa de juros anuais pós-fixadas ponderadas dos empréstimos e financiamentos	10,23 %	12,79 %	15,35 %	7,67 %	5,12 %

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)****4.13 Gestão de capital (Consolidado)**

O objetivo da Companhia ao administrar sua estrutura de capital é o de assegurar a continuidade de suas operações e financiar oportunidades de investimento, mantendo um perfil de crédito saudável e oferecendo retorno adequado a seus acionistas.

A Raízen, possui relação com as principais agências de *rating* locais e internacionais, conforme demonstrados abaixo:

Agência	Escala	Rating	Outlook/Watch	Data
<i>Fitch</i>	Nacional	C(bra)	-	Março/2026
	Global	C	-	Março/2026
<i>Standard & Poor's</i>	Nacional	SD	-	Março/2026
	Global	SD	-	Março/2026
<i>Moody's</i>	Nacional	CC.br	Negativa	Março/2026
	Global	Ca	Estável	Março/2026

Os índices de alavancagem financeira consolidado em 31 de março de 2026 e 2025, foram calculados da seguinte forma:

	2026	2025
Capital de terceiros		
Empréstimos e financiamentos (Nota 20.2)	68.931.209	57.970.371
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.2)	(13.416.988)	(21.721.393)
(-) TVM (Nota 6.1)	(208.928)	(1.148.074)
(-) Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos (Nota 6.2)	(1.964)	(1.847)
(-) Swaps e Termos de taxas de câmbio e de juros, vinculados a Empréstimos e Financiamentos (Notas 4.5 e 4.6)	2.926.013	(835.229)
	58.229.342	34.263.828
Capital próprio		
Patrimônio líquido (negativo)		
Atribuído aos acionistas da Controladora	(8.732.236)	17.588.530
Participação dos acionistas não controladores	457.250	587.408
	(8.274.986)	18.175.938
Total do capital próprio e de terceiros	49.954.356	52.439.766
Índice de alavancagem financeira	116,57%	65,34%

5. Caixa e equivalentes de caixa**5.1 Política contábil**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Referidos ativos são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.2 Composição

Indexador	Remuneração média ponderada consolidada		Controladora		Consolidado		
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	
Recursos em instituições financeiras, em caixa e outros (1)			419.958	738.367	5.474.351	8.238.960	
Aplicações financeiras							
Aplicações financeiras em CDB, compromissadas e outros (2)	CDI	101,3%	100,1%	5.396.789	6.148.354	7.942.637	13.476.683
Fundo de investimentos (3)	CDI	101,4%	-	285.991	-	-	-
Time deposit (4)	Pré-fixada	-	4,8%	-	-	-	5.750
Total das aplicações financeiras			5.682.780	6.148.354	7.942.637	13.482.433	
Total de caixa e equivalentes de caixa			6.102.738	6.886.721	13.416.988	21.721.393	
No País (moeda nacional)			5.940.114	6.232.813	8.460.171	13.663.854	
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)			162.624	653.908	4.956.817	8.057.539	
			6.102.738	6.886.721	13.416.988	21.721.393	

- (1) Referem-se, substancialmente, a recebimentos de recursos financeiros em moeda estrangeira de clientes situados no exterior, cujo fechamento de câmbio junto às instituições financeiras não foi realizado até a data do balanço e a recursos mantidos no exterior para pagamento de dívidas atreladas à performance de exportação. Tais recursos são aplicados com rendimento e liquidez diária junto a instituições financeiras de primeira linha no exterior.
- (2) Na Controladora, as aplicações financeiras são representadas, substancialmente, por instrumentos de renda fixa tais como Certificado de Depósito Bancário ("CDB"). No Consolidado, além desses instrumentos, incluem-se aplicações em Letras Financeiras ("LF") emitidas por instituições financeiras de primeira linha, com rendimentos e liquidez diários e Letras Financeiras do Tesouro ("LFTs").
- (3) Refere-se a aplicação em fundo de investimento exclusivo em renda fixa administrado por instituição financeira de primeira linha, gerido por quota, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos e liquidez diários. Aplicações permitidas no fundo: títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional (LFTs), CDB e LF de bancos de primeira linha.
- (4) Aplicações financeiras realizadas no exterior, através de depósito bancário junto a bancos com Grau de Investimento com taxa pré-fixada e liquidez em até 30 dias.

6. Títulos e valores mobiliários ("TVM") e Caixa restrito

6.1 TVM

(a) Política contábil

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento superior a três meses, entretanto podem ser prontamente resgatados, estando sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

(b) Composição

	Indexador	Remuneração anual ponderada consolidada		Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025	2026	2025
BOPREAL – Série 3 (1)	Pré-fixado	3 %	3 %	-	-	150.338	609.514
Fundo de investimentos (2)	CDI + 0,5% ao ano	100 %	100 %	-	-	10.299	182.902
CDB (3)	CDI	100 %	100 %	-	355.658	48.291	355.658
				-	355.658	208.928	1.148.074
No País (moeda nacional)				-	355.658	58.590	538.560
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)				-	-	150.338	609.514
				-	355.658	208.928	1.148.074
Circulante				-	-	(198.629)	(409.441)
Não circulante				-	355.658	10.299	738.633

- (1) Corresponde à série 3 dos títulos emitidos pelo Banco Central da Argentina, denominados "Obrigações para Reconstrução de uma Argentina Livre - BOPREAL", remunerados em média até 3% ao ano, acrescido de variação cambial, com vencimento em 2026 e pagamentos de juros semestrais, conforme o caso.
- (2) Corresponde às cotas adquiridas do Fundo RCL3X FIAGRO – Direitos Creditórios ("FIAGRO"), constituído sob a forma de condomínio fechado, não exclusivo, regulado pela CVM. O fundo possui remuneração anual baseada no CDI, acrescido de juros anuais de aproximadamente 0,5%, e prazo de vencimento indeterminado. A carteira do fundo é composta por cotas de fundos de investimento ("FIF"). Este investimento tem como objetivo fomentar o setor de crédito agrícola.
- (3) Em 31 de março de 2025, correspondia à aplicação em CDB, resgatável em parcela única em setembro de 2026. Por opção da Companhia, o resgate foi realizado de forma antecipada durante o exercício findo em março de 2026.

6.2 Caixa restrito

(a) Política contábil

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor e não estão disponíveis para movimentação.

(b) Composição

	Indexador	Remuneração média ponderada consolidada		Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025	2026	2025
Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos	CDI	100,2%	100,6%	-	-	1.964	1.847
Aplicações financeiras vinculadas à operações com derivativos (Nota 4.11) (1)	CDI	100,2%	100,6%	13.564	31.728	67.321	88.392
Depósitos de margem em operações com derivativos e outros (Nota 4.11) (2) (3)				1.187.323	131.309	2.063.407	522.133
				1.200.887	163.037	2.132.692	612.372
No país (moeda nacional)				13.564	31.727	69.285	90.239
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)				1.187.323	131.310	2.063.407	522.133
				1.200.887	163.037	2.132.692	612.372

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- (1) Aplicações financeiras em CDB, realizadas junto a bancos de primeira linha, que são utilizadas como garantias dadas em operações de instrumentos financeiros derivativos.
- (2) A margem em operações com derivativos refere-se a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens estabelecidas pela bolsa de mercadorias na qual os contratos são firmados e, até a sua liquidação, são reconhecidas na rubrica "Outras obrigações".
- (3) Outros recursos mantidos em contas correntes junto a bancos de primeira linha em função de termos estabelecidos em acordos comerciais.

7. Contas a receber**7.1 Política contábil**

Correspondem aos valores referentes à venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas do ativo não circulante.

7.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foram estimadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem as garantias reais para débitos e a avaliação dos assessores jurídicos.

A matriz de perda esperada adotada pela Companhia considera o agrupamento dos clientes com características de inadimplência similares, por canal de venda e *rating* (classificação de risco do cliente, mensurada internamente).

7.3 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
No País (moeda nacional)	2.535.340	2.453.721	4.697.112	5.103.696
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	15.924	40.606	2.288.478	3.466.720
Outros (1)	281.370	125.592	318.311	314.062
	2.832.634	2.619.919	7.303.901	8.884.478
Provisão para perdas de créditos esperadas	(405.778)	(155.967)	(698.201)	(533.122)
	2.426.856	2.463.952	6.605.700	8.351.356
Circulante	(2.126.630)	(2.343.066)	(6.233.209)	(8.015.818)
Não circulante	300.226	120.886	372.491	335.538

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (1) Referem-se, substancialmente, a parcelamentos de débitos vencidos e vendas de imóveis, bem como financiamentos com o objetivo principal de implementação ou modernização dos postos de vendas de combustíveis, mediante garantias reais, fianças e avais. Os encargos financeiros e os prazos de amortização são pactuados em contratos e estabelecidos com base na análise econômico-financeira de cada negociação.

A Companhia não tem títulos cedidos como garantia. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes.

A análise do vencimento das contas a receber de clientes, está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
A vencer	2.283.060	2.173.139	6.236.048	7.753.401
Vencidas:				
Até 30 dias	47.130	33.617	78.842	176.278
De 31 a 90 dias	38.004	39.420	58.450	86.322
De 91 a 180 dias	47.945	28.338	79.785	56.056
Acima de 180 dias	416.495	345.405	850.776	812.421
Total de vencidas	549.574	446.780	1.067.853	1.131.077
	2.832.634	2.619.919	7.303.901	8.884.478

7.4 Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas para os exercícios findo em 31 de março de 2026 e 2025, é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo no início do exercício	(155.967)	(126.240)	(533.122)	(190.966)
Desreconhecimento por perda de controle acionário	-	-	-	3.410
Perdas de crédito esperadas	(398.549)	(80.546)	(696.933)	(474.408)
Reversões e baixas (1)	148.738	50.819	513.910	138.372
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	17.944	(9.530)
Saldo no final do exercício	(405.778)	(155.967)	(698.201)	(533.122)

- (1) As reversões das perdas de créditos esperadas correspondem, substancialmente, a recebimentos dos títulos, baixas efetivas de créditos e demais fatores de recuperação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)****8. Estoques****8.1 Política contábil**

De forma geral, os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquidos dos impostos recuperáveis, exceto para determinados produtos que são avaliados a valor justo com base em preços observáveis de mercado, não excedendo o valor realizável líquido.

O custo de produção dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos, as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal) e impostos não recuperáveis, que estão relacionados a todos os processos necessários para colocação dos produtos em condições de venda.

Provisões para perda tais como: (i) ajustes a valor líquido de realização; (ii) itens deteriorados; e, (iii) estoques de baixa movimentação e/ou obsoletos são registrados quando necessária. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo exercício, enquanto demais perdas, se houver, são registradas diretamente no resultado do exercício, sem transitar pelos estoques, na rubrica "Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados".

8.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Produtos acabados:				
Diesel (8.3)	1.245.598	1.005.135	2.356.952	3.298.148
Gasolina (8.3)	1.145.429	947.823	2.035.764	2.059.854
Combustível para aviação	207.442	136.123	271.335	205.288
Demais derivados de petróleo (1)	26.801	26.741	575.500	781.576
Etanol	264.732	146.118	1.375.220	1.480.489
Açúcar	-	-	320.017	924.130
Petróleo (<i>crude oil</i>)	-	-	557.118	656.123
Produtos em processo	-	-	593.242	637.093
Almoxarifado e outros (2)	12.198	3.075	853.160	928.735
	2.902.200	2.265.015	8.938.308	10.971.436

(1) Refere-se, substancialmente, aos estoques de óleo combustível, lubrificantes e asfalto.

(2) Em 31 de março de 2026, existiam 30.753 CBIOS escriturados e registrados a valor realizável líquido, no montante de R\$ 884 no Consolidado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

8.3 Mudança no valor justo dos estoques – Hedge de valor justo

Em 31 de março de 2026 e 2025 e, os referidos estoques da Raízen incluem avaliação a valor justo (Nota 4.6), determinada pelo nível 2 da hierarquia de valor justo, como demonstrado abaixo:

	Valor de custo		Valor justo		Controladora Resultado (1)	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025
	Produtos acabados:					
Diesel	940.359	992.639	1.245.598	1.005.135	292.743	6.267
Gasolina	1.030.903	922.604	1.145.429	947.823	89.307	24.496
	1.971.262	1.915.243	2.391.027	1.952.958	382.050	30.763

	Valor de custo		Valor justo		Consolidado Resultado (1)	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025
	Produtos acabados:					
Diesel	2.051.713	3.285.652	2.356.952	3.298.148	292.743	6.267
Gasolina	1.921.238	2.034.635	2.035.764	2.059.854	89.307	24.496
	3.972.951	5.320.287	4.392.716	5.358.002	382.050	30.763

(1) Reconhecido na rubrica "Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados".

8.4 Provisão para perdas de estoques

Em 31 de março de 2026, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização, de baixa rotatividade e/ou obsoletos, nos montantes de R\$ 430 e R\$ 112.177 (R\$ 451 e R\$ 75.615 em 31 de março de 2025), na Controladora e Consolidado, respectivamente. A movimentação das referidas perdas para o exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025 está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo no início do exercício	(452)	(287)	(75.605)	(193.078)
Perdas estimadas (1)	(580)	(2.172)	(316.569)	(117.559)
Reversões e baixas (1)	602	2.008	277.967	234.260
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	-	-	2.030	762
Saldo no final do exercício	(430)	(451)	(112.177)	(75.615)

(1) As (constituições) reversões de perdas estimadas referem-se, substancialmente, à recuperação dos preços do Etanol e as baixas de estoques em função de itens vendidos e/ou consumidos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)****9. Ativos biológicos (Consolidado)****9.1 Política contábil**

Os ativos biológicos da Raízen correspondem às canas-de-açúcar em pé cultivadas nas lavouras que serão utilizadas como fonte de matéria-prima para a produção de etanol, açúcar e bioenergia no momento da sua colheita.

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram, sendo estas reconhecidas como imobilizado e/ou direito de uso, conforme o caso.

O método de avaliação do valor justo é o fluxo de caixa descontado a valor presente. O modelo de valorização considera o valor presente dos fluxos de caixa esperados a serem gerados, incluindo projeções de até 18 meses, considerando as estimativas de data efetiva de corte da cana-de-açúcar em pé.

Mudanças nos valores justos entre os períodos, bem como em sua amortização, são alocadas na demonstração do resultado na rubrica "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados".

Gastos com tratos culturais estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa no fluxo de caixa de investimento, alinhado com a forma como a administração gere o negócio.

9.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos. As principais premissas e sensibilidade estão divulgadas nas notas 9.4 e 9.5, respectivamente.

9.3 Movimentação

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025, a movimentação dos ativos biológicos, encontra-se detalhada a seguir:

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Saldo no início do exercício	3.514.712	4.185.031
Adições de tratos da cana-de-açúcar	1.873.801	2.116.849
Absorção dos custos de cana-de-açúcar colhida	(2.069.819)	(1.945.843)
Mudança no valor justo, líquida de realização (Nota 30.1)	(1.537.620)	(801.696)
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 12)	(504.306)	(39.629)
Saldo no final do exercício	<u>1.276.768</u>	<u>3.514.712</u>

9.4 Premissas

As principais premissas utilizadas na determinação do valor justo, determinado pelo nível 3 da hierarquia de valor justo, foram:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	2026	2025
Área estimada de colheita por hectares	434.810	618.095
Quantidade de Açúcar Total Recuperável ("ATR") por hectare	10,38	10,63
Preço do Kg de ATR médio projetado (R\$/Kg)	0,96	1,27
Taxa real de desconto anual	9,61%	8,75%

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia revisou as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico, sendo as principais: (i) redução da área estimada; (ii) a quantidade de ATR por hectare; e (iii) redução do preço do Kg de ATR médio projetado.

9.5 Análise de sensibilidade

A Companhia avaliou o impacto consolidado sobre o valor justo dos ativos biológicos, em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos de 5% nas seguintes premissas: (i) redução da área estimada; (ii) a quantidade de ATR por hectare; (iii) o preço do Kg de ATR médio projetado; e, (iv) a taxa real de desconto anual. Os resultados consolidados da sensibilidade dos ativos biológicos estão apresentados a seguir:

Cenários	Saldo de balanço	Quantidade de ATR	Preço do Kg de ATR	Taxa real de desconto anual	Saldo de valor justo	Impactos no resultado
Aumento de 5%	1.276.768	194.934	144.110	(8.611)	1.607.201	330.433
Redução de 5%	1.276.768	(194.934)	(144.110)	9.600	947.324	(329.444)

Em 31 de março de 2026, os valores unitários utilizados na referida análise de sensibilidade estão descritos abaixo:

Premissas	Indicadores	Cenários	
		+5 %	-5 %
Quantidade de ATR	Kg/hectare	10,90	9,86
Preço do Kg de ATR	R\$/Kg	1,01	0,91
Taxa real de desconto anual	% ao ano	10,09 %	9,13 %

9.6 Outras informações

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)****10. Tributos a recuperar****10.1 Política contábil**

Os tributos a recuperar são reconhecidos pelo valor original, quando a Companhia possui o direito legal de compensação ou restituição e quando é provável a sua realização por meio de compensação com tributos a pagar de mesma natureza ou ressarcimento em espécie. A Companhia avalia periodicamente a recuperabilidade desses créditos, constituindo provisão para perdas quando aplicável.

10.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") (1)	929.306	1.083.760	1.999.959	2.502.811
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") (1)	7.889.125	7.535.386	13.436.150	11.490.341
Imposto sobre o Valor Agregado ("IVA")	-	-	35.427	87.383
Outros	3.291	3.389	283.034	292.713
Perda estimada com realização de impostos (2)	(2.403.524)	(19.901)	(2.938.771)	(48.774)
	6.418.198	8.602.634	12.815.799	14.324.474
Circulante	(1.056.223)	(3.481.436)	(2.672.800)	(5.589.190)
Não circulante	5.361.975	5.121.198	10.142.999	8.735.284

- (1) Os saldos em 31 de março de 2026, contemplam a reestruturação societária referente a cisão parcial da RSA para a Companhia conforme mencionada na Nota 1.2.d
- (2) Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia reconheceu uma provisão por redução ao valor recuperável sobre tributos a recuperar, relacionados ao PIS, COFINS e ICMS, nos montantes de R\$ 2.383.623 e R\$ 2.847.076, (Controladora e Consolidado, respectivamente), em função da incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Raízen (Nota 1.1). Tais provisões poderão ser parcialmente e/ou totalmente revertidas à medida que a referida incerteza não estiver mais presente.

11. Partes relacionadas**11.1 Política contábil**

A Companhia identifica e divulga suas transações e saldos com partes relacionadas em conformidade com o IAS 24/CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas. São consideradas partes relacionadas: (i) os acionistas indiretos Cosan S.A. e Shell Brazil Holding B.V.; (ii) suas controladas, controladas em conjunto e coligadas; (iii) demais sociedades sob controle comum, controle conjunto ou influência significativa dos mesmos acionistas; (iv) o pessoal-chave da Administração, assim entendidos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e seus familiares próximos; e (v) entidades sobre as quais o pessoal-chave exerça controle, controle conjunto ou influência significativa.

As transações financeiras e operacionais com partes relacionadas, são celebradas em condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros.

Os saldos ativos e passivos com partes relacionadas são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, quando aplicável. Os saldos e transações decorrentes de operações entre as

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

companhias consolidadas são integralmente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na Nota 2.6.

A Raízen e suas controladas possuem uma gestão totalmente integrada de fluxo de caixa, cujos principais instrumentos utilizados para a gestão do caixa estão descritos a seguir:

- **Contrato de Gestão de Recursos Financeiros ("GRF") – Operação utilizada entre empresas domiciliadas no Brasil**

A controlada RESA, como centralizadora das atividades corporativas da Companhia e suas controladas, é responsável pela gestão do caixa, com base no referido contrato.

Tais operações, incluindo o recebimento e/ou pagamento de juros, estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa, no fluxo de caixa de financiamento.

- **PPE – Operação utilizada entre empresas domiciliadas no Brasil e empresas domiciliadas no exterior**

Em determinadas situações, as controladas da Raízen domiciliadas no exterior, captam recursos no mercado financeiro internacional e na sequência os repassam às empresas da Raízen domiciliadas no Brasil, na forma de contratos de PPE. Os referidos contratos são formalizados com lastro em volumes de exportação de produtos suficientes para liquidação dos contratos.

Tais operações estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa de investimentos quando concedidos (saída de recursos) e, quando recebidos (entrada de recursos), na demonstração dos fluxos de caixa de financiamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

11.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Ativo				
Classificação do ativo por moeda:				
No País (moeda nacional)	1.085.919	1.203.668	1.207.873	1.714.554
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	105.153	221.579	579.133	695.684
	1.191.072	1.425.247	1.787.006	2.410.238
Operações financeiras (b)				
Nordeste Logística I S.A.	9.732	8.272	9.732	8.272
Latitude Logística Portuária S.A.	-	-	5.292	7.514
Navegantes Logística Portuária S.A.	37.482	37.743	37.482	37.742
Rio Power Participações S.A.	-	-	-	2.634
	47.214	46.015	52.506	56.162
Operações comerciais e administrativas (c)				
Grupo Rumo	104.377	231.579	162.242	310.895
Grupo Agricopel	323	3.530	99.854	115.699
Raízen Energia S.A. e suas controladas	141.519	136.121	-	-
Grupo Shell	31.023	86.681	158.168	224.388
Raízen Paraguay S.A.	8.490	7.911	10.110	459.436
Centroeste Distribuição	90.185	81.267	-	-
Raizen Argentina S.A.	24.200	85.127	-	-
Raízen Mime Combustíveis S.A.	137.863	110.802	-	-
Petróleo Sabbá S.A.	199.085	142.849	-	-
Outros	46.453	80.668	462.743	248.707
	783.518	966.535	893.117	1.359.125
Operações contratuais (framework agreement) e outros (d)				
Grupo Shell	348.219	400.128	348.305	400.253
Cosan S.A.	11.137	11.585	484.062	585.690
Outros	-	-	9.016	9.008
	359.356	411.713	841.383	994.951
Ações preferenciais (e)				
Raízen Mime Combustíveis S.A.	984	984	-	-
	984	984	-	-
Total do ativo	1.191.072	1.425.247	1.787.006	2.410.238
Circulante	(729.062)	(928.304)	(1.075.158)	(1.609.184)
Não circulante	462.010	496.943	711.848	801.054

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026
(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Passivo				
Classificação do passivo por moeda:				
No País (moeda nacional)	2.676.114	9.751.531	2.469.787	2.507.239
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	13.565.007	11.047.149	2.389.361	3.341.124
	16.241.121	20.798.680	4.859.148	5.848.363
Gestão de recursos financeiros (a)				
Raízen Energia S.A. e suas controladas	126.295	8.448.815	-	-
	126.295	8.448.815	-	-
Operações financeiras (b)				
Raízen Fuels Finance S.A.	11.457.552	8.601.556	-	-
Raízen Trading S.A.	1.055.237	-	-	-
Outros	-	-	40	50
	12.512.789	8.601.556	40	50
Operações comerciais e administrativas (c)				
Grupo Shell	2.234.042	2.439.995	2.866.386	3.341.124
Raízen Energia S.A. e suas controladas	453.480	162.774	-	-
Petróleo Sabbá S.A.	130.569	194.088	-	-
Grupo Rumo	3.891	905	12.767	17.450
Raízen Mime Combustíveis S.A.	41.321	65.839	-	-
Raízen Argentina S.A.	14.102	16.987	-	-
Blueway Trading Importação e Exportação S.A.	42.958	174.649	-	-
Outros	70.817	7.815	45.041	47.303
	2.991.180	3.063.052	2.924.194	3.405.877
Operações contratuais (framework agreement) (d)				
Grupo Shell	361.442	446.512	361.442	446.512
Cosan S.A.	-	-	387.546	535.945
Outros	320	320	523	1.768
	361.762	446.832	749.511	984.225
Ações preferenciais e outros (e)				
Shell Brazil Holding B.V.	217.614	205.231	217.614	205.231
Posto Mime S.A.	-	-	248.021	220.731
	217.614	205.231	465.635	425.962
Passivo de arrendamento (Nota 19.4) (f)				
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	-	-	98.717	149.809
Aguassanta Desenvolvimento Imobiliário S.A.	-	-	28.972	72.158
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	-	-	52.985	84.299
Aguassanta Agrícola S.A.	-	-	34.724	55.589
Jatobá Propriedades Agrícolas Ltda.	-	-	46.294	64.804
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	-	-	28.127	45.459
Proud Participações S.A.	-	-	17.722	35.560
Terrainvest Propriedades Agrícolas S.A.	-	-	41.192	59.519
Vale da Ponte Alta S/A	-	-	45.675	64.792
Bioinvestments Negócios e Participações S.A.	-	-	26.950	41.797
Palermo Agrícola S/A	-	-	55.408	58.632
Agrobio Investimento e Participações S.A.	-	-	73.833	93.740
Seringueira Propriedades Agrícolas Ltda.	-	-	34.718	49.116
Outros	31.481	33.194	134.451	156.975
	31.481	33.194	719.768	1.032.249
Total do passivo	16.241.121	20.798.680	4.859.148	5.848.363
Circulante	(13.884.343)	(9.560.886)	(1.437.217)	(1.815.563)
Não circulante	2.356.778	11.237.794	3.421.931	4.032.800

(a) GRF

Os montantes registrados no passivo da controladora, no montante de R\$ 126.295 (R\$ 8.448.815 em 31 de março de 2025) referem-se a recursos movimentados para execução de atividades de GRF. A Companhia registrou, no exercício findo em 31 de março de 2026 e

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

2025, despesas financeiras, no montante de R\$ 309.190 e R\$ 696.483, respectivamente, em função desta administração, nos termos do contrato vigente.

No exercício findo em 31 de março de 2026, parte do saldo de GRF registrado no passivo da controladora, no montante de R\$ 7.332.171, integrou o acervo cindido na operação de cisão parcial da Companhia (Nota 14.5).

As remunerações e as despesas relacionadas ao contrato de gestão de recursos são calculadas mediante a aplicação de juros determinados pela taxa de mercado equivalente a 107% do CDI sobre os saldos mensais em aberto ao final do exercício, com vencimentos acordados entre as partes que, geralmente, não excedem 12 meses.

(b) Operações financeiras

O quadro abaixo apresenta, em 31 de março de 2026 e 2025, as informações dos mútuos concedidos às coligadas:

Coligadas	Indexador	Data do contrato	Valor concedido atualizado		Vencimento
			R\$		
			2026	2025	
Navegantes Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	17/07/2023	-	16.631	Até 3 anos
Nordeste Logística I S.A.	CDI + 2,5% a.a.	28/09/2023	9.731	8.272	Até 4 anos
Latitude Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	27/05/2024	-	3.016	Até 1 ano
Latitude Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	01/07/2024	5.292	4.498	Até 2 anos
Navegantes Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	10/07/2025	12.339	-	Até 1 ano
Navegantes Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	05/09/2025	6.027	-	Até 1 ano
Navegantes Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	30/07/2024	-	14.222	Até 3 anos
Rio Power Participações S.A.	CDI + 2,5% a.a.	07/01/2025	-	2.634	Até 3 anos
Navegantes Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	20/02/2025	4.052	6.889	Até 1 ano
Navegantes Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	16/10/2025	15.065	-	Até 1 ano
			52.506	56.162	
Circulante			(42.774)	(14.403)	
Não circulante			9.732	41.759	

Em 31 de março de 2026 e 2025, o montante registrado no passivo da controladora Raízen refere-se a contratos de PPEs devidos à controlada indireta Raízen Fuels, e mútuo devido a controlada indireta Raízen Trading S.A., conforme demonstrado abaixo:

Contrato	Moeda	Valor principal em moeda estrangeira	Vencimento	Taxa média efetiva		2026	2025
				2026	2025		
PPE (1)	US\$	750.000	Jul/32	6,25%	-	3.803.023	-
PPE	US\$	350.000	Mar/34	6,98%	6,98%	1.769.009	2.027.970
PPE	US\$	639.623	Mar/34	6,98%	6,98%	3.323.186	3.754.565
PPE	US\$	488.599	Mar/54	7,48%	7,48%	2.562.334	2.819.021
Mútuo (2)	US\$	201.452	Mar/27	6,80%	-	1.055.237	-
						12.512.789	8.601.556
Circulante						(12.512.789)	(42.006)
Não circulante						-	8.559.550

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- (1) Em 8 de julho de 2025, a Companhia captou PPE junto a controlada indireta Raízen Fuels no montante de US\$ 750.000 mil, equivalentes a R\$ 4.250.050, com vencimento final em julho de 2032.
- (2) Em março de 2026, a Companhia celebrou contratos de mútuo junto a controlada indireta Raízen Trading S.A. no montante de até US\$ 400.000 mil, a serem disponibilizados em tranches conforme acordo entre as partes, com vencimento final em até 1 ano da data de liberação de cada tranche.

Valor justo

Em 31 de março de 2026 e 2025, o valor contábil e o valor justo dos PPEs, determinados pelo nível 2 da hierarquia de valor justo, estão demonstrados abaixo:

Modalidade	Controladora			
	Saldo de valor justo (1)		Resultado financeiro (Nota 32)	
	2026	2025	2026	2025
PPE	(197.567)	72.386	269.953	(82.305)
	(197.567)	72.386	269.953	(82.305)

- (1) Em 31 de março de 2026 e 2025, o valor contábil das referidas dívidas, incluindo o saldo de valor justo do risco protegido, é de R\$ 8.895.218 e R\$ 5.782.535, respectivamente.

(c) Operações comerciais e administrativas

Os montantes registrados no ativo referem-se a operações comerciais de venda de produtos, tais como: gasolina, diesel, combustível de aviação, etanol, açúcar e outros materiais, assim como operações de elevação portuária (movimentação física do açúcar desde os armazéns até os navios no porto, para exportação).

Os montantes registrados no passivo referem-se a operações comerciais de compra de produtos e prestação de serviços tais como: etanol, diesel, gasolina, fretes rodoviários e ferroviários, armazenagem, açúcar, cana-de-açúcar, adiantamentos de clientes para exportação de açúcar e concessão de licenças do uso da marca Shell.

(d) Operações contratuais (framework agreement) e outros

Os montantes registrados no ativo e passivo se referem, substancialmente, a saldos recobráveis (dos) ou restituíveis (aos) acionistas da Raízen por estarem relacionados ao período anterior à formação da Raízen no ano de 2011.

(e) Ações preferenciais e outros

O saldo apresentado no ativo da controladora em 31 de março de 2026 e 2025, refere-se a créditos de ações preferenciais a receber da controlada Raízen Mime relacionados ao ganho auferido em determinados desinvestimentos realizados.

O saldo apresentado no passivo consolidado decorre, substancialmente, de créditos fiscais a reembolsar à Shell, quando efetivamente aproveitados pela Raízen, determinados pelos saldos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social de períodos anteriores à formação da Raízen no ano de 2011.

O montante devido ao Posto Mime, refere-se ao capital a ser integralizado em moeda corrente nacional pela controlada direta Raízen Serviços e Participações, no montante de R\$ 173.646, com vencimento em até 5 anos a contar da data da AGE realizada em 1º de outubro de 2024, sob o qual incide atualização monetária indexada ao CDI. Durante o

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

exercício findo em 31 de março de 2026, os juros reconhecidos como despesa financeira totalizaram R\$ 27.290.

(f) Passivo de arrendamento

Em 31 de março de 2026 e 2025, a movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo no início do exercício	33.194	33.116	1.032.249	1.344.478
Adições	-	-	22.748	-
Baixas	-	-	(47.710)	(12.091)
Pagamentos de principal e juros	(7.012)	(5.494)	(294.265)	(395.354)
Juros	5.299	5.434	91.360	116.031
Remensurações	-	138	(54.590)	(8.488)
Transferências	-	-	(30.024)	(12.327)
Saldo no final do exercício	31.481	33.194	719.768	1.032.249
Circulante	(1.017)	(1.021)	(225.411)	(242.220)
Não circulante	30.464	32.173	494.357	790.029

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

11.3 Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Venda de produtos				
Grupo Shell (7)	918.208	1.342.515	2.179.790	2.519.709
Grupo Rumo (4)	2.227.365	2.116.560	2.514.852	2.407.025
Grupo Agricopel (5)	172.472	66.296	1.849.055	1.538.557
Raízen Energia S.A. e suas controladas	1.260.096	1.548.244	-	-
Raízen Paraguay S.A.	-	-	1.664.427	1.227.700
Petróleo Sabbá S.A.	4.164.327	4.582.337	-	-
Centroeste Distribuição de Derivados de Petróleo S.A.	3.445.613	3.355.518	-	-
Raízen Mime Combustíveis S.A.	2.962.815	2.662.884	-	-
Outros	7.158	13.047	86.337	121.482
	15.158.054	15.687.401	8.294.461	7.814.473
Compra de mercadorias e serviços				
Raízen Energia S.A. e suas controladas (6)	(5.388.460)	(3.411.488)	-	-
Grupo Shell (7)	(246.573)	(221.339)	(3.407.435)	(4.930.461)
Grupo Rumo (4)	(248.044)	(206.443)	(630.011)	(575.689)
Logum Logística S.A.	(76.744)	(59.236)	(129.161)	(114.799)
Centroeste Distribuição de Derivados de Petróleo S.A.	(25.861)	(234.729)	-	-
Blueway Trading Importação e Exportação S.A. (6)	(7.408.978)	(8.345.622)	-	-
Petróleo Sabbá S.A. (6)	(1.197.671)	(1.091.000)	-	-
Raízen Mime Combustíveis S.A.	(422.276)	(699.705)	-	-
Outros	(5.188)	(91.631)	(54.073)	(284.059)
	(15.019.795)	(14.361.193)	(4.220.680)	(5.905.008)
Despesas financeiras, líquidas (1)				
Raízen Energia S.A. e suas controladas	(123.657)	(2.472.956)	-	-
Grupo Shell (7)	(421.006)	(177.283)	(466.140)	(186.645)
Grupo Radar	-	-	(30.259)	(44.943)
Outros	6.604	2.507	(39.443)	(56.521)
	(538.059)	(2.647.732)	(535.842)	(288.109)
Receitas de serviços e outros, líquidos (2)				
Raízen Energia S.A. e suas controladas	8.852	5.286	-	-
Petróleo Sabbá S.A.	7.858	22.231	-	-
Raízen Argentina S.A.	43.847	47.179	-	-
Raízen Mime Combustíveis S.A.	5.393	10.257	-	-
Grupo Rumo	-	-	37.654	34.029
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo	-	-	14.045	12.684
Grupo Agricopel	3.673	4.336	95.191	89.403
Shell Brazil Holding B.V.	-	-	13.186	6.398
Raízen Paraguay S.A.	10.136	8.227	10.136	1.229
Compass Comercialização S.A.	-	-	6.226	3.222
Outros	24.783	24.279	50.566	59.518
	104.542	121.795	227.004	206.483
(Despesas) Receitas de serviços, líquidas (3)				
Raízen Energia S.A. e suas controladas	(133.037)	(209.306)	-	-
Shell Brands International AG	104.336	(292.588)	113.316	(336.440)
Shell Aviation Limited	-	-	-	-
Outros	(17.633)	(27.190)	(14.321)	(12.109)
	(46.334)	(529.084)	98.995	(348.549)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Os preços e condições das transações entre as partes relacionadas são determinadas exclusivamente em negociações entre as entidades envolvidas. Durante os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 não foram reconhecidas nenhuma perdas de créditos esperadas para operações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

- (1) Correspondem, principalmente a: (i) juros e variação cambial dos PPEs, captados juntos à controlada indireta Raízen Fuels; (ii) resultados auferidos no âmbito do contrato de gestão de recursos financeiros entre as sociedades; (iii) juros sobre contas a pagar à Shell pelo licenciamento de uso da marca; (iv) juros sobre mútuos concedidos à coligadas; e, (v) demais variações cambiais e juros.
- (2) Referem-se a: (i) cobrança de gastos com o compartilhamento dos custos corporativos, gerenciais e operacionais.
- (3) Referem-se a: (i) gastos com o compartilhamento dos custos corporativos, gerenciais e operacionais com a RESA e (ii) gastos com suporte técnico, manutenção de processo de faturamento e cobrança, comissões na venda de combustível de aviação e secondees junto a Shell.
- (4) O termo Grupo Rumo refere-se às operações ferroviárias e portuárias representadas pelas sociedades Rumo S.A., Logisport Armazéns Gerais S.A., Rumo Malha Sul S.A., Rumo Malha Oeste S.A., Rumo Malha Paulista S.A., Rumo Malha Norte S.A., Rumo Malha Central S.A., Portofer Transporte Ferroviário Ltda., ALL Armazéns Gerais Ltda., Terminal São Simão S.A., América Latina Logística Intermodal S.A. e Brado Logística S.A..
- (5) O termo Grupo Agricopel refere-se, principalmente, às operações de comércio de combustíveis representadas, principalmente, pelas sociedades Agricopel Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., Posto Agricopel Ltda., Agricopel Diesel Paraná Ltda. e Bluadm Administradora de Bens Ltda., cujo relacionamento se dá por meio da FIX Investimentos Ltda., que é o acionista não controlador da Raízen Mime.
- (6) As transações de compra da Companhia estão representadas, substancialmente, por aquelas originadas de importações de derivados de petróleo no mercado externo pela controlada Blueway.
- (7) O termo Grupo Shell refere-se, principalmente, às operações comerciais pelas sociedades Shell Aviation Limited, Shell Overseas Investments B.V., Shell Trading Rotterdam, Shell Companhia Argentina, Shell Trading US Company, Pilipinas Shell Petroleum Corporation e concessão de licenças do uso da marca Shell pela sociedade Shell Brands International AG ("Shell Brands").

11.4 Garantias

Considerando que a Raízen opera uma tesouraria corporativa centralizada, a Companhia é garantidora de determinadas dívidas de suas controladas.

11.5 Diretores e membros do Conselho de Administração

A remuneração fixa e variável das pessoas chave da Raízen e suas controladas, incluindo diretores estatutários e membros do Conselho de Administração, registrada no resultado consolidado do exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025, está demonstrada abaixo:

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Remuneração regular	(149.329)	(111.531)
Bônus e outras remunerações variáveis	(33.085)	(51.681)
Pagamento baseado em ações (Nota 28)	(17.739)	(21.135)
Total da remuneração	<u>(200.153)</u>	<u>(184.347)</u>

A Companhia compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais de suas controladas RESA. O pessoal-chave da Administração também é composto por empregados das controladas e os custos são transferidos à Companhia através da emissão de nota de débito.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

12. Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda (Consolidado)**12.1 Política contábil**

A Companhia classifica ativos ou um grupo de ativos não circulante como mantido para venda, assim como os passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda, quando se espera que sua recuperação ocorra, principalmente, por meio de transação de venda, e não pelo uso contínuo.

Os critérios para a classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável em até 12 meses e o ativo, ou o grupo de ativos, está disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos habituais e costumeiros aplicáveis à venda desses ativos. O nível hierárquico apropriado da gestão da Companhia está comprometido com o plano de venda, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir a transação dentro de um prazo de até um ano a partir da data da classificação.

Esses ativos e passivos são apresentados como grupos de alienação, conforme requerido pelo CPC 31/IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.

No exercício findo em 31 de março de 2026, a Administração concluiu que, embora relevantes, tais ativos não representam uma linha de negócios ou área geográfica significativa separada, razão pela qual não atendem à definição de operações descontinuadas.

12.2 Base de mensuração

Os ativos não circulantes e grupos de alienação classificados como mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda correspondem às despesas incrementais diretamente atribuíveis à transação, excluindo-se os encargos financeiros e os tributos sobre o lucro.

Quando aplicável, são reconhecidas perdas por redução ao valor recuperável para ajustar os ativos ao seu valor realizável líquido estimado.

12.3 Movimentação

Em 31 de março de 2026, a movimentação da rubrica de "ativos e passivos não circulantes mantidos para venda", está demonstrada abaixo:

					Consolidado
	Usinas de Etanol, Açúcar e Bioenergia	Comercializadora de Energia	Usinas de Geração de energia solar	Eliminação	Total
Em 31 de março de 2025	-	-	-	-	-
Transferência	2.923.036	516.495	1.091.240	348.105	4.878.876
Provisão por redução ao valor recuperável (Nota 30.1)	(298.223)	(386.495)	(885.924)		(1.570.642)
Baixas por alienação	(2.199.762)	-	(68.430)		(2.268.192)
	425.051	130.000	136.886	348.105	1.040.042
Em 31 de março de 2026	425.051	130.000	136.886	348.105	1.040.042

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 31 de março de 2026, a rubrica de "Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda" do consolidado está representada pelos ativos e passivos demonstrados abaixo:

Ativos não circulantes mantidos para venda	Usinas de Etanol, Açúcar e Bioenergia (a)	Comercializadora de Energia (b)	Usinas de Geração de energia solar (c)	Eliminação (1)	Total
Instrumentos financeiros derivativos	118.970	2.745.898	-	-	2.864.868
Contas a receber de clientes	4.952	223.557	13.045	-	241.554
Estoques	164.467	-	-	-	164.467
Ativos biológicos (Nota 9.3)	504.306	-	-	-	504.306
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	74	-	155	-	229
Tributos a recuperar (Nota 10.2)	433.236	2.365	24.704	-	460.305
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos (Nota 21.6)	-	-	-	-	-
Imobilizado	3.025.720	1.103	1.206.152	-	4.232.975
Direito de uso (Nota 19.3.b)	1.272.654	-	119.460	-	1.392.114
Intangível (Nota 16.4)	5.616	1	1.703	-	7.320
Provisão por redução ao valor recuperável	(298.223)	(386.495)	(885.924)	-	(1.570.642)
Partes relacionadas	15.317	204.129	116.774	(336.220)	-
Outros	73.096	133.757	208.503	-	415.356
Baixa por alienação	(3.758.806)	-	(68.430)	-	(3.827.236)
Total ativos	1.561.379	2.924.315	736.142	(336.220)	4.885.616
Passivos não circulantes mantidos para venda					
Fornecedores	(55.007)	(301.418)	(27.033)	-	(383.458)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.029)	(2.306.762)	-	-	(2.307.791)
Passivo de arrendamento (Nota 19.4)	(1.822.875)	-	(136.457)	-	(1.959.332)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(300.284)	-	(300.284)
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos (Nota 21.6)	(157.360)	(149.150)	(7.409)	-	(313.919)
Partes relacionadas	(576.926)	(23.067)	(84.332)	684.325	-
Outros	(82.175)	(13.918)	(43.741)	-	(139.834)
Baixa por alienação	1.559.044	-	-	-	1.559.044
Total passivos	(1.136.328)	(2.794.315)	(599.256)	684.325	(3.845.574)
Total dos ativos e passivos mantidos para venda, líquido	425.051	130.000	136.886	348.105	1.040.042

(1) Refere-se às transações financeiras e comerciais mantidas entre a controlada direta RESA e suas Coligadas, as quais foram eliminadas no nível Consolidado.

Os ativos e passivos acima são apresentados separadamente no balanço patrimonial, conforme requerido pelo CPC 31/IFRS 5.

12.4 Alienações realizadas no período

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia concluiu a alienação de determinados ativos classificados anteriormente como mantidos para venda, que não atendiam a definição de operações descontinuadas, incluindo:

(a) Usinas de Etanol, Açúcar e Bioenergia

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

• Usina Leme

Em 12 de maio de 2025, a Companhia assinou contrato de venda da Usina de Leme, pertencente ao segmento de EAB, pelo valor de R\$ 322.025, ajustado para refletir variações usuais em transações dessa natureza. A operação foi concluída em 1º de novembro de 2025, com o consequente recebimento integral do valor em moeda corrente e a baixa por alienação dos ativos e passivos mantidos para venda pelo valor de R\$ 281.569. Como efeito desta operação, a Companhia reconheceu um ganho no resultado (Nota 31 – linha “Resultado na alienação de ativos”) o montante R\$ 40.456 (Consolidado).

Adicionalmente ao ganho registrado na operação de venda desta usina, foram reconhecidas no resultado perdas (Nota 31 – linha “Resultado na desvalorização de ativo imobilizado, ágio e mais valia”) no exercício findo em 31 de março de 2026, no montante R\$ 102.835 (Consolidado), referentes à baixa do ágio e à mais valia de ativo imobilizado, respectivamente, anteriormente registrados.

• Ativos relacionados a Usina Santa Elisa

Em 15 de julho de 2025, a Companhia celebrou contratos para a venda de 3,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar — incluindo produção própria e a cessão de contratos com fornecedores — pelo valor estimado de R\$ 1.045.000.

No exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia reconheceu um ganho no resultado (Nota 31 – linha “Resultado na alienação de ativos”) no montante R\$ 882.021 (Consolidado) (líquido dos custos de vendas), referente aos contratos cujas condições precedentes estabelecidas no contrato foram concluídas, dos quais R\$ 916.451, foram recebidos em moeda corrente na data de fechamento. Com consequente baixa por alienação dos ativos e passivos mantidos para venda pelo valor de R\$ 34.430.

Adicionalmente ao ganho registrado na operação de venda desta usina, foi reconhecida no resultado perda (Nota 31 – linha “Resultado na desvalorização de ativo imobilizado, ágio e mais valia”), no montante de R\$ 798.820, composta por, R\$ 137.659 (Consolidado) referente à baixa do ágio anteriormente registrado, bem como os valores de R\$ 586.744 (Nota 15.2.2) e R\$ 74.417 (Consolidado) referentes à baixa do valor recuperável dos ativos fixos e baixa dos custos de entressafra e outros, respectivamente, uma vez que, com essa transação, a Companhia decidiu descontinuar as operações da Usina Santa Elisa por tempo indeterminado.

• Usinas Rio Brilhante e Passa Tempo

Em 29 de agosto de 2025, a Companhia celebrou contrato para a venda das usinas – Rio Brilhante e Passa Tempo, ambas localizadas no município de Rio Brilhante (MS), bem como a cessão da cana própria e dos contratos com fornecedores vinculados a essas unidades.

O montante total desta operação foi de R\$ 1.269.899, ajustado para refletir variações usuais em transações dessa natureza. A operação foi concluída em 1º de dezembro de 2025, com o consequente recebimento integral do valor em moeda corrente e a baixa por alienação dos ativos e passivos mantidos para venda no valor de R\$ 1.568.486. Como efeito desta operação, a Companhia reconheceu uma perda no resultado (Nota 31 – linha “Resultado na alienação de ativos”) no montante de R\$ 298.587 (Consolidado).

Com a venda desta Usina, foi reconhecido no resultado exercício findo em 31 de março de 2026, a baixa do ágio e mais valia do ativo imobilizado, nos montantes de R\$ 205.192

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

(Consolidado) e R\$ 27.306 (Consolidado) (Nota 31 – linha “Resultado na desvalorização de ativos imobilizados, ágio e mais valia”), respectivamente, anteriormente registrado.

- **Usina Continental**

Em 10 de novembro de 2025, a Companhia celebrou contratos de venda da usina Continental, localizada no município de Colômbia, em São Paulo, bem como a cessão da cana própria e dos contratos com fornecedores vinculados a essa unidade, pelo valor de R\$ 740.586, ajustado para refletir variações usuais em transações dessa natureza. A operação foi concluída em 2 de março de 2026, com o consequente recebimento integral do valor em moeda corrente e a baixa por alienação dos ativos e passivos mantidos para venda pelo valor de R\$ 321.394. Como efeito desta operação, a Companhia reconheceu um ganho no resultado (Nota 31 – linha “Resultado na alienação de ativos”) no montante de R\$ 433.134 (Consolidado).

Com a venda desta Usina, foi reconhecido no resultado no exercício findo em 31 de março de 2026, a baixa do ágio e mais valia do ativo imobilizado, no montante R\$ 86.251 (Consolidado) (Nota 31 – linha “Resultado na desvalorização de ativos imobilizados, ágio e mais valia”), respectivamente, anteriormente registrado.

- **Outras usinas e ativos de Etanol, Açúcar e Bioenergia**

Determinados ativos e participações societárias foram classificados como mantidos para venda em 31 de março de 2026, em linha com a estratégia de otimização de portfólio da Companhia.

A Administração considerou o estágio avançado de negociação e a alta probabilidade de conclusão da transação no prazo de até 12 meses, além outros critérios de classificação estabelecidos pelo CPC 31/*IFRS* 5.

O valor esperado de venda do acervo desses ativos é estimado em R\$ 800.000, comparado a um valor contábil de R\$ 1.098.223. Dessa forma, foi reconhecido no resultado (Nota 31) do exercício findo em 31 de março de 2026, o efeito da perda na mensuração do valor justo desses ativos, no montante de R\$ 298.223 (Consolidado) (Nota 31 – linha “Provisão de perdas na mensuração de ativos mantidos para venda, líquida”).

(b) Comercializadora de Energia

- **Raízen Power**

Em 15 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças que prevê a alienação de 100% de sua participação societária na Raízen Power à Tria Comercializadora de Energia S.A., pelo montante de R\$ 130.000, sujeito a ajustes contratuais usuais. A consumação da operação está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias aplicáveis junto ao CADE, ANEEL e CCEE. O pagamento do preço de aquisição e a transferência do controle societária ocorrerão na data do fechamento da operação.

Com a operação de venda da Raízen Power, foi reconhecido no resultado (Nota 31) no exercício findo em 31 de março de 2026, o efeito da perda na mensuração do valor justo

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

desses ativos, no montante de R\$ 386.495 (Consolidado) (Nota 31 – linha “Provisão de perdas na mensuração de ativos mantidos para venda, líquida”).

(c) Usinas de Geração de energia solar

• **Ativos de Geração Distribuída**

Em 31 de março de 2026, os ativos de geração distribuída classificados como “Ativos não circulantes mantidos para venda” totalizavam R\$ 109.303, substancialmente relacionados à operação realizada em 24 de julho de 2025, referente à venda de 55 usinas de geração distribuída.

As vendas concluídas durante o exercício findo em 31 de março de 2026, no montante de R\$ 439.745, foram recebidas em moeda corrente, e o montante de R\$ 38.529 será recebido até junho de 2026, registrados na rubrica “Outros créditos”. Com a consequente baixa por alienação dos ativos e passivos mantidos para venda, e custos relacionados, pelo valor de R\$ 552.528.

No mesmo período, a Companhia reconheceu uma perda no resultado (Nota 31 – linha “Resultado na alienação de ativos”) nos montantes de R\$ 74.264 (Consolidado).

Adicionalmente, a Companhia reconheceu, no resultado uma perda (Nota 31 – linha “Resultado na desvalorização de ativos imobilizados, ágio e mais valia”), no montante de R\$ 137.511 (Consolidado) referente à provisão por redução do valor recuperável do ágio anteriormente registrado.

Em 31 de março de 2025, os saldos que compõem os ativos não circulantes mantidos para venda, nos montantes de R\$ 68.911 (Consolidado), foram apresentados na rubrica de “Outros créditos”

• **Investimentos em usinas de geração distribuída (“GD”) e projetos de geração centralizada (“UFV”)**

Em 31 de março de 2026, a Companhia classificou como ativos não circulantes mantidos para venda o portfólio residual de geração distribuída, composto por *Power Purchase Arrangements* (“PPAs”) e ativos solares, além do projeto de geração centralizada (UFV).

O valor de venda do acervo dos ativos da GD é de R\$ 27.583, comparado a um valor contábil de R\$ 645.191.

Com base nas condições de mercado e nas estimativas de valor recuperável, foram reconhecidas provisões para perdas de não realização de R\$ 617.809 nos ativos de GD e R\$ 268.315 ativos de UFV, conforme Nota 31 – “Provisão de perdas na mensuração de ativos mantidos para venda, líquida”, ajustando os respectivos valores contábeis ao valor líquido estimado de venda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)****13. Ativos de contratos com clientes****13.1 Política contábil**

Os ativos de contratos com clientes correspondem, principalmente, às bonificações concedidas a clientes da Raízen e estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento de combustíveis. À medida que as condições contratuais são atingidas, as bonificações são amortizadas e reconhecidas no resultado, na rubrica "Receita operacional líquida".

13.2 Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo no início do exercício	2.350.603	2.351.317	2.876.196	3.157.993
Desreconhecimento por perda de controle acionário	-	-	-	(345.219)
Adições	441.747	477.074	639.827	642.103
Amortização (Nota 29.3)	(546.478)	(477.785)	(665.495)	(612.227)
Incorporações	6.856	-	11.358	-
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	(47.735)	33.545
Saldo no final do exercício	<u>2.252.728</u>	<u>2.350.606</u>	<u>2.814.151</u>	<u>2.876.195</u>
Circulante	<u>(597.586)</u>	<u>(512.594)</u>	<u>(725.535)</u>	<u>(636.314)</u>
Não circulante	<u>1.655.142</u>	<u>1.838.012</u>	<u>2.088.616</u>	<u>2.239.881</u>

14. Investimentos**14.1 Política contábil**

Os investimentos nas entidades sobre as quais a Companhia exerce influência significativa ou controle compartilhado são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição da participação societária.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, coligada ou *joint venture*, a Companhia reconhecerá esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada, coligada ou *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada, coligada ou *joint venture* e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

As políticas contábeis das coligadas e em *joint ventures* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Os dividendos e JCP recebidos dos investimentos em controladas, no caso das demonstrações financeiras individuais, em coligadas e em *joint ventures* são classificados como fluxo de caixa das atividades de investimento.

Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia não possui controladas com participação de acionistas não controladores considerada material. Dessa forma, não são apresentadas informações financeiras resumidas por controlada, conforme previsto no IFRS 12/CPC 45 para controladas com participação de não controladores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

14.2 Composição

	País	Negócio	Percentual de participação	Investimentos		Controladora	
				Equivalência patrimonial			
				2026	2025	2026	2025
Valor contábil da participação							
Controladas							
Raizen Argentina e controladas (Nota 14.5)	Argentina	Comércio e refino de combustíveis	100,00%	-	5.215.378	(209.217)	1.081.625
Raizen Energia S.A.	Brasil	Produção de açúcar e renováveis	100,00%	-	15.122.095	-	(6.076.416)
Petróleo Sabbá S.A.	Brasil	Comércio de combustíveis	80,00%	1.412.993	1.632.439	(219.446)	106.398
Raizen Mime Combustíveis S.A.	Brasil	Comércio de combustíveis	76,00%	399.286	424.011	26.406	79.624
Blueway Trading Importação e Exportação S.A.	Brasil	Importação e exportação	100,00%	986.051	2.520.453	(191.580)	1.368.449
Centroeste Distribuição	Brasil	Comércio de combustíveis	89,00%	361.954	269.913	122.975	105.212
Sabor Raiz Alimentação S.A. (1)	Brasil	Alimentação	69,35%	-	205	(100)	(17)
Raizen Serviços e Participações	Brasil	Serviços e participações	100,00%	16.780	30.421	(13.642)	(9.579)
Rede Integrada Sul	Brasil	Lojas de conveniência	90,96%	36.801	-	1.786	-
Rede Integrada Centro, Norte e Nordeste	Brasil	Lojas de conveniência	95,77%	30.399	-	(4.676)	-
RZ Gestão de Conveniência e Serviços Ltda.	Brasil	Serviços e participações	100,00%	15.424	-	-	-
				3.259.688	25.214.915	(487.494)	(3.344.704)
Coligadas							
Navegantes Logística Portuária S.A.	Brasil	Exploração portuária	33,33%	21.341	5.689	(11.863)	(8.835)
Nordeste Logística I S.A.	Brasil	Exploração portuária	33,33%	3.231	6.287	(3.055)	(305)
Nordeste Logística II S.A.	Brasil	Exploração portuária	33,33%	18.008	18.893	(884)	1.663
Nordeste Logística III S.A.	Brasil	Exploração portuária	33,33%	18.186	18.290	(105)	600
Raizen Paraguay S.A. (Nota 14.5)	Paraguai	Comércio de combustíveis	34,96%	-	169.055	9.468	59.400
				60.766	218.214	(6.439)	52.523
				3.320.454	25.433.129	(493.933)	(3.292.181)
Mais valia de ativos, líquidos atribuídos às controladas e controlada em conjunto							
Raizen Argentina e controladas (Nota 14.5)	Argentina	Comércio e refino de combustíveis	-	-	267.614	(21.571)	(71.554)
Raizen Paraguay S.A. (Nota 14.5)	Paraguai	Comércio de combustíveis	-	-	36.911	(5.277)	(17.764)
Raizen Mime Combustíveis S.A.	Brasil	Comércio de combustíveis	-	612	624	(11)	(15)
Centroeste Distribuição	Brasil	Comércio de combustíveis	-	41.426	47.467	(4.138)	(9.543)
Payly	Brasil	Meios de pagamento	-	-	-	-	(763)
Grupo Nós (Nota 14.7)	Brasil	Lojas de conveniências e proximidade	-	-	449.553	(12.802)	(15.363)
				42.038	802.169	(43.799)	(115.002)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Ágio sobre investimentos								
Raízen Argentina e controladas (Nota 14.5)	Argentina	Comércio e refino de combustíveis	-	-	301.903	-	-	
Raízen Paraguay S.A. (Nota 14.5)	Paraguai	Comércio de combustíveis	-	-	309.541	-	-	
Payly	Brasil	Meios de pagamento	-	-	73.568	-	-	
					<u>685.012</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
Total dos investimentos					<u>3.362.492</u>	<u>26.920.310</u>	<u>(537.732)</u>	<u>(3.407.183)</u>
Provisão para patrimônio líquido negativo de investidas								
Raízen Energia S.A.	Brasil	Produção de açúcar e renováveis	100,00%	(5.964.591)	-	(21.895.444)	-	
Payly Holding Ltda.	Brasil	Meios de pagamento	100,00%	(41.100)	(23.971)	(17.129)	(26.001)	
Raízen Trading DMCC	Emirados Árabes Unidos	Trading	100,00%	(185.809)	(154.956)	(59.976)	(146.325)	
Grupo Nós (Nota 14.7)	Brasil	Lojas de conveniências e proximidade	50,00%	-	(4.138)	(195.915)	(189.515)	
				<u>(6.191.500)</u>	<u>(183.065)</u>	<u>(22.168.464)</u>	<u>(361.841)</u>	
						<u>(22.706.196)</u>	<u>(3.769.024)</u>	

(1) No exercício findo em 31 de março de 2026 a participação na Sabor Raíz foi dissolvida, conforme Nota (1.1).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026
(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	País	Negócio	Percentual de participação	Investimentos		Consolidado	
						Equivalência patrimonial	
				2026	2025	2026	2025
Valor contábil da participação							
Controladas em conjunto							
Posto Mime S.A.	Brasil	Comércio de combustíveis	50,00%	153.655	139.294	14.348	4.273
CGB Caruaru Energia Ltda. (1)	Brasil	Energia	50,00%	-	3.034	513	195
J.F Energia S.A. (1)	Brasil	Energia	-	-	4.006	343	1.092
Rio Power Participações S.A. (1)	Brasil	Energia	-	-	11.284	454	(806)
				153.655	157.618	15.658	4.754
Coligadas							
Termap S.A.	Argentina	Terminal marítimo	3,50%	357	376	-	-
Latitude Logística Portuária S.A.	Brasil	Exploração portuária	50,00%	3.243	2.276	927	(3.735)
Navegantes Logística Portuária S.A.	Brasil	Exploração portuária	33,33%	21.341	5.689	(11.863)	(8.835)
Nordeste Logística I S.A.	Brasil	Exploração portuária	33,33%	3.231	6.287	(3.055)	(305)
Nordeste Logística II S.A.	Brasil	Exploração portuária	33,33%	18.008	18.893	(884)	1.663
Nordeste Logística III S.A.	Brasil	Exploração portuária	33,33%	18.186	18.290	(105)	600
Raízen Paraguay S.A. (Nota 14.5)	Paraguai	Comércio de combustíveis	34,96%	167.377	169.055	54.358	26.572
Tupinambá	Brasil	Energia	-	-	-	-	(8.189)
Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	Brasil	Pesquisa e desenvolvimento	20,84%	274.951	239.609	44.903	37.210
Logum Logística S.A.	Brasil	Logística	30,00%	337.278	349.949	(32.329)	(37.802)
Uniduto Logística S.A.	Brasil	Logística	46,48%	52.291	54.309	(5.039)	(5.900)
Gera Soluções e Tecnologia S.A. (1)	Brasil	Energia	-	-	19.012	(10.933)	482
Raízen Gera Desenvolvedora S.A. e suas controladas (1)	Brasil	Energia	-	-	-	(3.723)	-
				896.263	883.745	32.257	1.761
				1.049.918	1.041.363	47.915	6.515
Mais valia de ativos, líquidos atribuídos às controladas em conjunto e coligadas							
Grupo Nós	Brasil	Lojas de conveniências e proximidade	-	-	449.553	(12.802)	(15.363)
Raízen Paraguay S.A. (Nota 14.5)	Paraguai	Comércio de combustíveis	-	24.361	36.911	(19.344)	(5.543)
Posto Mime S.A.	Brasil	Comércio de combustíveis	-	6.215	-	(1.057)	-
CGB Caruaru Energia Ltda.	Brasil	Energia	-	-	5.455	(83)	(197)
Gera Soluções e Tecnologia S.A.	Brasil	Energia	-	-	2.892	(70)	(77)
J.F Energia S.A.	Brasil	Energia	-	-	5.373	(82)	(194)
Rio Power Participações S.A.	Brasil	Energia	-	-	13.085	(188)	(453)
				30.576	513.269	(33.626)	(21.827)
Ágio sobre investimento							
Uniduto Logística S.A.	Brasil	Logística	-	5.676	5.676	-	-
Raízen Paraguay S.A. (Nota 14.5)	Paraguai	Comércio de combustíveis	-	305.226	309.541	-	-

RAÍZEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Posto Mime S.A.	Brasil	Comércio de combustíveis	-	107.057	111.859	-	-
Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	Brasil	Pesquisa e desenvolvimento	-	51.946	51.946	-	-
				469.905	479.022	-	-
Total dos investimentos				1.550.399	2.033.654	14.289	(15.312)
Provisão para patrimônio líquido negativo de investidas							
Grupo Nós (Nota 14.7)	Brasil	Lojas de conveniências e proximidade	50,00%	-	(4.138)	(195.915)	(189.515)
						(181.626)	(204.827)

- (1) Refere-se as participações societárias relacionadas aos ativos de geração distribuída, que foram vendidos no processo de reciclagem de portfólio dos negócios (Notas 1.2 e 12.3.c)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

14.3 Movimentação

Movimentação dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo no início do exercício	26.920.310	28.763.488	2.033.654	1.317.517
Adições	27.514	1.690.000	50.423	379.594
Ágio gerado (baixado) em combinação de negócios (1)	(73.569)	(20.378)	-	111.859
Combinação de negócios	(3.310)	53.766	-	521.628
Baixa por redução de participação societária (4)	(105)	(57.622)	(58.725)	-
Reversão (constituição) de provisão de redução ao valor recuperável (Nota 31)	-	-	22.155	(54.274)
Ativos contribuídos através de cisão parcial (Nota 14.5)	(5.914.226)	-	-	-
Efeito de encerramento de parceria societária (Nota 14.7)	(351.064)	-	(436.751)	-
Baixa por reorganização societária (3)	-	-	(71.766)	-
Transferências (2)	-	-	(4.709)	-
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 14.2)	(22.706.196)	(3.769.024)	(181.626)	(204.827)
Equivalência patrimonial reflexa do patrimônio líquido das investidas (Nota 14.3)	879.482	(305.920)	-	-
Dividendos	(1.478.752)	(350.162)	(61.364)	(7.602)
Provisão para patrimônio líquido negativo de investidas	6.008.435	183.065	(4.138)	4.138
Efeito de conversão de moeda estrangeira	(97.651)	704.710	156.293	465.351
Outros	151.624	28.387	106.953	(499.730)
Saldo no final do exercício	3.362.492	26.920.310	1.550.399	2.033.654

- (1) No exercício findo em 31 de março de 2026, refere-se a baixa de ágio sobre o investimento na Payly.
- (2) Refere-se a valores transferidos para a rubrica "Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda" (Nota 12).
- (3) Refere-se a investimentos baixados devido a reestruturação societária referente a venda dos ativos de Geração Distribuída (Nota 1.2.a)
- (4) Refere-se, substancialmente, a redução de participação acionária pela RESA na Raízen Paraguay S.A., passando de 42,48% para 34,96%. Como parte desta transação, a RESA reduziu o valor do investimento em R\$ 58.725 e registrou ganho no resultado do exercício corrente de R\$ 46.199 (R\$ 47.302 em 31 de março de 2025), reconhecido na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

Movimentação da provisão para patrimônio líquido negativo de investidas

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo no início do exercício	(183.065)	-	(4.138)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(22.168.464)	(361.841)	(195.915)	(189.515)
Transferência para investimento	16.160.029	178.776	200.053	185.377
Saldo no final do exercício	(6.191.500)	(183.065)	-	(4.138)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)****14.4 Redução de participação na Raízen Paraguai**

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a Raízen repactuou com os demais acionistas da Raízen Paraguai a opção de reduzir gradualmente a sua participação nesta sociedade. Desta forma, em 27 de novembro de 2024, a Companhia deixou de desembolsar US\$ 18.000 mil, equivalentes a R\$ 104.924, referente a 3ª parcela da contraprestação a pagar pela aquisição realizada em 1º de novembro de 2021. Como parte da transação, a Companhia reduziu sua participação de 50,00% para 42,48%, reduzindo o valor do investimento em R\$ 57.622. Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, como continuação do processo de redução gradual da participação, a RESA reduziu sua participação acionária na Raízen Paraguai em R\$ 58.725, passando de 42,48% para 34,96%.

Como resultado desta operação, a RESA registrou ganho no resultado do exercício findo em 31 de março de 2026 no montante de R\$ 46.199 (R\$ 47.302 em 2025, registrados na Controladora) reconhecido na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 31).

A partir de 1º de dezembro de 2024, a Raízen deixou de deter o controle e passou a aplicar o método de equivalência patrimonial sobre esse investimento, com consequente desreconhecimento de ativos e passivos da ex-controlada nas demonstrações financeiras consolidada, no montante de R\$ 790.256.

14.5 Cisão parcial da Companhia

Em 31 de julho de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a cisão parcial da Companhia, com a consequente transferência de determinados bens, direitos e obrigações que compuseram o acervo patrimonial transferido à RESA, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2025, sem efeitos no consolidado.

A operação teve por objetivo a reorganização societária das operações da Raízen e não resultou em alteração do capital social ou emissão de novas ações, tanto para a Companhia quanto para a controlada direta RESA. O acervo líquido cindido foi neutro.

Em decorrência desta cisão, a participação societária das empresas Raízen Argentina S.A. e suas controladas e da Raízen Paraguay S.A. foram transferidas para a RESA, com consequente baixa do investimento na Companhia, no montante de R\$ 5.914.226, detalhados a seguir:

Rubricas	Acervo cindido
Tributos a recuperar (Nota 10.2)	1.146.068
Investimento (Nota 14.3)	5.914.226
Imobilizado (Nota 15.3)	315.147
Partes relacionadas, líquidas	(7.332.171)
Outros, líquidos	(43.270)
Acervo líquido cindido neutro	-

14.6 Efeitos reflexos de investidas

Refere-se, substancialmente, a resultados de instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*, líquido de tributos diferidos, efeitos de conversão de moeda estrangeira e de reavaliação atuarial reconhecidos no resultado abrangente e efeitos de transações de

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

capital das controladas da Raízen com participação de acionistas não controladores, quando ocorridas.

14.7 Informações selecionadas do Grupo Nós

O quadro a seguir resume as informações financeiras do Grupo Nós com base em suas demonstrações financeiras, ajustadas pelo registro de ajustes a valor justo na data de formação da *joint venture* e pelas diferenças de políticas contábeis, quando aplicável. O quadro também concilia a informação financeira resumida ao valor contábil da participação da Raízen na *joint venture*.

Em 1º de fevereiro de 2026, a Companhia concluiu a operação de encerramento da *joint venture* Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A. ("Grupo Nós"), sociedade constituída em 2019 pela Raízen S.A. ("Raízen") e pela Femsa Comercio S.A. de C.V. ("FEMSA"). Com a conclusão da operação, a Raízen passou a deter 1.256 lojas de conveniência sob as marcas Shell Select e Shell Café, reforçando a estratégia de desenvolvimento do modelo prioritário de franquias integrado à sua rede de postos Shell.

Como efeitos preliminares da transação, a Companhia reconheceu na rubrica Investimento, na controladora e consolidado, os montantes negativos de R\$ 351.406 e R\$ 436.751, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia reconheceu na rubrica Intangível, na controladora e consolidado, o montante de R\$ 975.920. Os efeitos no resultado do exercício findo em 31 de março de 2026, como frutos da transação, foram reconhecidos como ganho no resultado do exercício, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", no montante de R\$ 836.864 (Nota 31).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	2026	2025
Ativo circulante	-	690.308
Ativo não circulante	-	1.122.576
Total do ativo	-	1.812.884
Passivo circulante	-	(586.486)
Passivo não circulante	-	(1.231.144)
Total do passivo	-	(1.817.630)
Patrimônio líquido consolidado	-	(4.746)
Atribuído aos acionistas não controladores	-	(3.529)
Atribuído aos acionistas controladores em conjunto	-	(8.275)
Participação da Raízen	-	50,00 %
Participação no patrimônio líquido	-	(4.138)
Mais valias e reavaliação a valor justo	-	532.762
Amortização acumulada de mais valias	-	(83.209)
Mais valias e reavaliação, líquidas	-	449.553
Valor contábil da participação	-	445.415
	Abril/2025 a Janeiro/2026	2025
Receita operacional líquida	1.730.810	1.632.998
Prejuízo do exercício consolidado	(390.315)	(376.156)
Atribuído aos acionistas não controladores	(1.515)	(2.873)
Atribuído aos acionistas controladores em conjunto	(391.830)	(379.029)
Participação da Raízen	50,00%	50,00%
Resultado da equivalência patrimonial	(195.915)	(189.515)

14.8 Informações selecionadas de coligadas e outras controladas em conjunto

O quadro a seguir descreve as informações financeiras das principais coligadas e outras controladas em conjunto da Companhia:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026
(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	2026				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita operacional líquida	Lucro líquido / (prejuízo)
Raízen Paraguay S.A. (1)	1.273.821	(794.987)	(478.834)	3.581.871	146.273
Posto Mime S.A. (1)	602.329	(295.042)	(307.287)	1.563.007	27.664
Latitude Logística Portuária S.A. (1)	166.139	(159.639)	(6.500)	17.004	(4.353)
Navegantes Logística Portuária S.A. (1)	504.807	(505.891)	1.084	332	(32.466)
Nordeste Logística I S.A. (1)	70.270	(60.575)	(9.695)	18.164	1.858
Nordeste Logística II S.A. (1)	61.815	(7.786)	(54.029)	8.709	(540)
Nordeste Logística III S.A. (1)	68.242	(13.679)	(54.563)	11.774	2.641
Centro de Tecnologia Canaveira S.A.	1.695.904	(376.710)	(1.319.194)	428.732	203.872
Logum Logística S.A. (1)	3.670.552	(2.553.292)	(1.117.260)	406.638	(104.426)
Uniduto Logística S.A. (1)	111.899	(1)	(111.898)	-	(10.841)
Iogen Energy Corporation (2)	1.538	(370.247)	368.709	-	2.109
Outros	-	-	-	854	(339)

	2025				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita operacional líquida	Lucro líquido / (prejuízo)
Raízen Paraguay S.A. (1)	1.342.766	(944.803)	(397.963)	3.258.553	82.726
Posto Mime S.A. (1)	494.411	(215.823)	(278.588)	643.683	8.546
Latitude Logística Portuária S.A. (1)	157.353	(152.802)	(4.551)	566	(7.470)
Navegantes Logística Portuária S.A. (1)	189.424	(172.356)	(17.068)	68	(26.508)
Nordeste Logística I S.A. (1)	74.168	(55.305)	(18.863)	114	(915)
Nordeste Logística II S.A. (1)	66.273	(9.588)	(56.685)	650	4.989
Nordeste Logística III S.A. (1)	71.945	(17.071)	(54.874)	900	1.800
Centro de Tecnologia Canaveira S.A.	1.457.939	(308.184)	(1.149.755)	407.803	178.551
Logum Logística S.A. (1)	3.654.419	(2.487.922)	(1.166.497)	452.830	(126.007)
Uniduto Logística S.A. (1)	116.862	(18)	(116.844)	-	(12.694)
Iogen Energy Corporation (2)	1.357	(369.390)	368.033	-	78
CGB Caruaru Energia Ltda. (1) (3)	12.914	(6.846)	(6.068)	-	390
J.F Energia S.A. (1)	9.430	(1.418)	(8.012)	2.320	2.184
Rio Power Participações S.A. (1) (3)	33.641	(14.149)	(19.492)	49.960	(1.392)
Gera Soluções e Tecnologia S.A. (1) (3)	69.185	(5.812)	(63.373)	-	1.607

- (1) O exercício social destas investidas encerra-se em 31 de dezembro de cada ano.
- (2) Sociedade de controle compartilhado, na qual a Companhia participa em 50% das ações ordinárias, cujo exercício social encerra-se em 31 de agosto de cada ano. A RESA não constituiu provisão para patrimônio líquido negativo, uma vez que esta não possui responsabilidade sobre obrigações legais ou construtivas (não formalizada) de realizar pagamentos por conta dessa sociedade.
- (3) Refere-se as participações societárias relacionadas aos ativos de geração distribuída, que foram vendidos no processo de reciclagem de portfólio dos negócios (Nota 12).

15. Imobilizado**15.1 Política contábil**

Itens do imobilizado, incluindo o plantio de cana-de-açúcar, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e impostos não recuperáveis. Os custos dos empréstimos relativos a recursos captados para obras em andamento são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Os gastos esperados com remoção de tanques de armazenagem de combustíveis são estimados e registrados como parte do custo do imobilizado, em contrapartida à provisão que suportará tais gastos, no passivo circulante e não circulante, a depender do prazo da obrigação, na rubrica "Outras obrigações".

A controlada RESA realiza as principais atividades de manutenção programadas em seus parques de bioenergia em bases anuais, no período de entressafra. Isso ocorre, geralmente, entre os meses de janeiro a março, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Os principais custos de manutenção anual incluem custos de mão-de-obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Esses custos estão classificados como peças e componentes de substituição frequente, no ativo imobilizado, sendo depreciados integralmente na safra seguinte.

O custo do item de um equipamento que deve ser substituído anualmente é contabilizado como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Os custos da manutenção periódica são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva ou introduzem aprimoramentos aos equipamentos.

Demais reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo de qualquer renovação que aumente a vida útil deve ser ativado e incluído no valor contábil do ativo se for provável que os benefícios econômicos futuros após a renovação ultrapassem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente e estes benefícios fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados.

Em 31 de março de 2026 e 2025, a depreciação foi calculada com base no desgaste da vida útil estimada de cada ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Classes	2026	2025
Edifícios e benfeitorias	4%	3%
Máquinas, equipamentos e instalações	6%	5%
Veículos	9%	8%
Plantio de cana	20%	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	17%	18%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados por membros técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o valor contábil e são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

Gastos entressafra estão apresentadas na Demonstração dos fluxos de caixa no fluxo de caixa de investimento, alinhado com a forma como a administração gere o negócio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

15.2 Movimentação – Controladora

	2026						
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Obras em andamento	Total
Em 31 de março de 2025	354.413	420.778	507.261	136.890	8.372	335.948	1.763.662
Custo ou avaliação acumulados	354.413	532.367	1.374.548	247.040	51.040	335.948	2.895.356
Depreciação acumulada	-	(111.589)	(867.287)	(110.150)	(42.668)	-	(1.131.694)
Adições	659	-	460	-	-	128.463	129.582
Combinação de negócios	-	550	729	-	247	-	1.526
Ativos contribuídos através de cisão parcial (Nota 14.5)	(31.529)	(88.633)	(192.311)	-	(2.674)	-	(315.147)
Baixas	(9.025)	(332)	(159)	-	-	-	(9.516)
Transferências (1)	(143.449)	(17.972)	311.647	(1.101)	8.009	(152.302)	4.832
Depreciação	-	(23.378)	(68.912)	(15.000)	(4.509)	-	(111.799)
Em 31 de março de 2026	171.069	291.013	558.715	120.789	9.445	312.109	1.463.140
Custo ou avaliação acumulados	171.069	337.606	1.240.586	245.701	47.219	312.109	2.354.290
Depreciação acumulada	-	(46.593)	(681.871)	(124.912)	(37.774)	-	(891.150)
							2025
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Obras em andamento	Total
Em 31 de março de 2024	356.810	387.447	466.142	62.573	11.943	418.314	1.703.229
Custo ou avaliação acumulados	356.810	482.900	1.283.890	159.216	50.223	418.314	2.751.353
Depreciação acumulada	-	(95.453)	(817.748)	(96.643)	(38.280)	-	(1.048.124)
Adições	-	-	134	-	-	207.148	207.282
Baixas	(4.328)	(187)	(1.641)	(15)	(62)	-	(6.233)
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável, líquida (Nota 31)	-	-	(13.663)	-	-	-	(13.663)
Transferências (1)	1.931	51.910	129.549	89.299	3.376	(289.514)	(13.449)
Depreciação	-	(18.392)	(73.260)	(14.967)	(6.885)	-	(113.504)
Em 31 de março de 2025	354.413	420.778	507.261	136.890	8.372	335.948	1.763.662
Custo ou avaliação acumulados	354.413	532.367	1.374.548	247.040	51.040	335.948	2.895.356
Depreciação acumulada	-	(111.589)	(867.287)	(110.150)	(42.668)	-	(1.131.694)

(1) Referem-se, substancialmente, as transferências de obras em andamento para as classes de ativos correspondentes após serem capitalizados, incluindo transferências de custo de software, para a rubrica "Intangível".

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026
(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

15.3 Movimentação – Consolidado

	2026									
	Terrenos e propriedades rurais	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, embarcações e aeronaves	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Obras em andamento	Plantio de cana	Peças e componentes de substituição frequente	Outros	Total
Em 31 de março de 2025	1.454.227	4.253.385	14.942.174	396.093	373.236	11.476.758	4.461.023	1.499.146	275.577	39.131.619
Custo ou avaliação acumulados	1.454.227	5.704.140	25.584.240	755.435	726.571	11.476.758	12.605.702	2.440.747	344.138	61.091.958
Depreciação acumulada	-	(1.450.755)	(10.642.066)	(359.342)	(353.335)	-	(8.144.679)	(941.601)	(68.561)	(21.960.339)
Combinação de negócios	-	8.264	110.250	-	1.397	523	-	-	-	120.434
Restruturação societária	-	9.308	(5.783)	-	3.108	523	-	-	-	7.156
Adições	659	168.962	103.783	-	16.722	3.517.936	1.127.336	1.525.014	-	6.460.412
Baixas	(47.578)	(328.118)	(90.350)	(8.589)	(841)	(212.944)	(46.277)	(71.695)	(1.823)	(808.215)
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável, líquida (2)	(2.372)	(1.074.507)	(3.707.881)	244	285	(451.266)	(169.774)	-	(4.321)	(5.409.592)
Transferências (1)	(189.645)	421.764	4.210.049	(43.692)	10.022	(8.203.401)	(837.657)	(94.988)	(8.013)	(4.735.561)
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	(67.225)	(47.300)	(362.704)	(1.554)	(15.333)	(165.804)	-	-	(28.154)	(688.074)
Depreciação	-	(232.546)	(1.568.472)	(54.851)	(69.932)	-	(1.086.825)	(1.568.306)	(5.105)	(4.586.037)
Em 31 de março de 2026	1.148.066	3.179.212	13.631.066	287.651	318.664	5.962.325	3.447.826	1.289.171	228.161	29.492.142
Custo ou avaliação acumulados	1.148.066	4.542.564	23.250.196	601.572	698.152	5.962.325	8.359.016	1.652.317	281.659	46.495.867
Depreciação acumulada	-	(1.363.352)	(9.619.130)	(313.921)	(379.488)	-	(4.911.190)	(363.146)	(53.498)	(17.003.725)
	2025									
	Terrenos e propriedades rurais	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, embarcações e aeronaves	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Obras em andamento	Plantio de cana (3)	Peças e componentes de substituição frequente	Outros	Total
Em 31 de março de 2024	1.365.457	3.428.415	11.437.494	288.290	171.381	10.475.198	4.081.608	1.393.764	219.045	32.860.652
Custo ou avaliação acumulados	1.365.457	4.609.869	20.412.943	684.623	467.756	10.475.198	11.453.053	2.335.365	275.046	52.079.310
Depreciação acumulada	-	(1.181.454)	(8.975.449)	(396.333)	(296.375)	-	(7.371.445)	(941.601)	(56.001)	(19.218.658)
Combinação de negócios	-	8.217	75.582	33	147.491	-	-	-	18.053	249.376
Adição por aquisição de controle em investida	-	-	188	-	108	554.512	-	-	-	554.808
Desreconhecimento por perda de controle acionário	(7.818)	(7.061)	-	(2.002)	(81)	(951)	-	-	-	(17.913)
Adições	-	63.653	315.628	-	10.841	6.177.414	1.365.683	1.604.816	1.198	9.539.233
Baixas	(4.328)	(34.816)	(70.384)	(11.233)	(564)	(43.691)	(167.433)	-	(1)	(332.450)
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável, líquida	-	(117.633)	(208.010)	-	123	-	-	-	(1.681)	(327.201)
Transferências (1)	2.191	1.036.284	4.499.692	178.624	106.618	(6.101.739)	(45.601)	-	8.392	(315.539)
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	98.725	77.401	236.264	2.117	14.046	416.015	-	-	40.843	885.411
Depreciação	-	(201.075)	(1.344.280)	(59.736)	(76.727)	-	(773.234)	(1.499.434)	(10.272)	(3.964.758)
Em 31 de março de 2025	1.454.227	4.253.385	14.942.174	396.093	373.236	11.476.758	4.461.023	1.499.146	275.577	39.131.619
Custo ou avaliação acumulados	1.454.227	5.704.140	25.584.240	755.435	726.571	11.476.758	12.605.702	2.440.747	344.138	61.091.958
Depreciação acumulada	-	(1.450.755)	(10.642.066)	(359.342)	(353.335)	-	(8.144.679)	(941.601)	(68.561)	(21.960.339)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (1) Referem-se, substancialmente, as transferências: (i) de obras em andamento para as classes de ativos correspondentes após serem capitalizados, incluindo transferências de custo de software, rubrica "Intangível", no montante de R\$ 146.699 (R\$ 158.125 em 2025), (ii) para a rubrica "Outros créditos", no montante de R\$ 7.004 (R\$ 157.414 em 2025), (iii) para a rubrica "Ativos não circulante mantidos para a venda" (Nota 12.3), no montante de R\$ 4.294.824 e (iv) para a rubrica de "Impostos a recuperar" (Nota 10.1), no montante de R\$ 277.490.
- (2) Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, refere-se a: (i) provisão por redução ao valor recuperável, no montante de R\$ 586.744, relacionada aos ativos da Usina Santa Elisa, em linha com a transação mencionada nas Notas 12.3.a e 31, registrada na rubrica "Resultado na desvalorização de ativos imobilizados, ágio e mais valia"); (ii) provisão de perdas relacionada à descontinuidade de determinadas obras em andamento, no montante de R\$ 312.191; (iii) provisão para perda de ativos relacionados à geração distribuída de energia e outros ativos, no montante de R\$ 239.982, registrada na rubrica "Constituição de perda estimada em imobilizado e intangível, líquida" (Nota 31); e (iv) provisão por redução ao valor recuperável, líquida de reversões, no montante R\$ 4.270.675, decorrente dos testes de recuperabilidade realizados para os ativos de EAB, considerando o cenário de incerteza relevante relacionada a continuidade operacional da Companhia (Nota 1.1), registrada na rubrica "Constituição de perda estimada em imobilizado e intangível, líquida" (Nota 31). Tais provisões poderão ser parcialmente e/ou totalmente revertidas à medida que a referida incerteza não estiver mais presente.
- (3) Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a RESA e suas controladas revisaram as estimativas de vida útil do plantio de cana-de-açúcar de 5 para 6 anos, para refletir o aumento dos benefícios econômicos futuros associados aos investimentos em renovação dos canaviais.

15.4 Análise de perda ao valor recuperável para unidade geradora de caixa ("UGC")

A Companhia realiza, pelo menos anualmente, uma revisão dos indicadores de impairment para ativos intangíveis com vida útil definida e para ativo imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil indefinida (Ágios). A redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Para a determinação do valor, a Administração adota o método do valor em uso, baseado na projeção dos fluxos de caixa futuros descontados das UGCs. Essas projeções são elaboradas com base nos orçamentos e nas premissas definidas pela Administração, considerando informações disponíveis no mercado, bem como o desempenho histórico das UGCs.

Os fluxos de caixa descontados da Companhia e de suas controladas abrangem as seguintes UGCs: Distribuição de combustíveis Brasil, Distribuição de combustíveis Argentina e Etanol, Açúcar e Bioenergia ("EAB").

Os fluxos de caixa descontados foram projetados para um exercício de cinco anos, acrescido do valor residual por meio da perpetuidade, refletindo um horizonte considerado razoável para a recuperação dos ativos relacionados às atividades do setor em que a Companhia opera. Não foi considerada taxa de crescimento real, tanto no período projetado quanto na perpetuidade, em linha com o desempenho histórico e com as expectativas de evolução do mercado.

A taxa de desconto em termos reais aplicada aos fluxos de caixa foi de 9,61% após impostos (8,75% em 2025), que corresponde a 22,98% antes dos impostos.

As principais premissas utilizadas na UGC de Combustíveis Brasil e Argentina foram: (i) preços baseados na expectativa de mercado de atuação, (ii) taxas de crescimento estimadas para o ramo de negócio, (iii) extrapolações de taxas de crescimento baseadas no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e Argentina, e (iv) taxa de desconto (baseada no WACC). Todo fluxo de caixa futuro foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada região.

As principais premissas utilizadas pela Companhia na UGC de EAB foram: (i) expectativas de preços das commodities em horizonte de longo prazo; e, (ii) taxa de desconto (baseada no WACC). Os fluxos de caixa foram descontados por meio de taxas que refletem os riscos específicos associados aos ativos relevantes de cada UGC.

Como resultado do teste de recuperabilidade, em 31 de março de 2026, a Companhia, por meio de sua controlada direta RESA, reconheceu provisão por redução ao valor recuperável, no montante consolidado de R\$ 4.270.675, uma vez que o valor contábil do ativo imobilizado da UGC de EAB excedeu seu valor recuperável pelo uso. Tal provisão poderá ser parcialmente e/ou totalmente revertida à medida que a referida incerteza não estiver mais presente.

A Administração realizou uma análise de sensibilidade das principais premissas utilizadas na determinação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa. Como resultado, a Companhia concluiu que aumentos ou reduções de 5% na taxa de desconto gerariam um impacto positivo ou negativo de aproximadamente R\$ 2.220.000, enquanto aumentos ou reduções de 5% nos preços das commodities (correspondente a 1 ct\$/lb para o açúcar e 100 R\$/m³ para o etanol) gerariam impactos de aproximadamente R\$ 4.950.000.

A determinação da recuperabilidade dos ativos depende de premissas-chave, conforme descrito anteriormente, as quais são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

e econômicas vigentes à época da realização do teste. Dessa forma, não é possível prever se futuras perdas por desvalorização ou reversões de provisões ocorrerão e, caso ocorram, qual será a sua materialidade.

15.5 Obras em andamento

Os saldos consolidados das obras em andamento referem-se, principalmente, a: (i) construção de plantas E2G; (ii) investimentos recorrentes de obra civil e troca de frotas; e, (iii) projetos de implementação e ampliação para irrigação.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, foram concluídos diversos projetos, que totalizaram R\$ 5.796.063 (R\$ 6.101.739 em 2025), com destaque para os projetos: (i) construção de plantas E2G; e, (ii) investimentos recorrentes em obra civil e troca de frotas.

15.6 Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de março de 2026, os custos de empréstimos consolidados capitalizados na Raízen totalizaram R\$ 269.882 (R\$ 362.348 em 2025). Em 31 de março de 2026, as taxas médias ponderadas anuais dos encargos financeiros de determinadas dívidas foram de 7,40% (12% em 2025).

15.7 Imobilizados em garantia

Em 31 de março de 2026, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por edificações, benfeitorias, instalações e maquinários, no montante de R\$ 235.888 (R\$ 344.452 em 2025) no Consolidado.

16. Intangível**16.1 Política contábil****(a) Combinação de negócios, ágio e ganho por compra vantajosa**

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos assumidos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos (incluindo contingentes) assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

A Companhia reconhece a participação em que não é controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo quanto pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A forma de mensuração da participação da não controladora é determinada para cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*).

Quando aplicável, nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controlada na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos acionistas não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício a título de compra vantajosa, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da empresa adquirida. O ágio de aquisições de controladas é divulgado nas rubricas "Investimento" e "Intangível" nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente.

O ágio é mantido ao seu valor de custo, deduzido de eventuais perdas do valor recuperável, quando aplicável, cujo teste de *impairment* contábil é efetuado, no mínimo, anualmente. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pela combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Conforme mencionado na nota 1.1, no exercício findo em 31 de março de 2026, diante do cenário de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional, a Companhia procedeu à baixa de parte do saldo de *goodwill* existente em 31 de março de 2026, no montante de R\$ 1.493.420, exceto, substancialmente, pelo *goodwill* relacionado à Raízen Argentina, que permaneceu registrado no ativo, devida a expectativa de realização.

Consequentemente, não foi aplicável a realização do teste de recuperabilidade tradicional do ágio por Unidade Geradora de Caixa (UGC), conforme previsto no IAS 36/CPC 01, sendo o reconhecimento da perda efetuado com base na melhor estimativa da Administração quanto à não recuperabilidade do valor registrado.

A perda reconhecida foi registrada na demonstração do resultado do exercício na rubrica Outras Receitas (despesas), líquidas ("Resultado na desvalorização de ativos, ágio e mais-valia"), impactando integralmente o resultado do exercício e não podendo ser revertida em períodos futuro se as condições alterarem.

(b) Intangíveis com vidas úteis definidas

Estes intangíveis são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de março de 2026 e 2025, as taxas médias ponderadas anuais de amortização são as seguintes:

Classes	2026	2025
Licença de software (1)	20%	20%
Marcas (2)	8%	8%
Relações contratuais com clientes (3)	3%	4%
Autorização de operações (4)	3%	3%
Contratos de fornecimento de cana (5)	9%	9%
Tecnologia (6)	-	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

(1) Licença de software

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pela Raízen. Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares*, controlados pela Raízen e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

(2) Marcas

Em maio de 2021 e 2022, a Companhia e a controlada indireta Neolubes (incorporada pela sua controladora Blueway durante o exercício findo em 31 de março de 2026) celebraram, respectivamente, contratos de licenciamento de uso da marca "Shell" com a Shell Brands International AG ("Shell Brands"). Com base nestes contratos, a Companhia mantém o direito de uso da referida marca, no setor de distribuição de combustíveis, lubrificantes e demais atividades relacionadas no Brasil, pelo prazo mínimo de 13 (treze) anos, podendo ser renovado em determinadas hipóteses, mediante ao cumprimento de determinadas condições estabelecidas nos contratos.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Raízen celebrou contrato de exclusividade de licença de uso da marca "Senna", pelo prazo mínimo de 10 anos.

As marcas são amortizadas linearmente pela vigência dos contratos da marca Shell e pela vida útil definida de 6 (seis) anos atribuída à marca "Barcos & Rodados" decorrente da aquisição da Raízen Paraguai pela Companhia, em 1º de novembro de 2021.

(3) Relações contratuais com clientes

Corresponde ao ativo intangível com vida útil definida adquirido na combinação de negócios da Raízen Argentina, Neolubes e da Centroeste Distribuição e foram reconhecidos pelo valor justo na data das aquisições. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação contratual com o cliente.

(4) Autorização de operações

Corresponde ao direito de utilização do licenciamento para geração e distribuição de energia no mercado brasileiro, através de 15 plantas geradoras, adquirido pela controlada indireta Bioenergia Barra na combinação de negócios da aquisição e formação do Grupo Gera. Referido intangível, reconhecido pelo valor justo na data de aquisição, têm vida útil definida e é contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada das operações que é válida até 2052.

(5) Contratos de parceria agrícola e de fornecimento de cana-de-açúcar

Tais classes do intangível, foram adquiridas em combinação de negócios e foram reconhecidas pelo valor justo nas datas de aquisição. Estes ativos têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação contratual com o fornecedor e com o cliente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

(6) Tecnologia

Refere-se a tecnologias desenvolvidas pela Iogen Corp. para produção de E2G, representadas por direitos contratuais incluindo, dentre outros, exclusividade à controlada RESA para comercialização desses direitos nos territórios em que atua.

16.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização, além do valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A Companhia tem obrigações estimadas, reconhecidas a valor presente, relacionadas aos gastos esperados com a remoção de tanques de armazenagem de combustíveis, registrados como parte do custo do imobilizado. Os cálculos das referidas estimativas envolvem julgamentos significativos, que consideram, principalmente, taxas de desconto e histórico de gastos com serviços prestados dessa natureza.

A Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade do ágio e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos imobilizado e intangível de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que foi atribuído o ágio inclui também o uso de estimativas e requer um grau significativo de julgamento da Administração.

16.3 Movimentação – Controladora

	2026				
	Ágio	Licença de software	Marcas	CBIO (2)	Total
Em 31 de março de 2025	439.585	468.852	1.697.359	-	2.605.796
Custo ou avaliação acumulados	439.585	957.055	2.927.136	-	4.323.776
Amortização acumulada	-	(488.203)	(1.229.777)	-	(1.717.980)
Adições	-	78.147	-	170.016	248.163
Baixas	-	(2.012)	-	(208)	(2.220)
Transferências (1)	-	(4.833)	-	148.091	143.258
Efeitos de encerramento de parceria societária	975.920	2.950	-	-	978.870
Aposentadoria de CBIOs	-	-	-	(314.971)	(314.971)
Amortização	-	(116.183)	(185.167)	-	(301.350)
Em 31 de março de 2026	1.415.505	426.921	1.512.192	2.928	3.357.546
Custo ou avaliação acumulados	1.415.505	1.032.585	2.927.136	2.928	5.378.154
Amortização acumulada	-	(605.664)	(1.414.944)	-	(2.020.608)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	2025			
	Ágio	Licença de software	Marcas	Total
Em 31 de março de 2024	439.585	434.038	1.818.653	2.692.276
Custo ou avaliação acumulados	439.585	831.520	2.863.788	4.134.893
Amortização acumulada	-	(397.482)	(1.045.135)	(1.442.617)
Adições	-	112.159	63.349	175.508
Baixas	-	(283)	-	(283)
Transferências (1)	-	13.449	-	13.449
Amortização	-	(90.511)	(184.643)	(275.154)
Em 31 de março de 2025	439.585	468.852	1.697.359	2.605.796
Custo ou avaliação acumulados	439.585	957.055	2.927.136	4.323.776
Amortização acumulada	-	(488.203)	(1.229.777)	(1.717.980)

- (1) Referem-se a valores transferidos da rubrica "Imobilizado" no montante de R\$ 4.833, e transferências dos créditos de descarbonização da rubrica "Outros créditos", no montante de R\$ 148.091.
- (2) Em 31 de março de 2026, a Companhia possuía 96 mil CBIOs adquiridos para cumprimento da meta estabelecida pela ANP, pelo valor total de R\$ 2.928.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

16.4 Movimentação – Consolidado

	2026									
	Ágio	Licença de software	Marcas	Relações contratuais com clientes	Autorização de operações	Contratos de fornecimento de cana	Tecnologia	CBIO (1)	Outros	Total
Em 31 de março de 2025	3.092.920	891.594	1.733.805	326.462	111.768	32.481	1.548	-	-	6.190.578
Custo ou avaliação acumulados	3.519.595	1.993.289	2.975.273	557.357	124.711	181.516	185.136	-	21.796	9.558.673
Amortização acumulada	(426.675)	(1.101.695)	(1.241.468)	(230.895)	(12.943)	(149.035)	(183.588)	-	(21.796)	(3.368.095)
Combinação de negócios	(13.595)	(1.278)	-	(5.636)	-	-	-	-	-	(20.509)
Reorganização societária	(47.220)	1.279	-	-	-	-	-	-	-	(45.941)
Efeitos de encerramento de parceria societária	975.920	2.950	-	-	-	-	-	-	-	978.870
Adições	-	127.990	-	-	-	-	-	219.419	-	347.409
Baixas (4)	(762.459)	(83.655)	-	(42.799)	(109.938)	-	-	-	-	(998.851)
Aposentadoria de CBIOs (2)	-	-	-	-	-	-	-	(365.397)	-	(365.397)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável (3)	(1.493.420)	(2.165)	-	-	-	-	-	-	-	(1.495.585)
Transferências (1)	-	150.527	-	(3.828)	-	-	-	149.223	-	295.922
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	(24.511)	(8.879)	-	(11.964)	-	(7.116)	-	-	-	(52.470)
Amortização	-	(238.187)	(188.849)	(31.749)	(1.830)	(2.477)	(1.548)	-	-	(464.640)
Em 31 de março de 2026	1.727.635	840.176	1.544.956	230.486	-	22.888	-	3.245	-	4.369.386
Custo ou avaliação acumulados	2.052.430	2.158.830	2.975.273	465.613	-	153.082	185.138	368.434	-	8.358.800
Amortização acumulada	(324.795)	(1.318.654)	(1.430.317)	(235.127)	-	(130.194)	(185.138)	(365.189)	-	(3.989.414)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	2025								
	Ágio	Licença de software	Marcas	Relações contratuais com clientes	Autorização de operações	Contratos de fornecimento de cana	Tecnologia	Outros	Total
Em 31 de março de 2024	3.429.065	761.427	1.888.681	264.253	115.819	39.790	20.138	5.878	6.525.051
Custo ou avaliação acumulados	3.860.445	1.659.026	2.961.980	427.573	124.711	181.516	185.136	27.676	9.428.063
Amortização acumulada	(431.380)	(897.599)	(1.073.299)	(163.320)	(8.892)	(141.726)	(164.998)	(21.798)	(2.903.012)
Combinação de negócios	4.962	329	-	68.099	-	-	-	-	73.390
Desreconhecimento por perda de controle acionário	(316.857)	(587)	(27.893)	-	-	-	-	-	(345.337)
Baixa por alteração de participação acionária	(27.293)	-	-	-	-	-	-	-	(27.293)
Adição por aquisição de controle em investida	47.220	-	-	-	-	-	-	-	47.220
Adições	-	178.365	63.349	-	-	-	-	-	241.714
Provisão para perda por redução ao valor recuperável (3)	(143.212)	(296)	-	-	-	-	-	-	(143.508)
Transferências (1)	9.039	155.759	-	-	-	-	-	(6.767)	158.031
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	89.996	1.532	3.871	34.612	-	-	-	889	130.900
Amortização	-	(204.935)	(194.203)	(40.502)	(4.051)	(7.309)	(18.590)	-	(469.590)
Em 31 de março de 2025	3.092.920	891.594	1.733.805	326.462	111.768	32.481	1.548	-	6.190.578
Custo ou avaliação acumulados	3.519.595	1.993.289	2.975.273	557.357	124.711	181.516	185.136	21.796	9.558.673
Amortização acumulada	(426.675)	(1.101.695)	(1.241.468)	(230.895)	(12.943)	(149.035)	(183.588)	(21.796)	(3.368.095)

- (1) Referem-se a valores transferidos da rubrica "Imobilizado", no montante de R\$ 146.699 (R\$ 158.031 em 2025), e transferências dos créditos de descarbonização da rubrica "Outros créditos", no montante de R\$ 149.223.
- (2) Em 31 de março de 2026, a Raízen possuía 103,9 mil CBIOS adquiridos para cumprimento da meta estabelecida pela ANP, pelo valor total de R\$ 3.245.
- (3) Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia reconheceu baixa por redução ao valor recuperável de ágios, no montante de R\$ 1.493.420, em função da incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Raízen (Notas 1.1 e 31), dada a ausência de expectativa de rentabilidade futura associada aos referidos ativos. Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a Companhia estimou perdas por desvalorização relacionadas a determinados ativos em decorrência das ações em andamento para a reciclagem do portfólio e por incertezas quanto ao retorno esperado desses ativos. Dessa forma, foi efetuado a baixa dos ágios sem expectativa de recuperabilidade futura no montante de R\$ 143.212, reconhecido no resultado do exercício na rubrica "Outras (despesas) receitas operacionais, líquida" (Nota 31).
- (4) Para o exercício findo em 31 de março de 2026, as baixas registradas referem-se substancialmente: (i) ao ágio associado a ativos em hibernação, sem perspectiva de retomada operacional, no montante de R\$ 156.812, conforme Nota 30; (ii) licenças de software e relação contratuais com clientes sem expectativa de uso contínuo, no valor de R\$ 124.426, conforme Nota 30; (iii) baixas decorrentes do processo de reciclagem de portfólio de negócios no montante de R\$ 137.511, conforme Nota 12.3.c.; e (iv) baixa de ágio das usinas que foram destinadas para vendas nos montantes de R\$ 49.439, R\$ 205.192, R\$ 70.067 (Nota 12.3 - Usina Leme, Usina Rio Brilhante e Passa Tempo, e Usina Continental, respectivamente).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)****16.5 Composição dos ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura**

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Na combinação de negócios da Raízen Conveniências	975.920	-
Na aquisição da Raízen Centro-Sul (2)	-	687.385
Na aquisição das Usinas Santa Cândida e Paraíso (2)	-	431.272
Na aquisição do Grupo Corona (2)	-	380.003
Na combinação de negócios da Cosan Combustíveis Lubrificantes S.A.	348.103	348.103
Na aquisição da Raízen Argentina (1)	311.878	343.118
Na aquisição da Usina Benálcool (2)	-	149.247
Na incorporação da Curupay S.A. Participações (2)	-	109.841
Na aquisição da Usina Zanin Açúcar e Álcool (2)	-	98.380
Na aquisição do Grupo Mundial (2)	-	87.435
Na aquisição da Usina Açucareira Bom Retiro S.A. (2)	-	81.575
Na aquisição da Payly (2)	-	73.568
Outros (2)	91.734	302.993
	<u>1.727.635</u>	<u>3.092.920</u>
Total	<u>1.727.635</u>	<u>3.092.920</u>

- (1) Em 31 de março de 2026, o ágio gerado pela aquisição da Raízen Argentina inclui saldo de efeito de conversão de moeda estrangeira no montante de menos R\$ 31.240 (R\$ 76.642 em 2025)
- (2) No exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia revisitou os julgamentos aplicáveis às premissas relevantes nos testes de recuperabilidade de determinados ativos, incluindo ágio sobre rentabilidade futura, tendo reconhecido perda de R\$ 1.493.420 no resultado do exercício, conforme descrito na Nota 1.2.

16.6 Análise de perda ao valor recuperável dos ativos não financeiros

Em 31 de março de 2026, a Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos não financeiros, incluindo ativos imobilizados, ativos intangíveis com vida útil definida e direitos de uso, conforme aplicável, em atendimento ao IAS 36/CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Considerando o desempenho operacional recente, a revisão das projeções econômico-financeiras e o ambiente macroeconômico, a Administração identificou a existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável desses ativos.

(i) Base de avaliação

O valor recuperável dos ativos foi determinado com base no valor em uso, calculado por meio do método de fluxo de caixa descontado, considerando a melhor estimativa da Administração sobre o uso contínuo desses ativos em suas respectivas operações.

Os fluxos de caixa foram projetados com base em orçamentos aprovados pela Administração, abrangendo um horizonte de 5 anos, com posterior extrapolação por perpetuidade por um exercício de 25 anos, conforme tempo razoável de recuperação dos ativos relacionados às atividades do setor econômico em que opera.

(ii) Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)

Os ativos foram testados no menor nível de geração de caixa independente, sendo agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), principalmente relacionadas às operações do segmento de Etanol, Açúcar e Bioenergia (EAB).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

(iii) Principais premissas e estimativas

As principais premissas utilizadas nos testes de recuperabilidade incluem: (i) preços futuros de commodities, especialmente açúcar e etanol, baseados em projeções de mercado; (ii) produtividade as áreas agrícolas; (iii) Desempenho do ATR (iv) Custos operacionais e administrativos e; (v) taxa de desconto.

A taxa de desconto em termos reais aplicada aos fluxos de caixa foi de 9,61% após impostos (8,75% em 2025), que corresponde a 22,98% antes dos impostos.

Não foi considerada taxa de crescimento real no exercício do fluxo de caixa e nem na perpetuidade, baseado no desempenho passado e em expectativas para o desenvolvimento do mercado.

(iv) Resultados dos testes de recuperabilidade

Com base nas análises efetuadas, nenhuma perda foi reconhecida nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025, exceto pelas perdas divulgadas nas Notas 1.2, 15.6 e 21, relacionadas principalmente a ativos imobilizados e tributos diferidos ativos, integrantes das UGCs do segmento EAB.

As perdas reconhecidas decorreram, principalmente, da revisão das premissas de preços de commodities, redução de margens operacionais esperadas e aumento das taxas de desconto utilizadas.

Essas perdas foram reconhecidas na demonstração do resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" ("Provisão para perda do valor recuperável de ativos).

(v) Análise de sensibilidade

A Administração avaliou a sensibilidade das principais premissas utilizadas no teste de recuperabilidade. Alterações razoavelmente possíveis nessas premissas poderiam impactar significativamente os valores recuperáveis estimados.

- Um aumento de 5 pontos percentuais na taxa de desconto reduziria o valor recuperável agregado das UGCs em aproximadamente R\$ 2.220.000;
- Uma redução de 5% nos preços projetados de commodities resultaria em redução estimada de aproximadamente R\$ 4.950.000 no valor recuperável;
- Alterações adversas simultâneas nessas premissas poderiam resultar no reconhecimento de perdas adicionais relevantes.

(vi) Julgamentos e incertezas

Os testes de recuperabilidade requerem o uso de julgamento significativo por parte da Administração, especialmente na definição das premissas econômicas e operacionais utilizadas.

Dada a existência de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional, conforme descrito na Nota 1.1, existe o risco de que as premissas adotadas não se materializem conforme esperado, podendo resultar em ajustes adicionais nos valores contábeis dos ativos no futuro.

A Administração monitora continuamente as condições de mercado, operacionais e financeiras, revisando suas premissas e estimativas prospectivas sempre que necessário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)****17. Fornecedores e adiantamentos a fornecedores****17.1 Política contábil**

Os saldos de fornecedores correspondem às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

A Companhia possui operações comerciais e financeiras sob o escopo da norma contábil CPC 12 – Ajuste a valor presente e exerce julgamento sobre a relevância de tais efeitos sobre os ativos e passivos, circulantes e não circulantes. No que tange às transações com fornecedores e aos Convênios, em 31 de março de 2026 e 2025 não existem transações de longo prazo. Nesse sentido, os saldos registrados já refletem de forma substancial o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em sua data original.

17.2 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Petróleo e derivados de petróleo (1)	89.610	72.064	2.637.912	3.814.160
Etanol (1)	528.094	1.201.574	1.434.936	2.310.605
Materiais, serviços e outros (2)	249.290	302.992	3.296.380	5.193.641
Cana-de-açúcar (3)	-	-	246.097	926.143
	866.994	1.576.630	7.615.325	12.244.549
No País (moeda nacional)	860.510	1.572.445	3.536.530	4.900.676
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	6.484	4.185	4.078.795	7.343.873
	866.994	1.576.630	7.615.325	12.244.549

- (1) Os saldos a pagar juntos aos fornecedores de petróleo, derivados de petróleo e etanol referem-se a compras a prazo feitas pela Raízen.
- (2) Os saldos a pagar junto aos fornecedores de materiais e serviços correspondente a aquisições de máquinas e equipamentos para os parques de bioenergia, bases de distribuição e postos revendedores próprios, bem como serviços contratados.
- (3) O período de safra da cana-de-açúcar, a qual normalmente, ocorre entre abril e dezembro de cada ano, geralmente possui impacto direto sobre o saldo junto a fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)****17.3 Adiantamentos a fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Cana-de-açúcar (1)	-	-	384.886	501.688
Derivados de petróleo e outros	102.652	25.651	193.985	380.086
	102.652	25.651	578.871	881.774
No País (moeda nacional)	102.652	25.651	520.993	796.242
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	-	-	57.878	85.532
	102.652	25.651	578.871	881.774
Circulante	(102.652)	(25.651)	(366.370)	(633.941)
Não circulante	-	-	212.501	247.833

- (1) Referem-se a adiantamentos realizados a fornecedores de cana-de-açúcar que são corrigidos mensalmente conforme as condições e índices pactuados nos contratos de forma específica.

18. Convênios**18.1 Política contábil**

A Companhia possui convênios relacionados a pagamentos com instituições financeiras ("Convênios"), que possibilitam que determinados fornecedores tenham, por meio de condições específicas, a oportunidade de antecipar seus recebíveis referentes a produtos comercializados e serviços prestados à Companhia, diretamente com as instituições financeiras. Nos referidos Convênios, cabe ao fornecedor decidir se deseja ou não ceder seus créditos e os termos dessa aquisição, enquanto cabe às instituições financeiras decidirem se desejam ou não adquirir esses créditos, sem interferência da Raízen. A utilização dos Convênios não implica qualquer alteração dos títulos emitidos pelos seus fornecedores, mantendo-se as condições originais de negociação. A utilização dos convênios por parte dos fornecedores não altera o ciclo operacional de caixa da Companhia. Tais operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

18.2 Composição

Em 31 de março de 2026 e 2025, de forma a refletir adequadamente a essência de sua transação mercantil, as operações de Convênios, dos quais os fornecedores já receberam pagamentos, estão apresentadas a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Convênios				
Petróleo e derivados de petróleo	-	5.649.592	-	6.665.885
Etanol e açúcar	-	1.446.071	-	2.101.387
Materiais, serviços e outros	3.958	35.539	74.479	830.128
	3.958	7.131.202	74.479	9.597.400
No País (moeda nacional)	3.958	7.131.202	74.479	8.332.288
No exterior (moeda estrangeira)	-	-	-	1.265.112
	3.958	7.131.202	74.479	9.597.400

Em 31 de março de 2026 e 2025, os Convênios possuem características contratuais semelhantes.

O prazo médio de pagamento, em dias, dos fornecedores que aderiram as operações de Convênios e Fornecedores comparáveis, está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Convênios	Fornecedores comparáveis (1)	Convênios	Fornecedores comparáveis (1)
Materiais, serviços e outros	90	21	90	63

	Controladora		Consolidado	
	Convênios	Fornecedores comparáveis (1)	Convênios	Fornecedores comparáveis (1)
Petróleo e derivados de petróleo (2)	90	21	89	21
Etanol e açúcar	107	91	102	94
Materiais, serviços e outros	90	88	89	90

- (1) Fornecedores comparáveis devido às características semelhantes dos contratos de fornecimento e que são elegíveis, mas não aderiram aos acordos de Convênios, considerando características específicas de condições de pagamento no mercado brasileiro;
- (2) Devido à alta concentração de fornecedores de petróleo e derivados no mercado brasileiro, as aquisições destes produtos no mercado internacional não são comparáveis, uma vez que as compras são realizadas com prazos à vista;

Não houve transações com impacto no caixa referentes aos saldos registrados no passivo e relacionados as operações de Convênios.

19. Arrendamentos**19.1 Política contábil**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes são de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos sem refletir a

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

inflação futura projetada, que levam em consideração os impostos a recuperar (PIS e COFINS), bem como prazos não canceláveis e opções de extensão quando forem razoavelmente certas.

Os fluxos de pagamentos são descontados pela taxa incremental nominal sobre certos empréstimos e financiamentos da Raízen, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas. Durante os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025, as taxas nominais de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram as seguintes:

Vigência contratual	Nominal		Real	
	2026	2025	2026	2025
1 ano	24,76%	20,10%	16,17%	9,40%
2 anos	24,07%	19,70%	15,41%	9,40%
3 anos	23,67%	19,50%	14,97%	9,40%
4 anos	23,39%	19,40%	14,66%	9,40%
5 anos	23,17%	19,30%	14,41%	9,40%
6 anos em diante	22,09% a 22,99%	18,7% a 19,2%	13,22% a 14,22%	9,40%

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado linearmente ao longo da vigência estimada do contrato e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo nos contratos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo, de prazo indeterminado e sem pagamentos fixos são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

19.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos decorrentes de eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

19.3 Direito de uso

(a) Movimentação - Controladora

	2026			
	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Em 31 de março de 2025	89.878	23.052	3	112.933
Custo ou avaliação acumulados	391.767	44.119	583	436.469
Amortização acumulada	(301.889)	(21.067)	(580)	(323.536)
Adições	-	3.692	-	3.692
Baixas	(2.295)	(2.834)	-	(5.129)
Remensurações (1)	6.720	(1.191)	-	5.529
Amortização	(36.036)	(9.572)	(3)	(45.611)
Em 31 de março de 2026	58.267	13.147	-	71.414
Custo ou avaliação acumulados	376.851	22.716	504	400.071
Amortização acumulada	(318.584)	(9.569)	(504)	(328.657)
				2025
	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Em 31 de março de 2024	169.228	21.828	33	191.089
Custo ou avaliação acumulados	388.502	32.981	584	422.067
Amortização acumulada	(219.274)	(11.153)	(551)	(230.978)
Adições	8.766	9.985	-	18.751
Baixas	(1.042)	-	-	(1.042)
Remensurações (1)	802	1.153	(1)	1.954
Amortização	(87.876)	(9.914)	(29)	(97.819)
Em 31 de março de 2025	89.878	23.052	3	112.933
Custo ou avaliação acumulados	391.767	44.119	583	436.469
Amortização acumulada	(301.889)	(21.067)	(580)	(323.536)

(1) Atualização dos índices de inflação composto, geralmente, pelo IPCA, Índice Geral de Preços – Mercado (“IGP-M”) ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor (“INPC”), aplicável anualmente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

(b) Movimentação – Consolidado

	2026					
	Terras	Imóveis	Veículos e aeronaves	Máquinas e equipamentos	Parque industrial	Total
Em 31 de março de 2025	7.132.183	968.346	995.714	462.893	82.374	9.641.510
Custo ou avaliação acumulados	16.670.813	2.110.241	2.218.913	1.135.984	127.928	22.263.879
Amortização acumulada	(9.538.630)	(1.141.895)	(1.223.199)	(673.091)	(45.554)	(12.622.369)
Cominação de negócios	-	4.102	-	-	-	4.102
Adições	1.081.818	84.305	312.099	43.551	-	1.521.773
Baixas	(151.031)	(84.644)	(73.331)	(95.960)	-	(404.966)
Remensurações (1)	(353.559)	33.485	(15.940)	(4.175)	-	(340.189)
Transferências (2)	(974.137)	(123.683)	(119.250)	(176.703)	1.658	(1.392.115)
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	(16.860)	(12.965)	(37.214)	(114)	-	(67.153)
Amortização	(1.803.775)	(333.756)	(393.617)	(96.895)	(7.751)	(2.635.794)
Em 31 de março de 2026	4.914.639	535.190	668.461	132.597	76.281	6.327.168
Custo ou avaliação acumulados	13.127.199	1.885.247	1.924.936	208.317	129.585	17.275.284
Amortização acumulada	(8.212.560)	(1.350.057)	(1.256.475)	(75.720)	(53.304)	(10.948.116)
	2025					
	Terras	Imóveis	Veículos e aeronaves	Máquinas e equipamentos	Parque industrial	Total
Em 31 de março de 2024	7.801.146	1.006.541	779.041	591.871	88.243	10.266.842
Custo ou avaliação acumulados	15.581.400	1.690.336	1.537.112	1.105.269	123.787	20.037.904
Amortização acumulada	(7.780.254)	(683.795)	(758.071)	(513.398)	(35.544)	(9.771.062)
Cominação de negócios	-	-	45	-	-	45
Adições	1.288.273	394.779	462.490	66.054	-	2.211.596
Desreconhecimento por perda de controle acionário	-	(2.877)	-	-	-	(2.877)
Baixas	(234.021)	(26.150)	(33.187)	(23.290)	-	(316.648)
Remensurações (1)	637.654	49.310	15.741	7.231	4.140	714.076
Transferências	(293.047)	-	182.003	-	-	(111.044)
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	23.946	11.318	3.873	251	-	39.388
Amortização	(2.091.768)	(464.575)	(414.292)	(179.224)	(10.009)	(3.159.868)
Em 31 de março de 2025	7.132.183	968.346	995.714	462.893	82.374	9.641.510
Custo ou avaliação acumulados	16.670.813	2.110.241	2.218.913	1.135.984	127.928	22.263.879
Amortização acumulada	(9.538.630)	(1.141.895)	(1.223.199)	(673.091)	(45.554)	(12.622.369)

(1) Atualização do índice de correção composto, substancialmente, pela variação do preço da CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo) aplicado nos contratos de arrendamento e parceria agrícola da RESA e de suas controladas e pelos índices de inflação composto, geralmente, pelo IPCA, IGP-M ou INPC, aplicável anualmente.

(2) Refere-se a transferências para a rubrica de "Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda" (Nota 12.2 e Nota 12.3).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

19.4 Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, durante os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025, está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo no início do exercício	92.710	177.523	10.445.898	11.564.936
Combinação de negócios	-	-	-	63
Desreconhecimento por perda de controle acionário	-	-	-	(2.839)
Adições	3.692	18.751	1.499.025	2.211.596
Baixas	(7.884)	(1.417)	(328.662)	(1.129.612)
Pagamentos de principal e juros	(48.648)	(118.661)	(3.544.976)	(3.776.824)
Juros	8.074	14.704	1.110.597	1.212.084
Remensurações (1)	5.529	1.816	(285.599)	722.564
Amortizações por adiantamentos e outros	-	(6)	(237.670)	(386.686)
Transferências (2)	-	-	(1.710.117)	-
Reestruturação societária (3)	-	-	(3.242)	-
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	(69.534)	30.616
Saldo no final do exercício	53.473	92.710	6.875.720	10.445.898
No País (moeda nacional)	53.473	92.710	6.180.511	9.896.772
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	-	-	695.209	549.126
	53.473	92.710	6.875.720	10.445.898
Circulante	(20.779)	(44.624)	(1.702.094)	(2.411.427)
Não circulante	32.694	48.086	5.173.626	8.034.471

(1) Atualização do índice de correção composto, substancialmente, pela variação do preço da CONSECANA aplicado nos contatos de arrendamento e parceria agrícola da RESA e de suas controladas e pelos índices de inflação composto, geralmente, pelo IPCA, IGP-M ou INPC, aplicável anualmente.

(2) Refere-se a valores transferidos para a rubrica "Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda" (Nota 12.3).

A taxa incremental anual média ponderada de empréstimos aplicada ao passivo de arrendamento em 31 de março de 2026 foi de 13,01% (12,9% em 31 de março de 2025).

Em 31 de março de 2026, o perfil de vencimento do passivo de arrendamento de terceiros (Nota 19.2) e de partes relacionadas (Nota 11.1), está descrito abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Vencimento:	Consolidado	
	Valor presente	Valor futuro
1 a 12 meses	1.927.505	2.969.838
13 a 24 meses	1.539.649	2.365.585
25 a 36 meses	773.054	1.842.255
37 a 48 meses	909.381	1.379.215
49 a 60 meses	698.128	1.049.345
61 a 72 meses	451.912	693.385
73 a 84 meses	325.774	494.400
85 a 96 meses	231.409	354.696
97 a 120 meses	356.562	527.453
A partir de 121 meses	382.114	628.518
Valor bruto	7.595.488	12.304.690
Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar (1)	(638.512)	(1.041.781)
Total líquido	6.956.976	11.262.909

- (1) Refere-se ao direito potencial de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos do arrendamento calculado com base na alíquota teórica de 9,25%, aplicável no Brasil. Esta divulgação visa atender ao Ofício-Circular CVM/SNC/SEP Nº 02/2019 e representa apenas uma estimativa. Portanto, não constitui efetivamente os créditos que poderão ser tomados pela Raízen e suas controladas situadas no Brasil no futuro. É possível que, quando tal fato ocorrer, os referidos créditos poderão ser materialmente diferentes em virtude de eventuais diferenças entre a alíquota teórica e a efetiva, bem como possíveis alterações na legislação tributária brasileira.

Em linha com o Ofício-Circular CVM SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia informa os principais inputs utilizados na mensuração dos contratos de arrendamento, de forma a permitir a compreensão e a estimativa dos impactos decorrentes da consideração de inflação nos fluxos futuros.

A mensuração dos passivos de arrendamento considera fluxos de caixa projetados com base em índices inflacionários (principalmente IPCA e IGP-M), sendo descontados por taxas nominais que refletem tais expectativas inflacionárias. Alternativamente, a mensuração em termos reais desconsideraria tais efeitos inflacionários nos fluxos e utilizaria taxas de desconto reais equivalentes.

Os principais parâmetros utilizados são:

- Taxa nominal média ponderada: aproximadamente 23,60% a.a. (19,51% a.a. em 2025);
- Taxa real média ponderada: aproximadamente 12,95% a.a. (12,83% a.a. em 2025);
- Inflação média considerada: aproximadamente aproximadamente 4,14% a.a. (5,48% ao ano em 2025);
- Prazo médio remanescente dos contratos: aproximadamente 10 anos (11 anos em 2025), no Consolidado;
- Saldo do passivo de arrendamento: conforme demonstrado no quadro acima (Nota 19.4).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

A consideração da inflação nos fluxos de caixa resulta, de forma geral, em maiores valores iniciais para o passivo de arrendamento e para o ativo de direito de uso, bem como em maior despesa financeira nos períodos iniciais dos contratos, com efeitos decrescentes ao longo do tempo.

A Administração entende que a divulgação desses parâmetros permite que os usuários das demonstrações financeiras realizem suas próprias estimativas quanto aos impactos decorrentes da consideração de inflação nos contratos de arrendamento.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia reconheceu, na rubrica "Custos e despesas por natureza" (Nota 30), despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis e de curto prazo não incluídos nos passivos de arrendamento, nos montantes de R\$ 194.525 e R\$ 585.391 (em 31 de março de 2025, R\$ 146.944 e R\$ 519.533), na Controladora e Consolidado, respectivamente.

20. Empréstimos e financiamentos

20.1 Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estiverem em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026
(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

20.2 Composição

	Vencimento final	Indexador	Taxa média anual efetiva de juros		Controladora		Consolidado	
			2026	2025	2026	2025	2026	2025
Classificação das dívidas por moeda:								
Denominadas em Reais					4.819.801	2.537.441	21.202.067	14.625.728
Denominadas em moedas estrangeiras (Nota 4.5)					8.100.420	5.920.563	48.326.061	44.070.975
					12.920.221	8.458.004	69.528.128	58.696.703
Modalidade das dívidas:								
Adiantamentos de Contratos de Câmbio ("ACC")	Mar/30	US\$ + Pré-fixado	5,59%	5,59%	2.517.662	659.139	3.704.659	1.238.676
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES")	Jan/37	TR	4,27%	-	-	-	127.865	-
BNDES	Jan/37	SELIC	16,21%	-	-	-	60.194	-
BNDES	Jan/37	Pré-fixado	7,10%	4,15%	-	-	195.999	38.474
BNDES	Dez/38	IPCA	8,47%	10,03%	-	-	121.916	131.816
PPE	Jul/26	US\$ + SOFR	10,89%	6,17%	-	-	53.816	-
PPE	Out/30	US\$ + Pré-fixado	1,79%	4,18%	-	-	156.771	-
Capital de giro e outros	Out/26	US\$ + Pré-fixado e outros	6,53%	7,14%	-	-	2.342.605	1.387.680
Total de dívidas fora do escopo do Plano (3)					2.517.662	659.139	6.763.825	2.796.646
Cédula de Produto Rural Financeira ("CPR-F")	Jul/30	CDI	16,04%	16,32%	-	-	4.022.395	1.047.146
Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")	Jul/29	CDI	14,65%	14,15%	-	-	234.683	233.901
CRA	Out/33	Pré-fixado	12,29%	12,29%	-	-	539.713	490.402
CRA	Ago/37	IPCA	9,67%	11,26%	-	-	6.218.519	5.655.016
Crédito Rural	Set/26	Pré-fixado	14,67%	-	-	-	280.644	-
Debêntures	Jun/31	CDI	15,84%	15,10%	1.967.005	1.085.621	1.967.005	1.085.621
Debêntures	Set/39	IPCA	9,65%	11,21%	1.610.400	1.451.820	4.473.233	3.990.356
Green Notes Due 2034	Mar/34	US\$ + Pré-fixado	6,45%	6,45%	-	-	5.144.511	5.840.306
Green Notes Due 2035	Jan/35	US\$ + Pré-fixado	5,70%	5,70%	-	-	5.074.884	5.561.035
Green Notes Due 2054	Mar/54	US\$ + Pré-fixado	6,95%	6,95%	-	-	6.555.739	7.212.394
Nota de Crédito à Exportação ("NCE")	Fev/30	US\$ + SOFR	4,84%	5,59%	-	-	435.074	577.877
NCE	Dez/29	CDI	17,02%	16,25%	-	-	1.043.297	1.651.865
PPE	Abr/30	US\$ + SOFR	5,55%	6,17%	3.494.638	3.066.126	7.151.949	6.573.635
PPE	Out/30	US\$ + Pré-fixado	4,82%	4,18%	2.088.121	2.195.298	4.716.944	6.231.292
Senior Notes Due 2027	Jan/27	US\$ + Pré-fixado	5,30%	5,30%	-	-	829.983	949.253
Senior Notes Due 2032	Jul/32	US\$ + Pré-fixado	6,25%	-	-	-	3.870.978	-
Senior Notes Due 2037	Fev/37	US\$ + Pré-fixado	6,70%	6,70%	-	-	5.146.256	5.672.304
Term Loan Agreement	Jul/36	Euribor + Pré-fixado	3,29%	3,53%	1.242.395	-	3.090.249	3.127.654
Outros (2)	Set/26	Pré-fixado	15,80%	7,14%	-	-	1.968.247	-
Total de dívidas no escopo do Plano (3)					10.402.559	7.798.865	62.764.303	55.900.057

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Despesas com colocação de títulos a apropriar	(21.703)	(25.668)	(596.919)	(726.332)
Total dos empréstimos e financiamentos	12.898.518	8.432.336	68.931.209	57.970.371
Circulante (1)	(12.898.518)	(1.422.331)	(68.612.415)	(4.772.603)
Não circulante	-	7.010.005	318.794	53.197.768

- (1) Em 31 de março de 2026, os empréstimos e financiamentos classificados como curto prazo referem-se às dívidas abrangidas pela recuperação extrajudicial e a contratos de com cláusulas de vencimento cruzado ("*cross default*") para os quais não houve obtenção de dispensa ("*waiver*") até a data-base.
- (2) Refere-se a derivativos encerrados, incluídos no contexto da recuperação extrajudicial.
- (3) As definições de "dívidas fora do escopo do Plano" e "dívidas no escopo do Plano" referem-se, respectivamente, às dívidas não abrangidas e abrangidas pelo Plano de Recuperação Extrajudicial, aplicável apenas ao exercício findo em 31 de março de 2026; portanto, não são comparáveis ao exercício findo em 31 de março de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A taxa de juros anual efetiva corresponde à taxa do contrato acrescida, principalmente, por indexadores tais como SOFR (*Secured Overnight Financing Rate*), Euribor (*European Interbank Offered Rate*), IPCA ou CDI, conforme o caso. Em 31 de março de 2026 e 2025, os percentuais ponderados dos principais indexadores, considerados na determinação da taxa de juros efetiva, foram os seguintes:

Indexadores (% ao ano)	2026	2025
SOFR	3,64%	4,30%
Euribor	2,25%	2,49%
IPCA (últimos 12 meses)	3,97%	5,48%
CDI (últimos 12 meses)	14,79%	11,28%

20.3 Calendarização dos vencimentos

Em 31 de março de 2026, as parcelas vencíveis no longo prazo, deduzidas dos gastos com captação de recursos, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimento:	Controladora	Consolidado
2027	-	63.025
2028	-	63.039
2029	-	63.060
2030	-	129.670
	-	318.794

Conforme Nota 20.8, em razão do pedido do Plano, a Companhia reclassificou para passivo circulante determinados empréstimos e financiamentos.

20.4 Detalhamento dos principais empréstimos e financiamentos**(a) ACC**

Os detalhes das novas captações de ACCs ocorridas durante o exercício findo em 31 de março de 2026, estão demonstradas a seguir:

Empresas	Data	Montante em R\$	Equivalente em US\$ mil, onde aplicável	Vencimento final (pagos e/ou a pagar)
Raízen S.A.	Abr/25	283.850	50.000	Jun/29
Raízen S.A.	Jun/25	2.002.315	361.000	Jun/26
RESA	Jun/25	415.425	75.000	Jun/26
RESA	Fev/26	250.000	47.957	Set/26 a Mar/30
		<u>2.951.590</u>		

(b) CPR-F e Crédito Rural

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a controlada RESA realizou a captação de novas CPR-Fs e Crédito Rural, no valor de R\$ 3.493.000 (R\$ 3.000.000 em 2025), conforme demonstrado a seguir:

RAÍZEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

<u>Empresas</u>	<u>Data</u>	<u>Montante em R\$</u>	<u>Vencimento final (pagos e/ou a pagar)</u>
RESA	Abr/25	193.000	Abr/30
RESA	Jun/25	2.000.000	Jun/27 a Jun/30
RESA	Jul/25	1.000.000	Set/26 a Jul/30
RESA	Ago/25	<u>300.000</u>	Ago/28
		<u>3.493.000</u>	

(c) Debêntures

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures, conforme detalhado a seguir:

<u>Empresas</u>	<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Montante em R\$</u>	<u>Vencimento final (pagos e/ou a pagar)</u>
Raízen S.A.	4º emissão	Jul/25	<u>850.000</u>	Jul/30

(d) PPEs

Entre os anos de 2018 e 2026, a Companhia e suas controladas firmaram contratos de captação de PPEs com diversas instituições financeiras a título de financiamento para futura exportação de produtos, incluindo determinados saques de linhas de crédito que a Companhia detinha com sindicatos de bancos internacionais. Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas captaram novos PPEs que totalizaram R\$ 3.866.120 (R\$ 5.827.158 em 2025), equivalentes a US\$ 702.752 mil (US\$ 1.005.504 mil em 2025). Os contratos de PPE em aberto em 31 de março de 2026 tem vencimento até outubro de 2030.

(e) Senior Notes Due 2032

Em julho de 2025, a controlada indireta Raízen Fuels Finance S.A. emitiu *Senior Notes* no mercado internacional no montante de R\$ 4.144.275, equivalentes a US\$ 750.000 mil, com vencimento em 2032.

(f) Term Loan Agreement (Empréstimo sindicalizado)

Em 29 de setembro de 2023, a controlada indireta Raízen Fuels contratou um empréstimo, no montante de € 300.000 mil, correspondente a aproximadamente R\$ 1.566.872 naquela data, com vencimento final em 21 de setembro de 2035.

Ainda, em 30 de julho de 2024, a Raízen Fuels, celebrou um *Facility Agreement*, tendo a SACE, ECA (*Export Credit Agency - Agência de Crédito à Exportação*) italiana, como garantidora parcial da operação, no montante de € 200.000 mil, equivalentes a R\$ 1.197.943, com vencimento final para julho de 2036. O referido financiamento possui amortizações semestrais, após carência de três anos e juros semestrais. Tal captação está alinhada a deliberação e aprovação do Conselho de Administração de 18 de julho de 2024.

RAÍZEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

(g) Outros empréstimos captados e/ou liquidados neste exercício

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a controladas indireta Raízen Argentina, realizou captações na modalidade capital de giro, como demonstrado abaixo:

2026 (Consolidado)					
Modalidades das dívidas	Empresas	Data	Montante em R\$	Equivalente em US\$ mil, onde aplicável	Vencimento final (pagos e/ou a pagar)
Capital de giro e outros	Raízen Argentina	Abr/25 a Mar/26	<u>15.392.957</u>	2.808.821	Maior/25 a Abr/26

20.5 Pagamentos

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, os valores liquidados de empréstimos e financiamentos totalizaram R\$ 23.125.649 (19.170.159 em 31 de março de 2025), como demonstrado abaixo:

Consolidado				
Modalidade das dívidas	Empresa	Data	Montante em R\$ (principal e juros)	Equivalente em US\$ mil, onde aplicável
ACC	RESA	Jul/25	30.840	-
ACC	Raízen S.A.	Dez/25	368.565	-
BNDES	RESA e suas controladas	Abr a Dez/25	57.119	-
CPR-F	RESA	Mai a Dez/25	791.546	-
CRA	RESA	Abr a Dez/25	401.361	-
Debentures	RESA	Jun a Dez/25	57.897	-
Debentures	Raízen S.A.	Jun a Dez/25	271.346	-
Green Notes Due 2034	Raízen Fuels	Set/25	341.937	64.500
Green Notes Due 2035	Raízen Fuels	Jul/25	309.895	57.000
Green Notes Due 2054	Raízen Fuels	Set/25	460.555	86.875
NCE	RESA	Jun a Dez/25	977.159	-
PPE	Raízen S.A.	Abr a Dez/25	2.830.033	542.214
PPE	RESA	Mai a Dez/25	314.306	60.219
PPE	Raízen Argentina	Abr a Dez/25	927.486	163.364
Senior Notes Due 2027	Raízen Fuels	Jul/25	54.101	9.951
Senior Notes Due 2032	Raízen Fuels	Jan/26	125.339	23.438
Senior Notes Due 2037	Raízen Fuels	Ago/25	356.869	67.000
Term Loan Agreement	Raízen Fuels	Jul a Set/25	87.491	16.178
Capital de giro e outros	Raízen Argentina e outros	Abr a Dez/25	<u>14.361.804</u>	2.622.208
			<u>23.125.649</u>	

20.6 Revolving Credit Facility

Em 13 de novembro de 2025, a Companhia, através de sua controlada indireta Raízen Fuels, contratou uma nova linha de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*), em substituição as linhas anteriormente vigentes, conforme abaixo:

RAÍZEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Beneficiária	Instituição	Valor em US\$	Vencimento
Ráizen Fuels	Sindicato de bancos	1.000.000	Nov/2030
		<u>1.000.000</u>	

Em 10 de março de 2026, tal linha foi encerrada antecipadamente.

20.7 Valor justo

Conforme divulgado na Nota 4.5, em 31 de março de 2026 a Companhia descontinuou as relações de *hedge* de valor justo nas quais empréstimos e financiamentos estavam anteriormente designados. Em decorrência disso, a partir de 1º de abril de 2026 não são mais reconhecidos os efeitos das variações no valor justo atribuíveis aos riscos protegidos. Os saldos demonstrados a seguir refletem o ajuste ao valor justo acumulado até a data da descontinuação das relações de *hedge*, que é apresentado como componente do valor contábil das dívidas e apropriado ao resultado ao longo do prazo remanescente dos itens originalmente protegidos.

Modalidade	Controladora			
	Saldo de valor justo		Resultado financeiro (Nota 32)	
	2026	2025	2026	2025
ACC	(3.495)	(714)	2.781	714
CRA	-	-	-	(3.726)
Debêntures	(56.251)	(102.274)	(46.024)	102.274
PPE	(30.228)	(95.910)	(65.682)	(39.650)
	<u>(89.974)</u>	<u>(198.898)</u>	<u>(108.925)</u>	<u>59.612</u>

Modalidade	Consolidado			
	Saldo de valor justo		Resultado financeiro (Nota 32)	
	2026	2025	2026	2025
ACC	(4.200)	(714)	3.486	4.818
CPR-F	-	-	-	133
Crédito Rural	4.728	-	(4.728)	-
CRA	(405.813)	(724.584)	(318.771)	573.467
Debêntures	(254.188)	(427.090)	(172.902)	293.552
Green Notes Due 2034 e 2035	(303.111)	(175.150)	127.961	272.531
PPE	(37.725)	(122.659)	(84.934)	(67.788)
Senior Notes Due 2027, 2032 e 2037	(372.127)	(260.830)	111.297	(91.849)
Term Loan Agreement	40.632	17.256	(23.376)	(17.256)
	<u>(1.331.804)</u>	<u>(1.693.771)</u>	<u>(361.967)</u>	<u>967.608</u>

20.8 Cláusulas restritivas ("covenants"), obrigações pecuniárias e não-pecuniárias

A Companhia e suas controladas, no âmbito dos seus contratos de empréstimos e financiamentos, não estão sujeitas ao cumprimento de índices financeiros, estando sujeitas apenas a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como "negative pledge".

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

O pedido de recuperação extrajudicial, protocolado em 11 de março de 2026, ensejou o acionamento de cláusula de vencimento automático em uma série de contratos de empréstimos e financiamentos. Com isso, houve a decretação de um evento de inadimplemento cruzado (*cross-default*) nos instrumentos financeiros da Companhia. Conseqüentemente, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o saldo de R\$ 50.855.902 (Consolidado) em 31 de março de 2026.

De acordo com o deferimento da recuperação extrajudicial, todas obrigações pecuniárias das dívidas abrangidas, incluindo o pagamento de principal, juros e demais custos, tiveram sua exigibilidade suspensa pelo período de 180 dias, a partir da data do protocolo.

21. Imposto sobre a renda e contribuição social

21.1 Política contábil

As receitas (despesas) de imposto sobre a renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto sobre a renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto sobre a renda no Brasil é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, com acréscimo de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Ou seja, de forma composta, a Companhia está sujeita a uma alíquota teórica de impostos sobre renda equivalente a 34%.

Imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos relativos a prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em países diferentes, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. Os tributos diferidos são calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização e revisados anualmente.

As antecipações ou valores correntes, passíveis de compensação, são demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

21.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

(a) Imposto sobre a renda, contribuição social e outros tributos a pagar

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera e contribuição social no Brasil. Dessa forma, é necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para esses impostos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Em determinadas operações, a definição final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões para cobrir determinadas situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos e o resultado ou resultado abrangente no exercício em que o valor definitivo é determinado.

(b) Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. Adicionalmente, a Companhia reconhece tributos diferidos com base nas diferenças temporárias determinadas a partir da base fiscal e o valor contábil de determinados ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos que poderão ser reconhecidos, com base em um prazo razoável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de racionalização fiscais futuras.

Ao avaliar a recuperabilidade dos tributos diferidos ativos, a Companhia considera as entidades legais que possam ter incorrido em prejuízo fiscal no período corrente, com base em premissas e projeções que refletem seu plano operacional.

21.3 Reconciliação da receita (despesa) de imposto sobre a renda ("IRPJ") da contribuição social ("CSLL")

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Prejuízo antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	(24.897.717)	(4.538.612)	(20.496.247)	(3.146.250)
Imposto sobre a renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	8.465.224	1.543.128	6.968.724	1.069.725
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Subvenções governamentais	-	-	40.259	-
Não incidência do IRPJ e CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários	235.026	18.067	393.634	200.509
Tributos diferidos, líquidos não reconhecidos (1)	(3.253.781)	-	(12.716.990)	(2.237.718)
Variação cambial sobre ativos e passivos no exterior	-	-	67.428	268.471
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	-	-	(385.474)	(31.277)
Resultado de empresa no exterior	-	(20.714)	(564.762)	(183.774)
Diferença de alíquota entre lucro presumido e lucro real	-	-	(10.691)	9.160
Equivalência patrimonial	(7.720.107)	(1.281.468)	(61.753)	(69.641)
Outros	123.272	23.071	(369.232)	(56.156)
Receita (despesa) de IRPJ e CSLL	(2.150.366)	282.084	(6.638.857)	(1.030.701)
Taxa efetiva	-8,6%	6,2%	-32,4%	-32,8%

(1) Refere-se ao efeito de tributos fiscais diferidos não reconhecidos, conforme detalhado na Nota 21.7.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)****21.4 Composição – IRPJ e CSLL corrente****(a) Saldo a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
IRPJ	457.932	399.557	1.062.060	851.710
CSLL	88.657	123.458	217.166	200.929
Créditos fiscais de entidades no País	546.589	523.015	1.279.226	1.052.639
Créditos fiscais de entidades no exterior	-	-	142.113	3.315
	546.589	523.015	1.421.339	1.055.954
Ativo circulante	(72.316)	(141.634)	(787.631)	(549.434)
Ativo não circulante	474.273	381.381	633.708	506.520

(b) Saldo a pagar (circulante)

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
IRPJ	-	-	6.013	22.992
CSLL	-	-	3.147	10.017
Débitos fiscais de entidades no País	-	-	9.160	33.009
Débitos fiscais de entidades no exterior	-	-	68.399	107.561
	-	-	77.559	140.570

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026
(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

21.5 Composição – IRPJ e CSLL diferido

Ativo (passivo)	Controladora					Consolidado				
	2026			2025	2026			2025		
	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total	Total	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total	Total
Prejuízos fiscais	3.452.376	863.094	-	863.094	684.982	25.629.224	6.407.306	-	6.407.306	3.019.948
Base negativa de contribuição social	3.555.089	-	319.958	319.958	247.188	25.561.556	-	2.300.540	2.300.540	1.026.339
Perda estimada dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (1)		(863.094)	(319.958)	(1.183.052)	-		(6.407.306)	(2.300.540)	(8.707.846)	-
Diferenças temporárias:										
Remuneração e benefícios a funcionários	85.776	21.444	7.720	29.164	21.767	483.565	120.891	43.521	164.412	137.695
Passivo de arrendamento e direito de uso	14.009	3.502	1.261	4.763	4.570	1.909.671	477.418	171.870	649.288	934.955
Indébitos tributários - Selic	106.097	26.524	9.549	36.073	32.944	141.665	35.416	12.750	48.166	138.752
Pagamento baseado em ações	160.679	40.170	14.461	54.631	53.808	160.679	40.170	14.461	54.631	53.808
Provisões para demandas judiciais	124.000	31.000	11.160	42.160	28.567	2.592.315	648.079	233.308	881.387	756.776
Variações cambiais	256.912	64.228	23.122	87.350	625.312	364.500	91.125	32.805	123.930	1.073.732
Ativos biológicos	-	-	-	-	-	265.909	66.477	23.932	90.409	-
Resultado não realizado com derivativos	2.233.835	558.459	201.045	759.504	-	2.963.879	740.970	266.749	1.007.719	-
Custo de empréstimos capitalizados	-	-	-	-	11.491	-	-	-	-	-
Atualização monetária de ativo imobilizado de entidade no exterior	-	-	-	-	-	190.724	47.681	17.165	64.846	-
Provisões e outras diferenças temporárias	3.123.079	780.770	281.077	1.061.847	322.024	14.776.900	3.694.225	1.329.921	5.024.146	1.139.110
Perda estimada das diferenças temporárias (1)	(6.104.388)	(1.526.097)	(549.395)	(2.075.492)	-	(23.273.512)	(5.818.378)	(2.094.616)	(7.912.994)	-
Total ativos fiscais diferidos		-	-	-	2.032.653		144.074	51.866	195.940	8.281.115
Ágio fiscal amortizado	(866.526)	(216.632)	(77.987)	(294.619)	(319.632)	(2.923.579)	(730.895)	(263.122)	(994.017)	(867.461)
Ativos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(472.059)
Ressarcimento de ICMS	(132.015)	(33.004)	(11.881)	(44.885)	(60.992)	(186.188)	(46.547)	(16.757)	(63.304)	(83.825)
Valor justo dos estoques	(258.188)	(64.547)	(23.237)	(87.784)	(12.823)	(258.188)	(64.547)	(23.237)	(87.784)	(12.823)
Custo de empréstimos capitalizados	-	-	-	-	-	(1.129.285)	(282.321)	(101.636)	(383.957)	(284.804)
Atualização monetária de ativo imobilizado de entidade no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.483)
Efeito sobre mudanças nas taxas de depreciação do ativo imobilizado	(329.782)	(82.446)	(29.680)	(112.126)	(141.346)	(3.193.953)	(798.488)	(287.456)	(1.085.944)	(1.089.367)
Resultado não realizado com derivativos	-	-	-	-	(54.981)	-	-	-	-	(411.839)
Valor justo dos passivos financeiros	(287.541)	(71.885)	(25.879)	(97.764)	(43.014)	(1.530.179)	(382.545)	(137.716)	(520.261)	(575.882)
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	-	(16.730)	-	-	-	-	(313.945)
Valor justo na formação de joint venture	-	-	-	-	(152.848)	-	-	-	-	(152.848)
Relações contratuais com clientes	(117.176)	(29.294)	(10.546)	(39.840)	(44.222)	(118.124)	(29.531)	(10.631)	(40.162)	(44.681)
Mais valia de ativos líquidos em combinações de negócios	(144.179)	(36.045)	(12.976)	(49.021)	(41.847)	(306.721)	(76.680)	(27.605)	(104.285)	(543.631)
Ativos imobilizados, estoques e outros	(237.776)	(59.444)	(21.400)	(80.844)	(85.483)	(1.388.032)	(347.008)	(124.923)	(471.931)	(483.019)
Perda estimada das diferenças temporárias	14.009	3.502	1.261	4.763	-	3.491.412	872.853	314.227	1.187.080	-
Total passivos fiscais diferidos	(2.359.176)	(589.795)	(212.325)	(802.120)	(973.918)		(1.885.709)	(678.856)	(2.564.565)	(5.407.667)
Total de tributos diferidos		<u>(589.795)</u>	<u>(212.325)</u>	<u>(802.120)</u>	<u>1.058.735</u>		<u>(1.741.635)</u>	<u>(626.990)</u>	<u>(2.368.625)</u>	<u>2.873.448</u>
Tributos diferidos – Ativo, líquido				-	1.058.735				195.940	3.975.910
Tributos diferidos – Passivo, líquido				(802.120)	-				(2.564.565)	(1.102.462)
Total de tributos diferidos				<u>(802.120)</u>	<u>1.058.735</u>				<u>(2.368.625)</u>	<u>2.873.448</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (1) Refere-se a provisão dos tributos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias ativas e passivas que foram constituídas com base na avaliação da Companhia sobre a expectativa de lucros tributáveis futuros. Essa avaliação considerou o cenário de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional, conforme descrito na Nota 1.1. O efeito líquido dessa reavaliação resultou em redução dos ativos fiscais diferidos e aumento dos passivos fiscais diferidos, com impacto negativo no resultado do exercício findo em 31 de março de 2026 no montante de R\$ 3.253.781 (Controladora) e R\$ 12.716.990 (Consolidado), refletido nas despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos. Tais provisões poderão ser parcialmente e/ou totalmente revertidas à medida que a referida incerteza não estiver mais presente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)****21.6 Movimentação líquida dos tributos diferidos – ativo (passivo)**

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo no início do exercício	1.058.735	536.449	2.873.448	2.201.998
Combinação de negócios	-	-	(37.316)	(31.121)
Reestruturação societária (1)	-	-	(26.386)	-
(Débito) Crédito no resultado	(1.847.177)	553.567	(5.305.197)	834.082
Tributos diferidos sobre outros resultados abrangentes	20.885	3.879	(293.524)	19.600
Transferências (2)	-	-	313.919	-
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para pagamento de débitos fiscais	(24.030)	(1.284)	(24.030)	(15.212)
Desreconhecimento por perda de controle acionário	-	-	-	35.225
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	(10.533)	(33.876)	130.461	(171.124)
Saldo no final do exercício	(802.120)	1.058.735	(2.368.625)	2.873.448

21.7 Tributos diferidos não constituídos

Em 31 de março de 2026, o saldo de tributos fiscais diferidos não reconhecidos refere-se a prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias ativas e passivas, totalizando R\$ 3.253.781 (Controladora) e R\$ 17.480.967 (Consolidado). Em 31 de março de 2025, esses montantes eram de R\$ 0 (Controladora) e R\$ 4.763.977 (Consolidado), respectivamente:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado			
	2026		2025	
	Base de prejuízo fiscal e diferenças temporárias	Tributo diferido não reconhecido	Base de prejuízo fiscal e diferenças temporárias	Tributo diferido não reconhecido
Raízen S.A. (Controladora)	(9.569.945)	3.253.781	-	-
Raízen Energia S.A.	(24.712.494)	8.402.248	(8.219.981)	2.794.794
Raízen Centro-Sul Paulista S.A.	(7.442.979)	2.530.613	(2.829.444)	962.011
Raízen Centro-Sul S.A.	(4.123.615)	1.402.029	(2.094.121)	712.001
Blueway Trading Importação e Exportação S.A.	(809.239)	275.141	-	-
Raízen Caarapó Ltda.	(614.619)	208.970	-	-
Petróleo Sabbá S.A.	(744.507)	253.132	-	-
Raízen GD Ltda.	(707.298)	240.481	-	-
RZ Agrícola Caarapó Ltda.	(670.880)	228.099	-	-
Raízen Biomassa S.A.	(531.677)	180.770	(451.277)	153.434
Bioenergia Barra Ltda.	(308.262)	104.809	-	-
Raízen-Geo Biogás Costa Pinto Ltda.	(415.844)	141.387	(99.176)	33.720
Raízen-Geo Biogás S.A.	(292.710)	99.521	(127.273)	43.273
Payly Instituição de Pagamento S.A.	(141.982)	48.274	(124.832)	42.443
Raízen Mime Combustíveis S.A.	(128.606)	43.726	-	-
Raízen Power Comercializadora de Energia Ltda.	(117.671)	40.008	-	-
Dunamis SPE S.A.	-	-	(39.404)	13.397
Raízen Serviços e Participações S.A.	(34.800)	11.832	(13.852)	4.710
Bioenergia Caarapó Ltda.	(21.291)	7.239	-	-
Centroeste Distribuição de Derivados de Petróleo S.A.	(20.047)	6.816	-	-
Sabor Raiz Alimentação S.A.	-	-	(12.334)	4.194
Bioenergia Tarumã Ltda.	(3.232)	1.099	-	-
Benálcool Açúcar e Álcool Ltda.	(2.918)	992	-	-
	(51.414.616)	17.480.967	(14.011.694)	4.763.977

21.8 Posições fiscais incertas

Companhia mantém discussões de natureza administrativa e judicial com as autoridades fiscais no Brasil relacionadas a determinadas interpretações e posições adotadas na apuração do IRPJ e da CSLL. A determinação final dessas questões é incerta e pode ser influenciada por fatores alheios à Companhia, tais como alterações na jurisprudência e modificações na legislação tributária.

Em conformidade com o ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia, para cada posição fiscal incerta, se é provável que a autoridade fiscal venha a aceitar o tratamento adotado ou planejado na apuração dos tributos.

Somente nos casos em que a Companhia conclui não ser provável a aceitação do tratamento fiscal pela autoridade competente é que são reconhecidos os efeitos da incerteza, com base no melhor método de previsão da resolução da questão — seja pelo valor mais provável ou pelo valor esperado.

As posições fiscais adotadas pela Companhia são respaldadas por pareceres de consultores jurídicos especializados. A Companhia está sujeita à revisão das autoridades fiscais quanto ao imposto de renda por um decadencial de até dez anos, dependendo da jurisdição em que opera.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Em 31 de março de 2026, o montante total dos valores em discussão com as autoridades fiscais referente a essas questões, em que é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, era de R\$ 1.566.034 na Controladora (R\$ 1.700.267 em 31 de março de 2025) e R\$ 3.579.538 no Consolidado (R\$ 3.978.824 em 31 de março de 2025).

Em relação as discussões tributárias, a Companhia possui autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e ações judiciais relativos à: (a) glosa de amortização de despesas de ágio fundado em rentabilidade futura decorrente de operações societárias; e (b) e cobrança de IRPJ/CSLL decorrente de incongruências entre as declarações apresentadas.

22. Adiantamentos de clientes**22.1 Política contábil**

A Companhia possui pagamentos antecipados pela venda futura de seus principais produtos, registrados no passivo.

22.2 Composição

Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia possui pagamentos de clientes antecipados pela venda futura de seus principais produtos a clientes nacionais e no exterior:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
No País (moeda nacional)	63.620	320.653	129.163	814.391
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	-	-	488.827	6.847.041
	63.620	320.653	617.990	7.661.432
Circulante	(63.620)	(320.653)	(617.990)	(3.684.267)
Não circulante	-	-	-	3.977.165

Os encargos relacionados aos adiantamentos de clientes estão reconhecidos no Resultado financeiro (Nota 32).

23. Outras obrigações**23.1 Política contábil**

Corresponde, substancialmente, às obrigações a pagar por bens ou serviços e outros passivos financeiros que foram adquiridos e/ou contratados no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. Passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico e, tratando de moeda estrangeira, deverão ser convertidos utilizando-se a taxa de câmbio da data da transação que resultou em seu reconhecimento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

23.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Antecipação de receitas futuras de etanol (a)	-	-	3.786.512	-
Passivo para cobertura de margem (b)	-	194.006	9.002	1.338.364
Passivo financeiro com clientes (c)	-	-	953.516	1.211.770
Bonificações a pagar para clientes (d)	418.365	429.657	552.122	550.941
Contas e despesas a pagar (e)	297.723	520.374	1.462.282	1.209.792
Contas a pagar pelo direito de uso na marca	58.399	59.269	58.399	59.269
Passivo financeiro - FIAGRO (f)	-	-	-	313.115
Incentivos a pagar à funcionários	39.485	41.854	201.820	252.684
Provisão para aposentadoria de CBIOs (g)	46.616	101.210	57.605	122.873
Receitas diferidas	1.040	228.363	249.004	325.972
Outros	5.293	1.348	419.955	316.565
	866.921	1.576.081	7.750.217	5.701.345
No País (moeda nacional)	866.921	1.576.081	4.220.971	4.776.047
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	-	-	3.529.246	925.298
	866.921	1.576.081	7.750.217	5.701.345
Circulante	(438.471)	(1.018.640)	(6.213.646)	(3.453.533)
Não circulante	428.450	557.441	1.536.571	2.247.812

(a) Antecipação de receitas futuras de etanol

Em 28 de fevereiro de 2024, a controlada indireta Raízen Trading S.A., por meio de duas entidades de propósito específico (SPEs), celebrou operação de antecipação de receitas futuras vinculadas a contratos de fornecimento de etanol de primeira e segunda geração, de curto e longo prazo, no valor de US\$ 617.000 mil, mediante emissão privada de *senior notes* por meio das referidas SPEs.

A amortização ocorrerá ao longo do período contratual, a partir dos recursos econômicos provenientes do fluxo comercial de entrega dos volumes acordados de etanol, a serem realizados pela Raízen até o ano de 2034, conforme detalhado abaixo:

Exercícios:	Volume (m³)
2026	62.853
2027	125.027
2028	170.098
2029	271.058
2030	356.799
Após 2030	<u>1.446.513</u>
Total	<u>2.432.348</u>

Desde o início da operação, foram entregues 259.783 m³ de etanol.

Os custos financeiros associados à antecipação de receitas futuras são apropriados ao resultado como despesas financeiras a título de "Encargos sobre outros passivos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

financeiros" (Nota 32). No exercício findo em 31 de março de 2026, estes custos correspondem ao montante de R\$ 236.585, calculados à taxa de anual de 7,23%.

O compromisso possui cláusulas de vencimento antecipado que requer a manutenção de classificação de crédito mínima por, ao menos, duas agências de rating, além da adimplência da Companhia e de suas controladas relevantes.

Como consequência do descumprimento dessa cláusula (com vencimento não automático), a Companhia reclassificou, em 31 de março de 2026, o montante de US\$ 617.000 mil para o passivo circulante. Considerando que até essa data, não foi obtida dispensa ("Waiver"), e diante de eventual liquidação antecipada da estrutura, a Companhia reconheceu o prêmio montante de US\$104.647 mil, calculado com base na taxa de referência acrescida de spread contratual.

Em decorrência de modificações contratuais ocorridas em 1º de julho de 2025, durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia reclassificou o montante anteriormente registrado como adiantamento de clientes para a rubrica "Outras obrigações", passando a tratá-lo como um item monetário, sujeito ao gerenciamento de risco de fluxo denominado em dólares norte-americanos.

A relação da Companhia com as principais agências de rating locais e internacionais está apresentada na Nota 4.13.

(b) Passivo para cobertura de margem

Refere-se a recursos aportados por determinadas corretoras para cobertura de margem em operações com derivativos.

(c) Passivo financeiro com clientes

Refere-se, principalmente, à antecipação de contratos de venda de energia, firmados com comercializadores nacionais, a serem executados em até 7 anos, cujos contratos em aberto em 31 de março de 2026 serão atualizados por uma taxa média anual de 8,61%. Os custos decorrentes dessas antecipações são reconhecidos como despesas financeiras ao longo da vigência contratual. Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, os juros relacionados ao referido passivo financeiro totalizaram R\$ 125.077.

(d) Bonificações a pagar para clientes

Bonificações concedidas a clientes da Raízen que estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento de combustíveis para revendedores.

(e) Contas e despesas a pagar

Refere-se, substancialmente, a obrigações com terceiros na aquisição de serviços tais como consultorias, fretes secundários, despesas comerciais e administrativas que são pagas, geralmente, em 90 dias em média.

(f) Passivo financeiro - FIAGRO

Referem-se a obrigações a pagar decorrentes da participação da Companhia como cotista subordinado no FIAGRO, conforme descrito na Nota 6.1.

(g) Provisão para aposentadoria de CBIOS

A meta compulsória de aposentadoria de CBIOS estabelecida pela ANP para o período de janeiro a dezembro de 2026 é de 6.758 mil e 8.342 mil, controladora e consolidado, respectivamente. Em 31 de março de 2026, o montante provisionado corresponde a 1.599 e 1.974 CBIOS, controladora e consolidado, respectivamente.

24. Demandas judiciais e depósitos judiciais

24.1 Política contábil

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão.

Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis até a data da divulgação. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

24.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

24.3 Composição das demandas judiciais consideradas como perda provável

No processo de formação da Raízen no ano de 2011, foi acordado que as acionistas Shell e Cosan deverão reembolsar à Raízen e suas controladas o montante das demandas judiciais com data base anterior à de sua formação. Em 31 de março de 2026 e 2025, os saldos das referidas demandas a serem reembolsadas e as demandas não reembolsáveis, estão descritos abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Tributárias	214.645	254.999	490.211	420.730
Cíveis	139.249	96.117	385.972	362.753
Trabalhistas	33.230	30.586	731.305	666.087
Ambientais	18.808	23.452	81.144	83.861
	405.932	405.154	1.688.632	1.533.431
Demandas judiciais não reembolsáveis	124.001	84.018	1.218.872	988.014
Demandas judiciais reembolsáveis	281.931	321.136	469.760	545.417
	405.932	405.154	1.688.632	1.533.431

Ainda no processo de formação da Raízen no ano de 2011, foi acordado que a Companhia e suas controladas deverão restituir às acionistas Shell e Cosan, o montante dos depósitos judiciais realizados com data base antes da formação da Raízen. Em 31 de março de 2026 e 2025, os saldos dos depósitos restituíveis e dos depósitos não restituíveis, estão descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Tributárias	36.747	44.978	812.709	751.926
Cíveis	8.510	8.393	49.209	39.917
Trabalhistas	4.499	4.537	115.842	107.259
	49.756	57.908	977.760	899.102
Depósitos judiciais próprios	35.662	43.151	648.442	551.194
Depósitos judiciais restituíveis	14.094	14.757	329.318	347.908
	49.756	57.908	977.760	899.102

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

24.4 Movimentação

	Controladora				Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	
Em 31 de março de 2025	254.999	96.117	30.586	23.452	405.154
Não reembolsáveis	17.520	43.132	21.378	1.988	84.018
Reembolsáveis	237.479	52.985	9.208	21.464	321.136
Provisionado no exercício (1)	94.350	30.693	7.653	2.612	135.308
Baixas e reversões (1)	(142.058)	(9.297)	(5.542)	(5.467)	(162.364)
Pagamentos	(4.840)	(7.867)	(4.559)	(1.917)	(19.183)
Atualização monetária	12.194	29.603	5.092	128	47.017
Em 31 de março de 2026	214.645	139.249	33.230	18.808	405.932
Não reembolsáveis	20.323	76.832	24.762	2.084	124.001
Reembolsáveis (2)	194.322	62.417	8.468	16.724	281.931

	Consolidado				Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	
Em 31 de março de 2025	420.730	362.753	666.087	83.861	1.533.431
Não reembolsáveis	97.365	238.980	608.812	42.857	988.014
Reembolsáveis	323.365	123.773	57.275	41.004	545.417
Provisionado no exercício (1)	229.086	68.961	297.155	18.890	614.092
Baixas e reversões (1)	(253.902)	(82.594)	(187.882)	(20.449)	(544.827)
Pagamentos	(17.032)	(28.491)	(197.486)	(5.542)	(248.551)
Atualizações monetárias e cambiais	112.149	70.585	160.773	6.317	349.824
Efeito de encerramento de parceria societária	-	-	667	-	667
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	(820)	(5.242)	(8.009)	(1.933)	(16.004)
Em 31 de março de 2026	490.211	385.972	731.305	81.144	1.688.632
Não reembolsáveis	223.460	253.902	693.463	48.047	1.218.872
Reembolsáveis (2)	266.751	132.070	37.842	33.097	469.760

- (1) As provisões e reversões de demandas judiciais não reembolsáveis são reconhecidas no resultado operacional do período, exceto pelas reversões de atualização monetária, reconhecidas no "Resultado financeiro".
- (2) As movimentações das demandas judiciais reembolsáveis não têm e nunca terão efeitos no resultado, em função do direito de reembolso pelas acionistas Shell e Cosan à Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

24.5 Demandas judiciais tributárias de perda provável

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
ICMS	89.016	80.405	164.976	107.754
IPI	57.386	97.682	101.382	178.975
PIS e COFINS	10.390	20.543	10.668	24.293
Outros	17.033	17.619	155.442	64.823
	214.645	254.999	490.211	420.730
Demandas judiciais não reembolsáveis	20.323	17.520	223.460	97.365
Demandas judiciais reembolsáveis	194.322	237.479	266.751	323.365
	214.645	254.999	490.211	420.730

24.6 Demandas judiciais cíveis, trabalhistas e ambientais de perda provável

A Raízen é parte em ações cíveis referentes a indenização por danos materiais e morais, disputas contratuais, discussões imobiliárias e de recuperação de créditos, dentre outros.

A Raízen é ainda parte em ações trabalhistas movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços que questionam, entre outros, o pagamento de horas extras, adicional noturno, periculosidade e insalubridade, reintegração de emprego, devolução de descontos efetuados em folha de pagamento tais como, contribuição confederativa e imposto sindical.

As principais demandas ambientais estão relacionadas a trabalhos de remediação ambiental a serem realizados em postos de abastecimento, bases de distribuição e aeroportos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

24.7 Demandas judiciais consideradas como perda possível e, por consequência, sem provisão para demandas judiciais**24.7.1 Demandas judiciais tributárias de perda possível**

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
ICMS (a) (1)	2.393.859	2.276.498	6.228.584	8.544.620
PIS e COFINS (b)	8.064.657	8.004.168	12.330.329	11.905.023
Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS") (c)	-	-	237.493	244.990
Imposto sobre Serviços ("ISS") (d)	449.599	352.838	449.599	352.838
Compensações com crédito de IPI – IN nº 67/1998 (e)	-	-	152.404	148.158
Medida Provisória nº 470/2009 – parcelamento de débitos (f)	-	-	284.520	265.253
IPI (g)	121.268	62.375	219.996	232.527
Outros (2)	500.875	486.677	1.530.215	2.192.094
	11.530.258	11.182.556	21.433.140	23.885.503
Demandas judiciais não reembolsáveis	8.761.664	8.351.583	16.446.869	18.796.064
Demandas judiciais reembolsáveis	2.768.594	2.830.973	4.986.271	5.089.439
	11.530.258	11.182.556	21.433.140	23.885.503

(1) Refere-se a autos de infração e execuções fiscais em discussão administrativa e/ou judicial, envolvendo principalmente suposto creditamento indevido de ICMS, ausência de estorno de créditos e alegada falta de recolhimento do imposto, inclusive em operações de exportação.

(2) Refere-se a demandas fiscais diversas em discussão administrativa e/ou judicial, envolvendo tributos municipais, federais, taxas e multas.

(a) ICMS

Refere-se, substancialmente, à: (i) parte relativa à multa do auto de infração lavrado em virtude de suposta ausência de recolhimento de ICMS e descumprimento de obrigação acessória, em operação de parceria agrícola e de industrialização por encomenda, no período de maio de 2005 a março de 2006 e maio de 2006 a março de 2007; (ii) ICMS incidente nas saídas de açúcar cristalizado destinado à exportação, que segundo entendimento do agente fiscal, tal produto enquadra-se como mercadoria semielaborada o que, de acordo com o regulamento do ICMS, seria passível de tributação; (iii) ICMS incidente sobre supostas divergências de estoque de açúcar e etanol, derivadas do cotejo entre os arquivos fiscais magnéticos e Livros de Registro de Inventário; (iv) autos de infração relativos à cobrança de diferencial de alíquota de ICMS decorrente de vendas de etanol destinadas a empresas situadas em outros Estados da Federação, as quais, supervenientemente, tiveram suas inscrições estaduais cassadas; (v) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos de óleo diesel utilizado no processo produtivo agroindustrial, sendo a defesa apresentada por ser esse essencial as atividades da empresa com base no artigo 155§2º, I da Constituição Federal e LC 87/96; (vi) não realização de estorno de créditos de ICMS e ICMS -ST; (vii) não realização de estorno integral dos créditos de substituição tributária de ICMS ("ICMS-ST"); (viii) descumprimento de obrigações acessórias;

(b) PIS, COFINS e IOF

As principais demandas referem-se substancialmente à despachos decisórios da Receita Federal do Brasil ("RFB"), de novembro de 2013, que tratam da glosa de créditos de PIS e

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

COFINS não cumulativos, decorrentes de bens e serviços adquiridos no mercado interno e compensados com IRRF, IRPJ e CSLL. Em razão dos créditos glosados estarem vinculados a bens e serviços utilizados na cadeia produtiva da Companhia, a glosa é totalmente indevida e ilegal com base na legislação vigente (Lei 10.637/02 e Lei 10.833/03).

(c) INSS

As demandas judiciais possíveis relacionadas ao INSS envolvem, essencialmente: (i) a exigência de contribuição a título do SENAR em operações de exportação direta e indireta, em que a RFB entende não haver direito à imunidade constitucional; e, (ii) exigência de recolhimento de contribuição previdenciária sobre revenda de mercadorias no mercado interno e para terceiros, que não entram no cômputo da base de cálculo da contribuição previdenciária, a qual incide apenas sobre a receita bruta decorrente da produção efetiva do estabelecimento e não de mercadorias adquiridas.

(d) ISS

Refere-se a falta de retenção ou recolhimento sobre serviços tomados em diversos períodos.

(e) Compensações com crédito de IPI – IN 67/98

A Instrução Normativa SRF nº 67/98 trouxe a possibilidade da restituição dos valores de IPI, recolhidos no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997, sobre o açúcar refinado do tipo amorfo. Diante disso, a controlada RESA, para os períodos que havia efetuado o recolhimento, pleiteou a compensação desses valores com outros tributos devidos. No entanto, os pedidos de restituição, bem como de compensação, foram indeferidos pela RFB. Assim, a controlada RESA impugnou administrativamente o indeferimento.

Após notificação para pagamento dos débitos objetos de compensação, tendo em vista as alterações introduzidas pela IN SRF nº 210/02, a controlada RESA impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar para suspender a exigibilidade dos tributos compensados, objetivando, dessa forma, impedir que a Administração Pública pudesse executar os débitos. A liminar foi deferida pelo juízo competente.

(f) Medida Provisória nº 470/2009 – parcelamento de débitos

A RFB indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela controlada RESA, sob o argumento de que o prejuízo fiscal oferecido não é suficiente para quitação dos respectivos débitos. A controlada RESA e seus assessores jurídicos entendem que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.

(g) IPI

Exigência fiscal sobre vendas de açúcar sujeitas a alíquota zero, em razão de possuírem grau de polarização superior a 99,5º ou sem incidência de IPI, nos termos da Instrução Normativa nº 67/98. Tal norma foi levada a efeito nos respectivos processos movidos pela RFB, cuja probabilidade de perda está classificada como possível, de acordo com a avaliação dos consultores jurídicos da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)****24.7.2 Demandas judiciais cíveis, trabalhistas e ambientais de perda possível**

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Cíveis	505.067	728.945	1.760.455	2.013.515
Trabalhistas	31.826	19.500	448.701	383.266
Ambientais	15.699	12.109	353.876	236.555
	552.592	760.554	2.563.032	2.633.336
Demandas judiciais não reembolsáveis	118.458	113.656	1.371.770	1.313.307
Demandas judiciais reembolsáveis	434.134	646.898	1.191.262	1.320.029
	552.592	760.554	2.563.032	2.633.336

25. Compromissos (Consolidado)

A Companhia possui contratos de compra de combustíveis com terceiros, com a finalidade de garantir parte de suas comercializações futuras, bem como contratos de serviços de transporte ferroviário com a finalidade de transportar combustíveis entre as bases de abastecimento até os postos revendedores, cujo montante a ser pago é determinado de acordo com o preço acordado contratualmente.

A Raízen possui contratos de serviços de armazenagens de combustíveis com terceiros, conforme objetivos de logística e estocagem dos combustíveis em determinadas regiões.

Através da RESA e suas controladas, a Raízen possui compromissos de compras de cana-de-açúcar, combustíveis, serviços de armazenagem e transporte e elevação de açúcar.

Os compromissos de compra de cana-de-açúcar de terceiros têm a finalidade de garantir parte de sua produção nas safras seguintes. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida foi calculada com base na estimativa da quantidade a ser moída por área, baseada na expectativa de produtividade das mesmas onde os canaviais estão localizados. O montante a ser pago pela RESA e suas controladas é determinado no final de cada ano safra, de acordo com o preço publicado pelo CONSECANA.

A Raízen possui contratos com o Grupo Rumo, controlado pela acionista Cosan, referente aos serviços de transporte e elevação de açúcar para exportação.

Em 31 de março de 2026, os volumes relacionados aos compromissos de compra e dos contratos de serviços por safra, são como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Exercícios	Cana-de-açúcar (em toneladas)	Combustível (em metros cúbicos)	Transportes (em metros cúbicos)	Armazenagem (em metros cúbicos)	Transporte e elevação de açúcar (em toneladas)
2027	44.356.117	4.808.026	3.782.381	8.190.842	7.348.152
2028	31.120.995	177.952	1.659.309	5.621.386	-
2029	21.790.183	-	1.661.309	3.112.489	-
2030	13.613.964	-	607.000	1.451.554	-
Após 2030	18.094.552	-	500.000	6.141.998	-
Volume total contratado	128.975.811	4.985.978	8.209.999	24.518.269	7.348.152
Pagamento total estimado (valor nominal)	18.637.400	17.178.735	416.220	1.837.942	409.262

26. Patrimônio líquido**26.1 Capital social e reservas de capital****(a) Política contábil**

O capital social da Companhia está representado por ações ordinárias e preferenciais. Os gastos incrementais atribuíveis diretamente à emissão de ações, quando ocorridos, são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, líquido de efeitos tributários.

As ações ON têm pleno direito de voto enquanto as ações PN têm direito de voto restrito em relação a determinadas matérias previstas no Estatuto social da Companhia. Somente as ações ON possuem direitos de conversibilidade, onde cada uma desta ação poderá ser convertida por decisão de seu titular em ação preferencial na proporção de 1:1, sujeitos aos limites estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações ("LSA").

(b) Composição

Em 31 de março de 2026 e 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.859.670 e está representado como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	2026				2026	
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Shell	4.496.786.292	50,00%	60.810.825	4,47%	4.557.597.117	44,02%
Cosan	4.496.786.292	50,00%	60.810.825	4,47%	4.557.597.117	44,02%
Ações em tesouraria	-	-	9.393.603	0,69%	9.393.603	0,09%
Free float e outros	-	-	1.227.921.647	90,37%	1.227.921.647	11,87%
Total de ações (escriturais e sem valor nominal)	8.993.572.584	100,00%	1.358.936.900	100,00%	10.352.509.484	100,00%
	2025				2025	
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Shell	4.496.786.292	50,00%	60.810.825	4,47%	4.557.597.117	44,02%
Cosan	4.496.786.292	50,00%	60.810.825	4,47%	4.557.597.117	44,02%
Ações em tesouraria	-	-	18.263.674	1,34%	18.263.674	0,18%
Free float e outros	-	-	1.219.051.576	89,72%	1.219.051.576	11,78%
Total de ações (escriturais e sem valor nominal)	8.993.572.584	100,00%	1.358.936.900	100,00%	10.352.509.484	100,00%

(c) Aumentos de capital por acionistas não controladores

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a controlada indireta RGD Bioenergia S.A. recebeu aporte de capital de seus acionistas não controladores, em moeda corrente nacional, no montante de R\$ 9.362, mediante a compensação dos saldos de partes relacionadas, de acordo com suas participações acionárias.

No exercício findo em 31 de março de 2025, as controladas indiretas CGB Alagoas Energia S.A., RGD Bioenergia S.A. e CGS Alagoas Energia Ltda. receberam aportes de capital de seus acionistas não controladores, em moeda corrente nacional, nos montantes de R\$ 1.379, R\$ 576 e R\$ 450, respectivamente, de acordo com suas participações acionárias.

(d) Reservas de capital

No exercício findo em 31 de março de 2026, foi outorgada ao acionista não controlador da controlada indireta Raízen Biomassa opção de venda de 4.965.760 ações, a serem adquiridas pela controlada RESA mediante pagamento integral no prazo de até 12 meses a contar do eventual aviso de exercício. Em atendimento ao CPC 39/IAS 32, foi reconhecido um passivo de R\$ 64.000 na rubrica "Outras obrigações", em contrapartida ao patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores. Até a data destas demonstrações financeiras, a opção não havia sido exercida.

26.2 Destinação do resultado e remuneração aos acionistas**(a) Política contábil**

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio ("JCP").

As ações ON e as PN dão direito ao recebimento de dividendos mínimos obrigatórios na mesma base, correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado da Companhia de acordo com seu Estatuto social e LSA. As referidas ações têm direito ao reembolso com base no preço da ação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

O JCP é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício, na forma prevista no Estatuto social, contabilizado no resultado, conforme requerido pela legislação fiscal, e revertido contra lucros acumulados (exercício atual) e/ou reservas de lucros (exercícios anteriores), no patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos, resultando em um crédito tributário reconhecido no resultado do exercício.

Sobre o JCP, incide a retenção de Imposto sobre a renda retido na fonte ("IRRF") de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na legislação vigente.

A remuneração aos acionistas é classificada como fluxo de caixa das atividades de financiamento, quando efetivamente pagas.

(b) Destinação do resultado e remuneração aos acionistas

De acordo com o Estatuto social da Companhia e a LSA, a destinação do resultado para o exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025, foram determinados da seguinte forma:

Dividendo mínimo obrigatório (1)	2026	2025
Prejuízo do exercício	<u>(27.048.083)</u>	<u>(4.256.528)</u>
(-) Absorção de prejuízo com reservas	<u>7.197.972</u>	<u>4.256.528</u>

- (1) Para o exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025, não houve dividendos mínimos obrigatórios em função do prejuízo apurado pela Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia, por meio de sua controlada indireta Raízen Power, concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da Tâmara, sociedade sobre a qual já exercia controle indireto por intermédio de sua subsidiária Dunamis, pelo valor total de R\$ 4.604.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)****(c) Movimentação dos dividendos e JCP**

	Controladora					
	2026			2025		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Saldo no início do exercício	4	19	23	103.492	19	103.511
Pagamentos	-	-	-	(103.488)	-	(103.488)
Saldo no final do exercício	4	19	23	4	19	23
	Consolidado					
	2026			2025		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Saldo no início do exercício	16.324	19	16.343	129.885	19	129.904
Dividendos de exercícios anteriores	15.492	-	15.492	42.535	-	42.535
Dividendos do exercício	5.062	-	5.062	21.070	-	21.070
Pagamentos	(17.093)	-	(17.093)	(173.973)	-	(173.973)
Outros	(225)	-	(225)	(3.193)	-	(3.193)
Saldo no final do exercício	19.560	19	19.579	16.324	19	16.343

Não houve dividendos e/ou JCP distribuídos e/ou pagos pela Companhia durante o exercício findo em 31 de março de 2026.

26.3 Ajustes de avaliação patrimonial**(a) Resultado com instrumentos financeiros designados como hedge accounting**

Refere-se a variações do valor justo dos instrumentos financeiros decorrentes de *hedge* de fluxos de caixa das receitas de exportação de seus produtos e das importações de combustíveis.

(b) Resultado com hedge de investimento líquido no exterior

Refere-se a parcela efetiva com as diferenças de câmbio de *hedge* de investimentos líquidos da Companhia em entidade no exterior.

(c) Ganho (perda) atuarial

Decorre de ganhos e perdas de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, sobre o plano de suplementação de aposentadoria, plano de pensão e saúde das controladas Raízen Argentina e Blueway (Nota 33). Esse componente é reconhecido em outros resultados abrangentes e nunca será reclassificado para o resultado em exercícios subsequentes.

(d) Efeito de conversão de moeda estrangeira

Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de investidas com moeda funcional diferente ao da Controladora.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

(a) Movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial

	2025	Resultado abrangente consolidado	2026
Ganho atuarial em plano de benefícios definidos, líquido	21	10.331	10.352
Resultado com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	2.393.256	573.614	2.966.870
Resultado com <i>hedge</i> de investimento líquido em entidade no exterior	(45.741)	-	(45.741)
Efeito de conversão de moeda estrangeira	1.053.755	157.344	1.211.099
	3.401.291	741.289	4.142.580
Atribuído aos acionistas controladores	3.401.253	741.289	4.142.542
Atribuído aos acionistas não controladores	38	-	38

	2024	Resultado abrangente consolidado	2025
Ganho (perda) atuarial em plano de benefícios definidos, líquido	(7.562)	7.583	21
Resultado com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	2.438.628	(45.372)	2.393.256
Resultado com <i>hedge</i> de investimento líquido em entidade no exterior	(45.741)	-	(45.741)
Efeito de conversão de moeda estrangeira	579.821	473.934	1.053.755
	2.965.146	436.145	3.401.291
Atribuído aos acionistas controladores	3.006.397	394.856	3.401.253
Atribuído aos acionistas não controladores	(41.251)	41.289	38

26.4 Reservas de lucros

(a) Reserva de incentivos fiscais

Órgão	Benefício fiscal	2026	Saldo 2025
Governo Federal	Venda de diesel (1)	-	80.455
Goiás	Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (2)	-	212.564
Mato Grosso de Sul	Termo de acordo nº 331/2008 (3)	-	114.666
Estados da Federação	Crédito de ICMS outorgado - EC nº 123/2022 (4)	-	194.569
		-	602.254
	Efeito próprio da Controladora	-	123.192
	Efeito reflexo de controladas	-	479.062
	Utilização para absorção de prejuízo (5)	-	(602.254)

(1) Refere-se a subvenção a comercialização do óleo diesel a receber da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitos os produtores e os importadores de óleo diesel, nos termos de determinados decretos e medidas provisórias, que foram convertidos na Lei nº 13.723, de 4 de outubro de 2018.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (2) Refere-se ao programa de incentivo estadual denominado "Produzir" junto ao Estado de Goiás, na forma de financiamento de parte do pagamento do ICMS.
- (3) Refere-se ao benefício fiscal nas operações de industrialização de açúcar naquele Estado, equivalente a 67% do saldo devedor do ICMS e ao crédito presumido do etanol.
- (4) Refere-se a benefício concedido pelos Estados vinculados ao Convênio de ICMS nº 116/2023 e a EC nº 123/2023 atribuindo crédito outorgado (ou crédito presumido), usado na escrituração dos contribuintes para compensação de débitos de ICMS em sua apuração ordinária, decorrente das operações de produção e comercialização de etanol hidratado.
- (5) Em 31 de março de 2025, a reserva de incentivos fiscais foi totalmente utilizada pela Companhia para absorção do prejuízo do exercício.

(b) Reserva legal

Em 31 de março de 2026, conforme estabelecido na LSA, a Companhia não destinou 5% do lucro líquido apurado para a rubrica "Reserva legal", devido ao fato de apresentar prejuízos no exercício. Em 31 de março de 2025, a reserva legal foi totalmente utilizada para absorção do prejuízo acumulado apurado pela Companhia.

(c) Reserva para retenção de lucros

Refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações para a constituição da reserva legal e provisionamento dos dividendos mínimos obrigatórios, que foi apropriado à rubrica "Reserva para retenção de lucros" até que sua destinação definitiva seja aprovada na Assembleia Geral Ordinária. O Estatuto social da Companhia prevê que até 80% do lucro do exercício pode ser destinado para essa reserva, para suas operações e novos investimentos e projetos, não podendo exceder o percentual de 80% do capital social.

Em 31 de março de 2025, a reserva para retenção de lucros foi totalmente utilizada pela Companhia para absorção do prejuízo do exercício.

26.5 Ações em tesouraria

(a) Política contábil

Ações em tesouraria representam as ações que são recompradas pela Raízen, reconhecidas ao custo de aquisição e deduzidas do patrimônio, e estão disponíveis para fins específicos e limitados. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital, no patrimônio líquido.

(b) Movimentação

A movimentação das ações em tesouraria, durante o exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025, está demonstrada abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	2026			2025		
	Quantidade	Custo médio por ação	Valor	Quantidade	Custo médio por ação	Valor
Saldo no início do exercício	18.263.674	5,63	102.806	26.394.646	5,63	148.575
Exercício de pagamento baseado em ações (Nota 28)	(8.870.071)	5,63	(49.930)	(8.130.972)	5,63	(45.769)
Saldo no final do exercício	9.393.603	5,63	52.876	18.263.674	5,63	102.806

Em 31 de março de 2026 e 2025, o valor de mercado unitário das ações da Companhia é de R\$ 0,51 e R\$ 1,85, respectivamente.

Não há programas de recompra de ações próprias da Companhia vigentes em 31 de março de 2026.

26.6 Participação dos acionistas não controladores

No exercício findo em 31 de março de 2026, foram reconhecidos efeitos negativos no patrimônio líquido atribuível aos não controladores no montante de R\$ 30.839, decorrentes de operações de alienação e aquisição de participações societárias, conforme detalhado abaixo:

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, o acionista não controlador detentor de 49% de participação na Raízen Gera Desenvolvedora S.A. deixou de integrar o quadro societário da Companhia, em decorrência do processo de reciclagem do portfólio de negócios (Nota 1.2.a.). Como resultado dessa transação, foi reconhecido um efeito negativo de R\$ 35.873 na rubrica de participação de não controladores.

Em 1º de fevereiro de 2026, em decorrência do processo de encerramento da parceria do Grupo Nós, foi reconhecido o montante de R\$ 5.044 referente à participação de não controladores dos investimentos recebidos no acervo líquido da transação.

27. Prejuízo por ação**27.1 Política contábil**

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações (ordinárias e preferenciais) em circulação durante o exercício.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando o lucro (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais, contratos capazes de resultar na emissão de ações e/ou ações restritas dentro dos planos de pagamento baseado em ações).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)****27.2 Determinação do prejuízo por ação****(a) Básico**

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Numerador		
Prejuízo do exercício	(27.048.083)	(4.256.528)
Denominador		
Média ponderada do número de ações em circulação (em milhares)	10.340.380	10.332.018
Prejuízo básico por ação (R\$ por ação ON e PN)	<u>(2,61577)</u>	<u>(0,41197)</u>

(b) Diluído

	<u>2026 (1)</u>	<u>2025 (1)</u>
Numerador		
Prejuízo do exercício	(27.048.083)	(4.256.528)
Denominador		
Média ponderada do número de ações em circulação (em milhares)	10.340.380	10.332.018
Prejuízo diluído por ação (R\$ por ação ON e PN)	<u>(2,61577)</u>	<u>(0,41197)</u>

(1) Em função do prejuízo apresentado no exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025, instrumentos potencialmente conversíveis não foram considerados na média ponderada do número de ações em circulação para determinação do prejuízo diluído por ação pois teriam efeito antidiluidor nos referidos exercícios.

28. Pagamento baseado em ações**28.1 Política contábil**

O pagamento baseado em ações e liquidado em ações é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados e reconhecidos, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo correspondente são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

28.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A Administração exerce julgamentos na determinação de premissas utilizadas na mensuração e reconhecimento do valor justo dos benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga e na determinação dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas.

28.3 Planos pactuados

A Companhia oferece plano de ações restritas condicionadas à (i) não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Companhia (prazo de *vesting*); e, (ii) atingimento de condições de performance.

Em 31 de março de 2026 e 2025, a Raízen possui vigentes os seguintes programas de pagamento baseado em ações e suas condições de aquisição de direito:

(a) Performance share unit – (“PSU”)

O valor justo do programa condicionado a performance foi determinado com base no método Monte Carlo (“MMC”) considerando as condições de mercado. Os direitos de aquisição estão abaixo demonstrados:

- Incentivo IPO: A eficácia deste programa, bem como o início da contagem dos prazos de *vesting*, foi condicionada à conclusão satisfatória da oferta pública inicial de ações da Companhia. A aquisição do direito de receber as ações está sujeita às condições de performance em 5 parcelas anuais, sendo cada parcela correspondente a um prazo de *vesting*.
- Variável de Longo Prazo (“VLP”): A entrega de ações ocorrerá em um período de 3 anos, condicionada cumulativamente a aplicação de condições performance e permanência durante o prazo de *vesting*. Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, o programa VLP 2020/2021 foi totalmente liquidado.

(b) Restricted share unit – (“RSU”)

O valor justo das outorgas durante o prazo de *vesting* foi determinado na data da outorga com base no valor de mercado das ações da Companhia na B3. Os direitos de aquisição estão abaixo demonstrados:

- VLP e Programa *Hiring*: As outorgas estão sujeitas à manutenção do vínculo empregatício durante o prazo de *vesting*. Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, os programas VLP 2018/2019, VLP 2020/2021 e parte do Programa *Hiring* 2022/2023 foram totalmente liquidados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

• **Recognition 2023/2024:**

O quadro abaixo apresenta as informações dos planos pactuados representados pelas quantidades de ações e o seu corresponde valor justo na data de outorga:

Programas	Lotes	Prazo previsto (em anos)	Em quantidade de ações					Valor justo na data de outorga (R\$ por ação)
			2025	Adições	Exercido	Baixas e cancelamentos	2026	
Performance share unit - PSU								
Incentivo IPO	3	0	166.471	-	-	(166.471)	-	8,17
Incentivo IPO	4	1	1.299.362	-	(329.970)	(802.904)	166.488	8,28
Incentivo IPO	5	1	1.245.668	178.166	-	-	1.423.834	8,59
Incentivo IPO	4	2	349.239	-	(349.239)	-	-	8,28
Incentivo IPO	5	3	334.807	-	(334.807)	-	-	8,59
Incentivo IPO	4	0	83.347	27.782	(44.574)	(66.555)	-	3,20
Incentivo IPO	5	1	50.008	16.669	(49.169)	(17.508)	-	3,23
VLP 2021/2022	1	1	2.559.645	182.905	(839.528)	(1.903.022)	-	4,56
VLP 2022/2023	1	2	3.830.820	1.555.205	-	-	5.386.025	5,29
VLP 2023/2024	1	3	2.388.025	2.467.576	-	-	4.855.601	3,23
VLP 2024/2025	1	3	-	357.811	-	-	357.811	1,58
VLPT 2025	1	3	-	8.852.781	-	-	8.852.781	1,50
VLPT 2025	1	3	-	8.852.781	-	-	8.852.781	1,67
Restricted share unit - RSU								
VLP 2019/2020	1	1	8.381.722	267.278	(5.065.567)	(3.583.433)	-	4,40
VLP 2021/2022	1	1	3.485.079	224.380	(2.562.327)	(1.147.132)	-	4,29
VLP 2021/2022	1	1	65.060	21.686	(57.992)	(28.754)	-	2,98
VLP 2022/2023	1	2	6.047.815	2.830.757	-	-	8.878.572	4,40
VLP 2023/2024	1	3	3.442.751	4.050.747	-	-	7.493.498	2,98
VLP 2024/2025	1	3	-	2.142.704	-	-	2.142.704	1,67
Hiring 2022/2023	2	0	364.228	73.092	(317.057)	(120.263)	-	4,40
Hiring 2022/2023	3	1	393.004	224.485	-	-	617.489	4,40
Hiring, Retention e Recognition 1 e 2 - 24'25	2	3	-	1.755.834	-	-	1.755.834	2,45
Recognition 2023/2024	1	3	70.500	94.257	-	-	164.757	2,98
			<u>34.557.551</u>	<u>34.176.896</u>	<u>(9.950.230)</u>	<u>(7.836.042)</u>	<u>50.948.175</u>	

Programas	Lotes	Prazo previsto (em anos)	Em quantidade de ações					Valor justo na data de outorga (R\$ por ação)
			2024	Adições	Exercido	Baixas e cancelamentos	2025	
Performance share unit – ("PSU")								
Incentivo IPO	2	-	277.478	-	-	(277.478)	-	7,95
Incentivo IPO	3	1	1.269.749	435.593	(1.094.161)	(444.710)	166.471	8,17
Incentivo IPO	4	2	950.123	349.239	-	-	1.299.362	8,28
Incentivo IPO	5	3	910.861	334.807	-	-	1.245.668	8,59
Incentivo IPO	4	2	-	349.239	-	-	349.239	8,28
Incentivo IPO	5	3	-	334.807	-	-	334.807	8,59
Incentivo IPO	4	1	-	83.347	-	-	83.347	3,2
Incentivo IPO	5	2	-	50.008	-	-	50.008	3,23
VLP 2020/2021	1	-	967.461	772.283	(1.150.325)	(589.419)	-	8,19
VLP 2021/2022	1	1	1.459.772	1.099.873	-	-	2.559.645	4,56
VLP 2022/2023	1	2	1.642.636	2.188.184	-	-	3.830.820	5,29
VLP 2023/2024	1	3	-	2.388.025	-	-	2.388.025	3,23
Restricted share unit - RSU								
VLP 2018/2019	1	-	5.247.531	931.542	(4.122.850)	(2.056.223)	-	4,4
VLP 2019/2020	1	1	6.617.404	1.764.318	-	-	8.381.722	4,4

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

VLP 2019/2020	1	1	-	988.112	-	-	988.112	2,98
VLP 2020/2021	1	-	1.318.209	869.932	(1.446.579)	(741.562)	-	7,34
VLP 2021/2022	1	1	2.112.853	1.372.226	-	-	3.485.079	4,29
VLP 2021/2022	2	1	-	65.060	-	-	65.060	2,98
VLP 2022/2023	1	2	2.593.273	3.454.542	-	-	6.047.815	4,4
VLP 2023/2024	1	3	-	3.442.751	-	-	3.442.751	2,98
Hiring 2022/2023	1	1	411.006	26.313	(317.057)	(120.262)	-	4,4
Hiring 2022/2023	2	1	156.179	208.049	-	-	364.228	4,4
Hiring 2022/2023	3	2	69.445	323.559	-	-	393.004	4,4
Recognition 2023/2024	1	3	-	70.500	-	-	70.500	2,98
			<u>26.003.980</u>	<u>21.902.309</u>	<u>(8.130.972)</u>	<u>(4.229.654)</u>	<u>35.545.663</u>	

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia entregou 9.950.230 ações preferenciais, equivalente ao montante de R\$ 49.930 (8.130.972 ações preferencias, equivalente a R\$ 45.769 em 2025).

As despesas de remuneração baseada em ações, incluído no resultado consolidado do exercício findo em 31 de março de 2026, foi de R\$ 128.681 (R\$ 74.393 em 2025).

28.4 Premissas para mensuração do valor justo

O plano de ações restritas considera as seguintes premissas:

- (1) Os programas "VLP 2021/22" e "VLP 2022/23" utilizaram o valor da ação da Raízen (RAIZ4) referente ao dia útil anterior à data da outorga;
- (2) Os programas "VLP 2019/20" utilizaram o valor da ação da Raízen (RAIZ4) referente à data da outorga;
- (3) Com exceção aos programas acima citados, a expectativa de volatilidade buscou-se alternativas de *peers*, devido ao baixo histórico de fechamento da Raízen. A Companhia utilizou o histórico de volatilidade da Cosan, com base na proximidade entre setores de atuação e o fato da acionista Cosan deter uma participação relevante no capital social da Raízen, o que indica que implicitamente o negócio da Raízen representa parte da volatilidade da Cosan, utilizando o modelo de desvio padrão dos retornos diários para o referido cálculo;
- (4) Como o contrato de outorga corrige o ganho do participante em função da distribuição de dividendos ao longo do período de carência, não foi necessário fazer qualquer ajuste no valor do ativo outorgado em função da distribuição dos dividendos;
- (5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré-fixada de juros em Reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto;
- (6) A taxa de saída anterior à carência, que impacta na provisão do custo do plano, foi estimada pela Companhia em aproximadamente 9%; e,
- (7) Não há cláusulas referentes ao *lockup* de ações.

29. Receita operacional líquida**29.1 Política contábil**

As receitas de venda de produtos, tais como: açúcar, combustíveis (fósseis e renováveis) e lubrificantes, são reconhecidas na entrega ao cliente. A entrega é considerada como sendo o momento em que o cliente aceita os produtos e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

os custos possam ser mensurados de maneira confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. Os preços de venda são estabelecidos com base em ordens de compra ou contratos.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita através do modelo de 5 etapas, sendo: (1) identificação dos contratos com um cliente; (2) identificação das obrigações de desempenho; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho nos contratos; e, (5) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, é satisfeita a obrigação de desempenho e o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A receita é mensurada e apresentada pelo valor justo da contraprestação deduzida dos impostos (ICMS, PIS e COFINS, IPI, CIDE, IVA, ISS, Imposto de Transferência de Combustível ("ITC") e Imposto de Ingressos Brutos ("IIB")), das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, das amortizações referentes aos direitos de exclusividade de fornecimento, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo, no caso das demonstrações financeiras consolidadas.

A receita proveniente da venda da cogeração de energia das controladas da Raízen é registrada com base na energia disponibilizada na rede e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle da energia elétrica a partir do momento em que a consomem. Devido ao fluxo de faturamento de determinados contratos, a energia elétrica produzida e comercializada por meio de leilão é inicialmente contabilizada como receita antecipada e, reconhecida no resultado do exercício somente quando disponível para uso dos clientes.

As operações de *trading de commodities* e de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Raízen reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras anuais.

29.2 Desagregação da receita

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Mercado interno	138.582.132	133.899.014	177.948.085	171.103.983
Mercado externo	1.138.662	2.522.096	65.778.625	103.711.411
Resultado com instrumentos financeiros	-	-	840.387	(846.700)
Receita operacional bruta	139.720.794	136.421.110	244.567.097	273.968.694
Devoluções e cancelamentos	(1.016.793)	(647.738)	(1.334.875)	(894.315)
Impostos incidentes sobre vendas	(1.770.556)	(2.469.375)	(14.544.107)	(15.294.312)
Descontos comerciais e outros	(855.410)	(755.440)	(2.173.273)	(1.899.386)
Amortização de ativos de contratos com clientes (Nota 13.2)	(546.478)	(477.785)	(665.495)	(612.227)
Receita operacional líquida	135.531.557	132.070.772	225.849.347	255.268.454

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026**(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)****30. Custos e despesas por natureza****30.1 Reconciliação dos custos e despesas por natureza**

Os custos e despesas são demonstrados no resultado por função. A reconciliação do resultado da Companhia por natureza para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 está detalhada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Combustíveis para revendas, matéria-prima, custos de coletas e transferências	(129.681.241)	(127.201.703)	(198.225.041)	(227.232.642)
Fretes secundários	(531.844)	(708.442)	(966.120)	(1.218.184)
Depreciação e amortização	(458.750)	(486.477)	(9.669.021)	(9.352.208)
Despesas com pessoal	(669.402)	(678.182)	(3.925.794)	(4.293.013)
Corte, carregamento e transporte	-	-	(1.835.859)	(1.916.814)
Mudança no valor justo dos ativos biológicos, líquida de realização (Nota 9.3)	-	-	(1.537.620)	(801.696)
Mão-de-obra contratada	(134.686)	(94.448)	(1.143.716)	(788.019)
Outros	(914.906)	(808.499)	(6.810.723)	(7.221.511)
	(132.390.829)	(129.977.751)	(224.113.894)	(252.824.087)

30.2 Classificação dos custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(129.681.241)	(127.201.703)	(215.034.452)	(243.431.661)
Despesas com vendas	(2.075.787)	(2.199.277)	(6.073.372)	(6.819.705)
Despesas gerais e administrativas	(633.801)	(576.771)	(3.006.070)	(2.572.721)
	(132.390.829)	(129.977.751)	(224.113.894)	(252.824.087)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

31. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Reconhecimento de créditos fiscais extemporâneos, líquido (1)	(21.268)	(53.551)	215.282	2.149.787
Resultado de operações com CBIO	6.646	(523.446)	6.257	(625.929)
Ganho por compra vantajosa	-	31.940	58.391	268.440
(Reversão) constituição de provisão para demandas judiciais	-	-	(18.225)	15.116
Créditos de ações indenizatórias	-	-	4.700	40.970
Receita de meios de pagamento, líquida	1.507	16.022	13.595	18.397
Reversão (constituição) de provisão por desvalorização de investimentos (Nota 14.3)	-	-	22.155	(54.274)
Resultado na baixa de ágio e intangível (Nota 16.3 e 16.4)	(73.569)	-	(354.807)	-
Ganho na redução e no encerramento de participações acionárias (Nota 14.3)	836.864	47.302	883.063	394.879
Provisão de perdas na mensuração de ativos mantidos para venda, líquida (Nota 12.3)	-	-	(1.570.642)	-
Resultado na desvalorização de ativos, ágio e mais valia (Notas 12.3, 14.3 e 16.4)	-	-	(2.851.334)	-
Resultado na alienação de ativos (Nota 12.3)	-	-	980.308	-
Constituição (reversão) de perda estimada em investimentos, imobilizado e intangível (Notas 15 e 16)	524	(13.663)	(4.785.601)	(488.869)
Constituição de perda estimada com impostos (Notas 10.2)	(2.383.623)	-	(2.889.997)	-
Outras receitas, líquidas	67.157	96.119	151.468	358.284
	(1.565.762)	(399.277)	(10.135.387)	2.076.801

- (1) Inclui recuperação de créditos fiscais relacionados, principalmente, PIS, COFINS e ICMS decorrentes das atividades ordinárias da Companhia e de suas controladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

32. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Custo bruto dos empréstimos e financiamentos				
Juros e variações monetárias	(1.613.636)	(1.011.947)	(5.246.259)	(3.834.201)
Juros sobre GRF a pagar (Nota 11.2.a)	(407.592)	(696.483)	6.145	-
Variações cambiais, líquidas	1.625.742	(1.497.853)	4.004.723	(3.278.589)
Efeito líquido dos derivativos de fluxo financeiros	(4.164.507)	817.475	(9.889.027)	425.387
Valor justo de instrumentos financeiros passivos	161.028	(22.693)	(361.967)	967.608
Amortização de gastos com captação e outros	(39.019)	(39.626)	(237.688)	29.124
	(4.437.984)	(2.451.127)	(11.724.073)	(5.690.671)
Rendimentos de aplicações financeiras, TVM e caixa restrito	697.893	127.351	1.699.431	749.218
Juros sobre GRF a receber	98.402	-	462	-
	796.295	127.351	1.699.893	749.218
Custo líquido dos empréstimos e financiamentos	(3.641.689)	(2.323.776)	(10.024.180)	(4.941.453)
Outros encargos e variações monetárias e cambiais, líquidos				
Arrendamentos	(10.560)	(19.763)	(1.092.996)	(1.068.371)
Encargos sobre adiantamentos e passivos com clientes	(16.714)	(4.490)	(534.181)	(997.608)
Encargos sobre licenciamentos de marcas	(214.533)	(205.337)	(237.681)	(211.823)
Variações cambiais, líquidas e efeito dos derivativos, líquidos de fluxos comerciais	(325.836)	1.648	(18.307)	(177.757)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(75.406)	(25.048)	(263.596)	(216.205)
Custos de empréstimos capitalizados em ativos qualificáveis	-	-	269.882	362.348
Juros sobre demandas e depósitos judiciais	(35.223)	4.893	(135.939)	(82.587)
Encargos sobre convênios	(128.818)	-	(153.427)	-
Atualização de créditos fiscais	682.049	45.973	1.071.994	33.991
Outros	7.447	65.713	(692.670)	(17.799)
	(117.594)	(136.411)	(1.786.921)	(2.375.811)
Despesas bancárias, tarifas e outros	(7.204)	(3.145)	(103.586)	(145.327)
	(3.766.487)	(2.463.332)	(11.914.687)	(7.462.591)

Em 31 de março de 2026 e 2025, o resultado financeiro está classificado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Despesas financeiras	(2.494.059)	(2.114.124)	(9.153.349)	(5.606.440)
Receitas financeiras	1.592.173	329.524	3.147.601	1.217.168
Variações cambiais, líquida	1.533.751	(1.481.165)	3.158.322	(2.511.092)
Efeito líquido dos derivativos	(4.398.352)	802.433	(9.067.261)	(562.227)
	(3.766.487)	(2.463.332)	(11.914.687)	(7.462.591)

33. Plano de suplementação de aposentadoria**33.1 Política contábil**

A Companhia e suas controladas possui planos de previdência complementar de benefício definido e de contribuição definida, para os quais, anualmente, são elaborados estudos e cálculos atuariais por profissional independente, os quais são revisados pela Administração.

Para a contribuição definida a despesa é reconhecida no resultado quando ocorrida e para o benefício definido, a Companhia reconhece um passivo com base em metodologia que considera uma série de fatores que são determinados por cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas para mensuração do custo ou receita para o plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes e mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Fundo de pensão**(a) Contribuição variável**

A Companhia patrocina o Plano de Aposentadoria Raiz, administrado pela FuturaMais – Entidade de Previdência Complementar (“FuturaMais”), anteriormente denominada RaizPrev – Entidade de Previdência Privada, que é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

A FuturaMais é dotada com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme definido nos Regulamentos dos Planos de Benefícios.

A Companhia possui obrigações legais e contratuais que poderão gerar a necessidade de realizar contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano apresente resultado deficitário. Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, o montante de contribuição reconhecido como despesa foi de R\$ 26.676 (R\$ 35.319 em em 31 de março de 2025).

(b) Plano de pensão e saúde das controladas Raízen Argentina e Blueway

A Raízen Argentina concedeu planos de pensão aos empregados não sindicalizados com benefício definido e não financiado. Esse plano está ativo, mas fechado para novos participantes, desde o fim de 2014. A cobertura de saúde dos funcionários aposentados é um benefício herdado e congelado, e seu custo é compartilhado de forma igualitária entre a empresa e os ex-funcionários.

Adicionalmente, a controlada indireta Blueway possui obrigações legais de acordo com os artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656, publicada em 3 de junho de 1998, onde os funcionários que contribuem com a mensalidade do plano médico oferecido pela entidade têm a opção de manter a inscrição no plano após a rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, nas mesmas condições de cobertura que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assumam o seu pagamento integral.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em consideração metas previamente definidas aos funcionários. A

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que tenha criado uma obrigação não formalizada.

34. Seguros

A Raízen possui um programa de seguros e gerenciamento de risco que proporciona cobertura e proteção compatíveis com seus ativos patrimoniais e sua operação.

As coberturas contratadas são baseadas em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores de seguros locais, tendo em vista a natureza das atividades da Raízen, e estão detalhadas de forma consolidadas a seguir:

Modalidade	Cobertura	Montante
Riscos operacionais	Incêndio, raio, explosão e outros	14.642.831
Responsabilidade civil geral	Reclamações de terceiros	678.522
		15.321.353

35. Combinação de negócios**35.1 Política contábil**

As Operações de reorganização societária entre entidades sob controle comum estão fora do escopo do CPC 15/ IFRS 3. Em consonância com o CPC 23 / IAS 8, a Companhia adota como política contábil o registro dessas operações pelos valores contábeis históricos (método do predecessor), sem reconhecimento de ágio e sem mensuração a valor justo dos ativos e passivos envolvidos. Eventuais diferenças entre a contraprestação e o valor contábil líquido transferido são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como transação entre acionistas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

36. Informações suplementares aos fluxos de caixa

36.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento ("FCF")

(Ativos) / Passivos						Controladora
	Passivo de arrendamento	Empréstimos e financiamentos	Partes relacionadas (1)	Dividendos e JCP a pagar	Instrumentos financeiros derivativos	Total
Saldo em 31 de março de 2025	92.710	8.432.336	17.288.796	23	(235.248)	25.578.617
Transações com impacto no FCF:						
Captações de empréstimos e financiamentos, líquidas dos gastos	-	6.438.436	-	-	-	6.438.436
Pagamentos de principal	-	(2.937.661)	-	-	-	(2.937.661)
Pagamentos de juros	-	(532.294)	-	-	-	(532.294)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(1.343.612)	(1.343.612)
Pagamentos de principal e juros sobre passivo de arrendamento	(48.648)	-	(7.012)	-	-	(55.660)
Captações de PPEs intragrupo (Nota 11.3)	-	-	5.022.669	-	-	5.022.669
Pagamentos de juros sobre PPE intragrupo	-	-	(691.033)	-	-	(691.033)
Gestão de recursos financeiros e outros	-	-	(1.299.539)	-	-	(1.299.539)
	(48.648)	2.968.481	3.025.085	-	(1.343.612)	4.601.306
Outros movimentos que não afetam o FCF:						
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	8.074	157.422	176.422	-	-	341.918
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros	-	108.925	(269.953)	-	-	(161.028)
Adição, baixa e remensuração de passivo de arrendamentos, e outros	1.337	1.231.354	(7.332.171)	-	3.385.024	(2.714.456)
	9.411	1.497.701	(7.425.702)	-	3.385.024	(2.533.566)
Saldo em 31 de março de 2026	53.473	12.898.518	12.888.179	23	1.806.164	27.646.357

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

(Ativos) / Passivos	Controladora				Total
	Passivo de arrendamento	Empréstimos e financiamentos	Partes relacionadas (1)	Dividendos e JCP a pagar	
Saldo em 31 de março de 2024	177.523	4.211.531	8.065.461	103.511	12.558.026
Transações com impacto no FCF:					
Captações de empréstimos e financiamentos, líquidas dos gastos	-	5.326.377	-	-	5.326.377
Pagamentos de principal	-	(1.557.989)	-	-	(1.557.989)
Pagamentos de juros	-	(305.763)	(585.738)	-	(891.501)
Pagamentos de passivo de arrendamento (Notas 11.2.f e 19.4)	(118.661)	-	(5.494)	-	(124.155)
Aplicações	-	-	-	(103.488)	(103.488)
Gestão de recursos financeiros e outros	-	-	7.325.058	-	7.325.058
	(118.661)	3.462.625	6.733.826	(103.488)	9.974.302
Outros movimentos que não afetam o FCF:					
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	14.704	817.792	2.396.685	-	3.229.181
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros	-	(59.612)	82.305	-	22.693
Adição, baixa e remensuração de passivo de arrendamento, e outros	19.144	-	10.519	-	29.663
	33.848	758.180	2.489.509	-	3.281.537
Saldo em 31 de março de 2025	92.710	8.432.336	17.288.796	23	25.813.865

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado								
(Ativos) / Passivos	Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos	Passivo de arrendamento	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento de partes relacionadas	Partes relacionadas (1)	Dividendos e JCP a pagar	Patrimônio líquido de acionistas não controladores	Instrumentos financeiros derivativos	Total
Saldo em 31 de março de 2025	(1.847)	10.445.898	57.970.371	1.032.249	205.280	16.343	587.408	(1.544.490)	68.711.212
Transações com impacto no FCF:									
Captações de empréstimos e financiamentos, líquidas dos gastos	-	-	30.939.413	-	-	-	-	-	30.939.413
Pagamentos de principal	-	-	(19.006.342)	-	-	-	-	-	(19.006.342)
Pagamentos de juros	-	-	(4.119.307)	-	-	-	-	-	(4.119.307)
Pagamentos de principal e juros sobre passivo de arrendamento	-	(3.544.976)	-	(294.265)	-	-	-	-	(3.839.241)
Integralização de capital por acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	956	-	956
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	(3.865.622)	(3.865.622)
Pagamentos de dividendos e JCP (Nota 26.2.c)	-	-	-	-	-	(17.093)	-	-	(17.093)
Gestão de recursos financeiros e outros	-	-	-	-	98.237	-	-	-	98.237
	-	(3.544.976)	7.813.764	(294.265)	98.237	(17.093)	956	(3.865.622)	191.001
Outros movimentos que não afetam o FCF:									
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	(117)	1.110.597	4.238.721	91.360	12.383	-	-	-	5.452.944
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros (Nota 32)	-	-	361.967	-	-	-	-	-	361.967
Dividendos e JCP (Nota 26.2.c)	-	-	-	-	-	20.554	(16.716)	-	3.838
Reestruturação societária	-	(3.242)	-	-	-	-	-	-	(3.242)
Adição, baixa, remensuração e outros	-	(1.063.023)	-	(109.576)	(98.246)	-	(30.839)	-	(1.301.684)
Efeito de conversão de moedas estrangeiras e outros	-	(69.534)	(1.453.614)	-	-	(225)	(83.559)	7.537.545	5.930.613
	(117)	(25.202)	3.147.074	(18.216)	(85.863)	20.329	(131.114)	7.537.545	10.444.436
Saldo em 31 de março de 2026	(1.964)	6.875.720	68.931.209	719.768	217.654	19.579	457.250	2.127.433	79.346.649

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado							
(Ativos) / Passivos	Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos	Passivo de arrendamento	Empréstimos e financiamentos (2)	Passivo de arrendamento de partes relacionadas	Partes relacionadas (1)	Dividendos e JCP a pagar	Patrimônio líquido de acionistas não controladores	Total
Saldo em 31 de março de 2024	(1.750)	11.564.936	35.599.821	1.344.478	195.642	129.904	746.159	49.579.190
Transações com impacto no FCF:								
Captações de empréstimos e financiamentos, líquidas dos gastos	-	-	19.460.591	-	-	-	-	19.460.591
Pagamentos de principal	-	-	(14.517.903)	-	-	-	-	(14.517.903)
Juros pagos	-	-	(3.181.586)	-	-	-	-	(3.181.586)
Pagamentos de passivo de arrendamento (Notas 11.2.f e 19.4)	-	(3.776.824)	-	(395.354)	-	-	-	(4.172.178)
Integralização de capital por acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	2.405	2.405
Pagamentos de dividendos e JCP (Nota 26.2.c)	-	-	-	-	-	(173.973)	-	(173.973)
Gestão de recursos financeiros e outros	-	-	-	-	(94)	-	-	(94)
	-	(3.776.824)	1.761.102	(395.354)	(94)	(173.973)	2.405	(2.582.738)
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	6.646	6.646
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	(97)	1.212.084	5.090.079	116.031	93	-	-	6.418.190
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros (Nota 32)	-	-	(967.608)	-	-	-	-	(967.608)
Dividendos e JCP (Nota 26.2.c)	-	-	-	-	-	63.605	(63.605)	-
Desreconhecimento por perda de controle acionário	-	(2.839)	(254.224)	-	-	-	(236.353)	(493.416)
Adição por aquisição de controle em investida	-	-	300.958	-	-	-	-	300.958
Integralização de capital por acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	16.277	16.277
Adições, baixas, remensurações e outros	-	1.417.925	-	(32.906)	-	-	-	1.385.019
Efeito de conversão de moedas estrangeiras e outros	-	30.616	2.066.185	-	9.639	(3.193)	115.879	2.219.126
	(97)	2.657.786	6.235.390	83.125	9.732	60.412	(161.156)	8.885.192
Saldo em 31 de março de 2025	(1.847)	10.445.898	43.596.313	1.032.249	205.280	16.343	587.408	55.881.644

(1) Compostas, principalmente, pelos saldos de gestão de recursos e operações financeiras. Vide Nota 11.2.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

36.2 Transações de investimentos que não envolvem caixa

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Depreciação de ativos da área agrícola capitalizados como ativo biológico	-	-	(43.138)	(51.728)
Capital a integralizar na empresa Posto Mime S.A.	-	-	-	(206.880)
Depreciação de ativos da área agrícola capitalizados como ativo imobilizado	-	-	(132.836)	(159.563)
Juros capitalizados em ativo imobilizado (Notas 15.6 e 32)	-	-	(269.882)	(362.348)
Adições ao intangível	-	(52.749)	-	(52.749)
Direito de uso	(4.092)	(19.663)	678.548	(2.645.497)
Outros	3.914	9.123	1.753	7.251
	(178)	(63.289)	234.445	(3.471.514)

36.3 Apresentação de juros

A Companhia classifica os juros e instrumentos financeiros derivativos atrelados à dívida como atividades de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

37. Eventos subsequentes

37.1 Contrato vinculante de alienação da operação *downstream* na Argentina

Em 4 de junho de 2026, a Companhia, por meio de sua subsidiária Raízen Energia S.A., celebrou contrato vinculante para a alienação de suas operações de *downstream* na Argentina para sociedades controladas pela Mercuria Energy Group Ltd. O valor estimado da transação é de US\$ 1,42 bilhão, sujeito aos ajustes usuais de fechamento, incluindo capital de giro e endividamento líquido, e contempla a assunção das dívidas da Raízen Argentina S.A.U. pelo comprador. A conclusão da operação permanece condicionada ao cumprimento das condições precedentes aplicáveis, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias e judiciais necessárias.

37.2 Incerteza sobre a continuidade operacional e Recuperação Extrajudicial

Em 5 de junho de 2026, a Companhia submeteu seu Plano de Recuperação Extrajudicial, conforme detalhado na Nota 1.1. Em 12 de junho de 2026, foi divulgada atualização indicando a adesão de credores representando aproximadamente 80,15% dos créditos abrangidos.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, o Plano permanece sujeito à homologação judicial e ao cumprimento de condições precedentes.

37.3 Discussão sobre Leis Complementares nº 192/22 e nº 194/22

Em continuidade ao julgamento iniciado em 12 de novembro de 2025, o Superior Tribunal de Justiça ("STJ") retomou, em 10 de junho de 2026, a análise do Tema Repetitivo nº 1.339, que discute o direito à manutenção de créditos de PIS e COFINS no regime monofásico aplicável ao setor de combustíveis.

Na sessão realizada, foi mantida a proposta de tese apresentada pelo Ministro Relator no sentido de que comerciantes varejistas de combustíveis não teriam direito à obtenção ou

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

manutenção de créditos relacionados à aquisição de combustíveis no período de vigência das Leis Complementares nº 192/2022 e nº 194/2022.

Até a presente data, o julgamento não foi definitivamente concluído e, embora trate de créditos de PIS e COFINS para comerciantes varejistas de combustíveis, a Companhia acompanha o caso para avaliar possíveis impactos após a decisão.
